

Fabiano Teixeira dos Santos

A Casa do Planalto Catarinense:

Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX





Fazenda Igrejinha, Lages.

Desenho: autor, 2010.

*“A Deus, grande arquiteto do Universo.
À memória dos meus avós Pedro e
Eurico, homens antigos nascidos do cam-
po, gaúchos, de um tipo terno e rude, e
de uma sabedoria que não se vê mais nos
dias de hoje... sabedoria tropeira”.*

Fabiano Teixeira dos Santos

Ficha Catalográfica

S237c

Santos, Fabiano Teixeira dos.

A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos campos de Lages, séculos XVIII e XIX /

Fabiano Teixeira dos Santos. – Lages (SC): Super Nova, 2015.

220 p.: il.

ISBN 978-85-69501-00-8

1. Arquitetura – história. 2. Construções rurais – Santa Catarina. 3. Arquitetura – Santa Catarina - história. I. Título.

CDD 720.9

(Elaborada pelo Bibliotecário José Francisco da Silva - CRB-14/570)

Fabiano Teixeira dos Santos

A Casa do Planalto Catarinense:

Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX

Lages – SC
2015



SUMÁRIO

0 APRESENTAÇÃO

- Agradecimentos 10
- Apresentação 12
- Prefácio 16
- Notas do Autor 19

01 CAMINHOS E TROPEIROS NO PLANALTO MERIDIONAL DO BRASIL 28

- Caracterização do território:
o planalto das araucárias 29
- A abertura do caminho
Viamão-Sorocaba e o Ciclo das Tropas 33
- Novos caminhos: a ligação com o
Litoral e a Vereda das Missões 37
- Abertos os caminhos, sesmarias dão
origem às fazendas 39
- Fundação da vila pioneira: Nossa
Senhora dos Prazeres das Lages 42
- Surgem outros povoados 48

02 ARQUITETURA NOS CAMPOS DE LAGES, SÉCULOS XVIII E XIX 50

- Tradição portuguesa e formação da
identidade arquitetônica luso-brasileira 53
- A casa numa sociedade pastoril
e escravista – a pecuária e a sociedade
que nela se estruturou 63
- Trabalhadores escravizados 71
- Materiais, técnicas e sistemas
construtivos: adaptando a tradição 78
- Casas de araucária, “completa
expressão do planalto de Santa Catarina” 79
- Pedra, barro e cal:
o emprego da alvenaria 84
- Ausência do pau-a-pique
e da taipa de pilão 89
- Fachadas, telhados e ornamentação 93

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Super Nova Comunicação
Públio Sartori
Sérgio Gregório Sartori

TEXTO
Fabiano Teixeira dos Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Super Nova Comunicação
Públio Sartori

REVISÃO
Teresa Setti de Liz

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO
Super Nova Comunicação
Franciele Schneider

IMPRESSÃO
Impressora Mayer Ltda.
Pomerode, SC.

03 A CASA DE FAZENDA

100

- Implantação do conjunto edificado 101
- Configuração da casa de fazenda: dois modelos 105
- Algumas variantes 117
- Cozinhas 124
- Construções utilitárias e de apoio à produção: galpões 129
- Senzalas 131
- Corredores, muros e mangueiras de “taipa de pedra” 132

04 CASAS URBANAS

138

- Origem e evolução do traçado urbano de Lages 140
- As Posturas e a regulamentação da construção no meio urbano 148
- Casas térreas, de porão alto e sobrados 159
- Moradias e armazéns: a atividade comercial associada à residência 171
- Novos tempos no raiair do século XX 173

05 PALAVRAS FINAIS DO AUTOR

178

- Considerações finais 179
- Glossário 188
- Bibliografia 192
- Anexos 198

CAPA
Sede da fazenda Cajuru, Lages.
Foto: Charles Steuck, 2014.
Arte: Franciele Schneider



Espelho de fechadura.
Porta da casa da fazenda
Cajuru, Lages.
Desenho: autor, 2015.



“Aqui encontrei a completa expressão do planalto de Santa Catarina.

A construção interior da casa era genuinamente nacional, de madeira de araucária. Soalho, portas, paredes, tecto, mesas, bancos, tudo, asseado e variadamente ornado, feito de tábuas e traves de pinho. (...) me pareceu a casa ideal numa serra de araucária, sólida, simples e limpa, com a expressão de uma certa abastança”.

(Robert Avé-Lallemant, 1858)





Fazenda Cajuru, Lages, SC.
Foto: Charles Steuck, 2014.

Agradecimentos

Muitos foram os que contribuíram para a realização deste trabalho. A eles, pelo estímulo e colaboração, dedico minha gratidão e reconhecimento.

Ao professor Mário Maestri que, com seu amplo conhecimento acerca da história social e econômica brasileira e sua relação com a arquitetura, orientou minha Dissertação de Mestrado em História, na Universidade de Passo Fundo – UPF.

Aos meus pais, Zoel e Marilda, que, com todo o carinho e incentivo proporcionaram-me os meios para realizar o mestrado que agora resulta na presente publicação.

Ao meu irmão Fábio, pelo incentivo e amizade incondicional.

À minha mulher, Janice, que em tantos momentos, compreensiva e verdadeiramente companheira, abriu mão de estar ao meu lado para que eu pudesse me dedicar ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao Serginho e ao Públio Sartori, amigos de longa data que acreditaram neste trabalho, empenhando-se para viabilizar a publicação por meio de sua empresa Super Nova Comunicação e Cultura Ltda.

Ao fotógrafo Charles Steuck, pela sensibilidade e talento no registro das casas de fazenda que ilustram esta obra.

À Teresa Setti de Liz e à Franciele Schneider, pela dedicação e paciência na revisão ortográfica e montagem do projeto gráfico, respectivamente.

Ao “Tio” Sérgio Sartori e ao “Tio” Paulo de Tarso Nunes, que, em meio às conversas entusiasmadas acompanhadas pelo chimarrão, muito ajudaram com a revisão dos textos.

À Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina pela cessão das imagens de seu acervo, e aos amigos que fiz quando de minha passagem pela Divisão Técnica do IPHAN/SC, muitas vezes companheiros nas andanças pela Coxilha Rica: Ulisses Munarim, Sônia Rampazzo, Edenir Perin, Nelson Lacerda, Marina Cañas, Cristiane Biazin, Mário Pires, Ariadne Mendonça, Aprígio Monteiro, Solange Siglinski, Philipe Razeira, Ana Paula Cittadin, Vladimir Stello, Telmo Walter, Roger Cherutti, Rafael Arantes e Ana Lúcia Pacheco.

Aos amigos do Museu Thiago de Castro, de Lages, especialmente à Carla Souza e à Eveline Andrade, que me abriram as portas deste que é um dos mais importantes acervos museológicos de Santa Catarina.

Ao querido casal Zé e Mara, da Fazenda Cajuru, que fazendo jus à hospitalidade lageana, sempre nos recebeu de porteira aberta, nunca faltando o fogo aceso e um bom café com mistura.

À arqueóloga Ana Lúcia Herberts, ao historiador e pecuarista Sebastião Fonseca de Oliveira, aos proprietários que gentilmente permitiram o acesso e o levantamento de suas edificações, às equipes da Fundação Cultural de Lages (FCL) e da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), a todos os colaboradores e amigos, que de uma forma ou de outra, foram parceiros nesta “tropeada” que agora chega ao seu destino.

Meu especial agradecimento à empresa GTS do Brasil, patrocinadora do projeto, representada pela Sra. Gilvana Strasser, por acreditar na iniciativa e assim contribuir para a preservação do patrimônio cultural arquitetônico da região serrana de Santa Catarina.

Enfim, dedico “A Casa do Planalto” ao meu filho Pedro Antônio, a quem amo e razão maior pela qual me encontro engajado na missão de defender nosso Patrimônio. Por representarem a memória e a identidade dos povos, os bens culturais possuem valor imensurável, devendo, portanto, ser reconhecidos, preservados e transmitidos às futuras gerações.



Apresentação

Traços quase perdidos de nosso passado

No passado distante e quase recente do Brasil a cidade foi dominada pelo campo, desempenhando sobretudo funções subordinadas. Não raro, os grandes proprietários moravam em meio rural e possuíam residências secundárias nos centros urbanos médios, pequenos e grandes. Salvo engano, não foram ainda estudados, através de casos particulares, os nexos singulares das duas formas concomitantes de morar e viver – na cidade e no campo. As práticas administrativas, comerciais, políticas e sociais fortaleceram, consolidaram e enriqueceram em forma relativa as aglomerações, dando origem ao fenômeno do absenteísmo. Os solares, os casarões, os sobrados, os logradouros públicos, os mercados urbanos materializaram formas de viver, relações sociais, padrões culturais próprios de um passado sobre o qual se assenta nossa civilização, ainda que em forma crescentemente imperceptível.

No Nordeste e no Centro Sul, a produção açucareira, mineradora e cafeeira escravista

deixou em seu rastro magníficas moradias rurais senhoriais e, mais raramente, as instalações produtivas e os alojamentos dos trabalhadores a elas anexas. Na sua imponência e rusticidade construtiva, na permanência e na ausência dos seus apêndices, elas falam-nos de ciclos econômicos revolutos sustentados pelo braço sofrido do trabalhador cativo. Desde os primeiros momentos essa produção soberbamente dominante ensejou atividades dependentes e subordinadas, com destaque para a produção e movimentação de animais para o transporte, para a tração e para o consumo. Bovinos, equinos, muares alimentaram as nutridas escravarias, movimentaram as moendas, carregaram canas, levaram sacas de café no lombo de mulas, forneceram o couro, imprescindível matéria prima. A subordinação dessa produção refletiu-se na dimensão, programa de necessidades e riqueza construtiva mais pobres das sedes das estâncias de criação e dos pousos que apoiaram a movimentação dos animais através de caminhos que traçaram muitas das mais movimentadas rodovias atuais.

Através de nossas cidades, grandes, médias e pequenas, o acervo arquitetônico histórico desaparece diante de nossos olhos, no moedor inexorável do domínio implacável da especulação imobiliária e da leniência, inocente ou não,

de autoridades irresponsáveis. A legislação sobre a proteção do patrimônio arquitetônico nacional segue sendo risível. Os vetustos solares, casarões e sobrados caem e são derrubados e esventrados com velocidade inebriante. Um ou outro prédio é conservado em geral quando foi, no passado, local público ou moradia, tido como referencial. Esses são exceções que, acusam a violência que sofre a regra.

Permanecem isolados, esmagados e humilhados por edifícios que se impõem pela brutalidade e prepotência da altura e do volume. Inexiste a própria ideia da conservação permanente de conjuntos arquitetônicos como registros do passado e enriquecimento do presente. Com o passar dos anos, esgotando-se as velhas gerações, desaparecem aqueles que ainda podem dizer, sobre os centros históricos e bairros residenciais tradicionais, como o velho Timbira cansado e derrotado: – Meninos, eu vi!

Se isso é verdade para o mundo urbano, o que dizer do rural, onde a propriedade da terra e a função produtiva dos campos conheceram voraz metamorfose nas últimas décadas, com acelerado parcelamento dos campos e transferência de titularidade. Um e outra aceleraram os já tênues laços afetivos e a capacidade de compreensão entre proprietários e as moradias e instalações rurais do passado, já maltrata-

das por modernizações, reformas e ampliações erráticas. Se nas cidades reina a lei da selva, no mundo rural domina a vontade soberana do proprietário. Senhores de barão e cutelo sobre o construído repetem, simbolicamente, a autoridade dos escravistas no passado sobre os produtores escravizados e livres que frutificaram os campos.

Nesse arrasamento histórico geral do acervo arquitetônico do Brasil, os analistas destacam tradicionalmente, com razão, o domínio do capital e a subserviência não raro interessada dos responsáveis públicos. Não se registra em forma suficiente a determinação desse processo pela rusticidade e brutalidade estética e cultural da população brasileira, com destaque para os segmentos dominantes, tradicionais e emergentes. Segmentos com acesso à formação cultural e capacidade de decisão sobre seus atos particulares e públicos, em geral pouco ou não disponíveis às chamadas classes médias e subalternizadas. Não é aqui o local para discutirmos, mesmo sumariamente, as ligações tênues e diretas entre as duas realidades destacadas. Ou seja, a ligação dialética entre o domínio do capital e a ignorância-insensibilidade estética. O certo é que, sem empatia não há simpatia. No frígido dos ovos, só valorizamos e amamos o que podemos ver, sentir, conhecer,

reconhecer e, sobretudo, compreender.

Nas últimas décadas, no Brasil, por múltiplas razões, arquitetos frequentam Programas de Pós-Graduação em História, em um percurso que creio no geral imprescindível para a formação plena do historiador da Arquitetura. Ou seja, o domínio das artes de projetar-construir e a de transformar em historiografia o vivido no passado. Essa confluência epistemológica tem ensejado contribuições magníficas à urgente e dramática necessidade de conhecer, explicar, conservar e fazer amar nosso patrimônio arquitetônico. E tem facilitado aos historiadores uma maior sensibilidade para com o patrimônio histórico material.

Fabiano Teixeira dos Santos defendeu sua dissertação de mestrado, intitulada “*A casa do planalto: Arquitetura rural e urbana na região dos Campos de Lages: séculos XVIII e XIX*”, no Programa de Pós-Graduação em História da UPF, em 09/12/2011. Participaram da banca avaliadora a arquiteta Rosa Maria Locatelli Kalil (UPF); a arquiteta e historiadora Ester Judite Bendjouya Gutierrez (UFPEL) e o historiador Mário Maestri, orientador. O trabalho em questão, agora apresentado em forma magnífica como livro, sem modificações e acréscimos, cumpriu com singular galhardia aquelas múltiplas exigências.

Para estudar o acervo arquitetônico urbano e rural nascido, literalmente, nos séculos XVIII e XIX, da ocupação da região dos Campos de Lages, em Santa Catarina, pela atividade pastoril voltada ao abastecimento sobretudo no litoral catarinense e no sudeste brasileiro, Fabiano Teixeira dos Santos perscrutou cuidadosamente a região, identificando e levantando as construções mais representativas e documentando-se sobre as unidades já desaparecidas, sobretudo através de fotos e imagens. Fixou, resgatou e explicou um modo singular de morar, de viver, de trabalhar e de sentir.

Fabiano Teixeira dos Santos confirmou processos construtivos e materiais comuns a outras regiões criatórias do Brasil, como o Planalto Médio e o Meridiano Rio-Grandense. Enfatizou singularidades como o uso da madeira de araucária em sedes pastoris e a ausência da taipa de pilão e pau-a-pique, em forma dominante, na arquitetura erudita. Procurou definir, sem extremar, as eventuais influências culturais na arte de construir, de

morar e de viver. Enfatizou as modificações de forma, de processo e de hábitos com o decorrer dos tempos, com a obsolescência sempre relativa dos padrões passados. Identificou na região reformas decorativas que registram importantes modismos culturais e ideológicos e o momento de inflexão de tradição construtiva já parte da história.

Registrou a necessidade de abordagens, que algumas vezes apenas tocou, devido aos marcos e aos tempos da investigação – Quem projetava? Quem construía? Como se morava? quais as relações entre o *exterior* e o *interior* dessas moradias? Apontou a urgência de um melhor e mais perfeito conhecimento do entorno construtivo e social das moradias estudadas, no qual a arqueologia certamente fornecerá dados muito ricos. Lembrou a necessidade de acessar múltiplas outras fontes para um conhecimento mais dinâmico de um universo que registrou magnificamente, em um verdadeiro e meritório processo de identificação, explicação e salvação.

Mário Maestri

PPGH UPF, RS



Prefácio

Este livro é resultado da Dissertação de Mestrado em História, defendida na Universidade de Passo Fundo – UPF – no ano de 2011, sob a orientação do Professor Doutor Mário Maestri.

A partir da revisão e adaptação do texto original da dissertação, apresentamos uma abordagem sobre as habitações rurais e urbanas erguidas durante o período histórico de ocupação inicial da região dos Campos de Lages, no Planalto Serrano do Estado de Santa Catarina, entre os séculos XVIII e XIX.

Com base no levantamento e análise das edificações remanescentes, e daquelas já desaparecidas mas que puderam ser identificadas por meio de documentos, sobretudo iconográficos, buscamos compreender como se construía e habitava no Planalto Catarinense nesses dois primeiros séculos. Historicamente, esse período foi caracterizado pela expansão e definição das fronteiras territoriais luso-brasileiras na região platina, no contexto de uma sociedade patriarcal e escravagista cuja economia estava baseada quase que única e exclusivamente na atividade pastoril, relacionada às tropeadas de muares e à criação de gado vacum destinado aos mer-

cados consumidores localizados principalmente no sudeste brasileiro e no litoral catarinense.

Dentro de uma paisagem regionalmente muito bem caracterizada, marcada pela predominância de campos de altitude pontuados por florestas de araucária, tais construções evidenciam como o colonizador pioneiro, branco ou mestiço, português ou paulista, valendo-se quase sempre da mão de obra de cativos, soube introduzir e adaptar seus conhecimentos tecnológicos (materiais e técnicas construtivas) e suas referências culturais (usos e costumes definidores da organização dos espaços de habitação e do agenciamento de plantas e tipos de casa) para a edificação de sua moradia.

Disso resultou tanto a permanência de soluções e modelos arquitetônicos encontrados em outras regiões do Brasil e de Portugal como o surgimento de exemplares originais, resultado da adaptação ao clima e do aproveitamento dos materiais que o novo meio oferecia ao povoador, a exemplo das residências confeccionadas inteiramente em madeira de araucária.

No campo, destacando-se no conjunto

edificado das sedes de fazenda, ou nas vilas, surgidas de pousos de tropeiros junto aos antigos caminhos, essas edificações, então singelas e mesmo precárias, levantadas em pau-a-pique, materializam a necessidade de fixação no território recém-desbravado do final do século XVIII, ou, quando já eram imponentes e solidamente construídas em alvenaria de pedra e cal, o franco desenvolvimento da pecuária, na segunda metade do século XIX.

De fato, a permanência das moradias tradicionais baseada na tradição arquitetônica luso-brasileira ocorreu na região de Lages pelo menos até as primeiras décadas de 1900. Após mudanças de ordem social, política e econômica profundas – em que há de se destacar o fim da escravidão (1888), o golpe republicano (1889) e a decadência do ciclo tropeiro – a ascensão da estética do Ecletismo seguida da renovação promovida pelo Art-Déco e do advento de novos materiais e técnicas construtivas fizeram surgir uma nova arquitetura que gradualmente substituiu os modelos antigos, marcando, enfim, a chegada da modernidade.

Fabiano Teixeira dos Santos





Fazenda Cajuru, Lages.
Foto: autor, 2011.

Notas do Autor

Por volta de 1730, em meio às disputas territoriais que traziam a guerra entre portugueses e espanhóis, a região hoje definida como Planalto Serrano, no Estado de Santa Catarina, conhecida, à época, como “Campos das Lagens”, foi atravessada pelo caminho Viamão-Sorocaba, a Estrada Geral das Tropas. A inauguração do extenso percurso desta via de circulação – desde os Campos de Viamão, na atual região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, até a cidade paulista de Sorocaba – foi estratégica para assegurar os interesses coloniais da Coroa Portuguesa. De fato, resultou na principal rota de um complexo sistema viário que assegurou o desenvolvimento da economia pastoril e do Ciclo Tropeiro, garantindo a integração definitiva do Sul ao Centro do Brasil e consolidando os domínios luso-brasileiros na região platina.

Às margens do caminho pioneiro, o predomínio de extensas pastagens naturais, já ocupadas desde meados do século XVII por rebanhos, principalmente de gado vacum – que, em sua maioria, seria proveniente das baquérias



(concentração de gado bovino em determinado local) das missões jesuíticas espanholas estabelecidas, em parte, no atual estado do Rio Grande do Sul (COSTA, 1982, p. 1.447) – levou, naturalmente, a uma exploração da terra por meio da pecuária extensiva e do latifúndio, apoiados na mão de obra do negro escravizado.

As primeiras propriedades rurais, somando milhares de hectares – ou, na forma usual da região serrana para expressar unidade de medida de área de terra, muitos “milhões de campo” sendo “um milhão de campo” equivalente a um milhão de metros quadrados – se estabeleceram às margens do caminho pioneiro Viamão-Sorocaba, o que se deu pela concessão de sesmarias ou pela apropriação informal. Houve para isso, é claro, a gradual expulsão e extermínio das populações indígenas, *xoklengs* e *Kaingangs*, seus primeiros habitantes (COSTA, 1982, p. 3).

Multiplicaram-se as fazendas à medida que passaram a ocorrer desmembramentos dos latifúndios pioneiros e em que outras áreas foram ocupadas, simultaneamente à abertura de novos caminhos e à fundação de povoações em apoio ao processo de expansão territorial empreendido pela Coroa Portuguesa. Dentre essas povoações, podemos citar Lages, principal núcleo urbano do Planalto Catarinense

ainda nos dias de hoje e que até meados do século XX exerceu forte influência socioeconômica, política e cultural mesmo na vizinha região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul.

Ainda hoje a pecuária é uma das principais atividades econômicas, embora venha perdendo espaço com a introdução da lavoura mecanizada de soja, milho e trigo, especialmente nos municípios de Campos Novos e Curitibanos, além da fruticultura, atividade mais presente em São Joaquim.

No entanto, é o plantio de pinheiro americano para a indústria da madeira e da celulose a atividade responsável pela radical mudança do ambiente local, em razão da introdução de florestas exóticas, sendo Lages e municípios circunvizinhos os que mais têm sido alvo dessa transformação.

Apesar das mudanças pelas quais vêm passando, podem ser encontradas, na região serrana, antigas sedes de propriedades rurais oriundas da fase áurea pastoril, apresentando complexos construtivos que abrangem, de uma maneira geral, a casa-grande, moradia do fazendeiro, bem como galpões e conjuntos de mangueiras (currais), que aí apresentam a particularidade de serem totalmente erguidas em alvenaria de pedra de junta seca, as deno-

minadas “taipas de pedra”, que aproveitam os afloramentos basálticos abundantes.

Se no meio rural tais construções foram preservadas, nos espaços urbanos a maioria das residências erguidas neste período histórico inicial – séculos XVIII e XIX – não resistiu às transformações introduzidas, sobretudo, ao longo do século XX, quando se deram profundas mudanças de ordem social e econômica. Há de se destacar entre os agentes responsáveis por essas transformações a expansão e adensamento das áreas urbanas a partir do Ciclo da Madeira (décadas de 1940, 1950 e 1960), o surgimento e profusão de novas tecnologias construtivas, como o concreto armado, e a verticalização das construções, com os edifícios atendendo às novas demandas decorrentes da modernidade.

Contudo, ainda que em número reduzido, em Lages alguns exemplares urbanos foram mantidos graças, principalmente, à atuação ainda recente de políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural edificado, por meio da aplicação de legislação específica, o que tem impedido o desaparecimento completo destas construções diante da ação voraz da especulação imobiliária. A proteção do patrimônio arquitetônico lageano se dá por meio da Lei Municipal Complementar nº 22, de 21 de se-

tembro de 1995, e da Lei Estadual nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, preservando através do tombamento mais de trinta imóveis de interesse histórico-cultural.

Esta arquitetura, tanto rural quanto urbana, apresenta um aspecto fundamental e comum às construções mais e menos abastadas: a simplicidade de feições vernaculares luso-brasileiras, que denuncia a origem e o modo de vida das populações pioneiras. Por outro lado, e aí considerando especificamente as casas de fazenda, de certa forma como contraponto à característica anterior, a implantação destacada e organizadora do conjunto edificado – e da própria fazenda, enquanto unidade produtiva – atesta a condição econômica privilegiada de seus proprietários, senhores de terra, gado e escravos.

No contexto urbano, sendo o espaço limitado, para diferenciar a casa nobre da singela moradinha usou-se de outros artifícios que não apenas a área construída e a possibilidade de se ter uma fachada simétrica. Essa diferenciação não ocorreu na feição das portas e janelas e no tipo de acabamento dos beirais dos telhados, iguais na casa rica e na casa pobre, mas elevando-se a residência sobre um porão – casas de porão alto – ou mesmo construindo um segundo pavimento, nem que apenas uma

camarinha, para se poder ostentar o fato de ser dono de um sobrado.

Por outro lado, não somente a tradição foi fator determinante na configuração da antiga casa de Lages. A disponibilidade e dependência do trabalhador escravizado no cotidiano da sociedade brasileira como um todo até à Abolição (1888) é certamente elemento estruturador e indissociável no campo da arquitetura, especialmente da residencial.

Nos sobrados urbanos ou nas grandes casas de fazenda, de sua construção ao funcionamento diário, a presença do cativo desempenhando praticamente todas as tarefas é algo da maior importância para a compreensão da habitação brasileira nos períodos colonial e imperial. A realidade que existiu nos Campos de Lages, com a associação do regime escravista ao latifúndio pastoril, não foge à regra do que magistralmente foi descrito por Gilberto Freyre em suas obras *“Casa Grande & Senzala”* e *“Sobrados e mucambos”*.

O estudo destas construções, particularmente das residências, foi objeto de nosso interesse desde que cursamos a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no início dos anos 2000. Em 2006, assim que concluída a graduação, tivemos a oportunidade de participar da obra de restauro do casarão do Coronel Juca

Antunes, a qual se tornou possível após a elaboração de nosso Trabalho de Conclusão de Curso, que justamente propunha a recuperação deste que é um dos últimos exemplares de arquitetura luso-brasileira urbana em Lages.

O tema continuou presente durante o período em que estivemos à frente da Divisão Técnica da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina – IPHAN-SC, entre 2007 e 2011. Por meio do projeto “Caminhos das Tropas”, buscamos identificar e mapear, com vistas à preservação, os remanescentes físicos que compõem o Patrimônio Cultural do ciclo tropeiro em Santa Catarina, notadamente na Coxilha Rica, no município de Lages, região que concentra a maior parte das fazendas históricas aqui abordadas.

A experiência acumulada resultou em comunicações, palestras e artigos apresentados e publicados em diversos eventos, tendo como principal desdobramento o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado em História que, sob o mesmo título da presente publicação, foi orientada pelo Professor Doutor Mário Maestri, sendo defendida em 2011 na Universidade de Passo Fundo – UPF, Rio Grande do Sul.

Resultando da Dissertação de Mestrado, esta obra tem o propósito de provocar uma



Antiga residência do Coronel Juca Antunes, Lages.

Foto: autor, 2009.



Sede da fazenda Cajuru, Lages.

Foto: autor, 2011.

reflexão sobre o processo histórico do Planalto Serrano Catarinense, com enfoque no município de Lages – o mais antigo da região, fundado em 1766 – a partir da produção arquitetônica nos meios rural e urbano, em seu período inicial, ou seja, entre a abertura do caminho Viamão-Sorocaba (aproximadamente 1730), fato ao qual se seguiu o estabelecimento das primeiras fazendas, e o fim do século XIX, marcado pela abolição da escravidão e pela transição para o regime republicano.

Partindo-se de contextualização histórica e com embasamento em revisão bibliográfica e pesquisa documental foram identificadas, na região pesquisada, as edificações remanescentes, bem como algumas já desaparecidas, das quais se encontraram informações, sobretudo de caráter iconográfico. As referidas edificações foram analisadas quanto aos aspectos arquitetônicos (materiais, técnicas e sistemas construtivos, definição do programa de necessidades e configuração das plantas, elementos estéticos, entre outros), relacionando-as com construções similares existentes em outras regiões, apontando para possíveis origens, tentando identificar generalidades e originalidades, buscando definir tipologias.

Com relação à pesquisa bibliográfica, autores como Walter Piazza, Oswaldo Cabral, Li-

curgo Costa e Victor Peluso Júnior foram fontes indispensáveis para o entendimento da evolução histórica no contexto enfocado. Os dois primeiros são nomes consagrados da historiografia catarinense, e os dois últimos são profundos conhecedores da história e geografia da região de Lages. Licurgo Costa é autor da monumental obra *“O Continente das Lages: sua história e influência no sertão da terra firme”*, publicada em quatro volumes totalizando mais de 1.700 páginas, no ensejo da edição de obras de referência para o estado de Santa Catarina, pela editora da Fundação Catarinense de Cultura, em 1982. Já Victor Peluso Júnior, o grande geógrafo catarinense, é autor do formidável artigo *“Lages, a Rainha da Serra”* – no qual aborda impecavelmente a evolução urbana e a arquitetura da cidade serrana – publicado originalmente em 1952 nos Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, e reeditado em 1991, pela Universidade Federal de Santa Catarina, no livro *“Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina”*, reunindo diversos trabalhos de Peluso Júnior.

Importantes ainda na contextualização histórica os autores Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, Vera Lucia Maciel Barroso e Ana Lúcia Herberts, que tratam do Ciclo das Tropas e dos antigos caminhos de tropeiros no Planalto, bem

como Sebastião Fonseca de Oliveira, que, na obra *“Aurorescer das Sesmarias Serranas: História e Genealogia”*, fornece, através da transcrição de inventários e outros documentos de fazendeiros dos Campos de Lages nos séculos XVIII e XIX, subsídios de grande relevância para a pesquisa realizada.

Necessário mencionar o minucioso relato de Robert Avé-Lallemant sobre as *“Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo”*. Ele, em 1858, empreendeu viagem que consistiu em verdadeira aventura, entre a cidade do Desterro (atual Florianópolis) e a então vila de Lages. A riqueza de detalhes sobre a paisagem, natureza, tipos humanos, costumes e arquitetura tornam a narrativa cativante, lançando luz para que se pudesse obter, se não a compreensão real, uma visão mais próxima dela a respeito da habitação nos Campos de Lages na segunda metade do século XIX.

Sobre a arquitetura portuguesa, matriz principal das construções estudadas, inúmeras obras foram consultadas na busca por dados úteis à pesquisa, com destaque para as mais recentes *“Cidades e Casas da Macaronésia”*, de José Manuel Fernandes, e *“A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII”*, de João Vieira Caldas, bem como os estudos essenciais produzidos por Mário Moutinho (A ar-

quitectura popular portuguesa), Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (*Arquitetura Tradicional Portuguesa*), além, é claro, da monumental “*Arquitetura Popular em Portugal*”, edição da Ordem dos Architectos.

Fazemos referência a “*Modelos Portugueses e Arquitetura Brasileira*”, de Roberto Pastana Teixeira Lima, estudo comparativo que versa sobre a arquitetura produzida no Brasil sob influência portuguesa, destacando o papel da legislação, notadamente das Posturas Municipais na consolidação de uma identidade arquitetônica luso-brasileira.

“*O sobrado e o cativo*”, obra do historiador Mário Maestri (2001) com enfoque nas habitações urbanas do Rio Grande do Sul durante o século XIX, permitiu a necessária reflexão sobre o fazer arquitetônico pela sociedade brasileira no contexto escravista, e a comparação com o caso de Lages. Também apoiando-se nas Posturas Municipais, Maestri revela não a contribuição do colonizador português, mas o papel estrutural do trabalhador escravizado no modo de construir e no funcionamento das antigas residências das cidades gaúchas.

Especificamente sobre arquitetura brasileira foram de fundamental importância os trabalhos de Carlos Lemos, Nestor Goulart dos Reis Filho e Günter Weimer.

Estes arquitetos-historiadores há décadas se dedicam ao estudo das origens dos modelos arquitetônicos encontrados no país, fazendo referência constante ao francês Vautier, arquiteto que na primeira metade do século XIX inaugurou a abordagem do tema, tendo se ocupado em compreender a construção e o funcionamento das casas de residência no Brasil (obra publicada em português em 1975, pela Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Há de se referir também as dissertações de mestrado dos arquitetos Luís Henrique Haas Luccas (*Estâncias e Fazendas: Arquitetura da Pecuária no Rio Grande do Sul*, UFRGS, 1997) e Nery Auler da Silva (*Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio – século XIX*, UPF, 2003), que abordam as construções rurais do estado vizinho do Rio Grande do Sul dentro do mesmo recorte temporal aqui considerado.

Com relação à produção arquitetônica em Santa Catarina, embora ainda em número reduzido, merecem menção os estudos da historiadora Sara Regina Silveira de Souza e dos arquitetos Hans Broos e Eliane Veras da Veiga. O enfoque se dá na região litorânea, sobretudo para as possíveis contribuições dos colonizadores açorianos e seus descendentes



Fazenda dos Palmas, São Joaquim, SC.
Foto: autor, 2014.

às construções aí erguidas entre o período colonial e o final do século XIX.

A pesquisa documental, ainda que considerada para as sedes de fazenda as informações descritivas contidas em antigos inventários, ficou concentrada em dois pontos. Em primeiro lugar, na compilação das Posturas do Município de Lages, entre 1836 e 1895, uma vez que este tipo de legislação foi determinante para a consolidação dos modelos arquitetônicos urbanos em todo o país até os últimos anos do século XIX, e para a afirmação do que

hoje se entende como identidade arquitetônica luso-brasileira. Em segundo lugar, teve como seu foco o levantamento de iconografia, tendo sido encontrado farto material, principalmente fotográfico do final do século XIX e início do século XX (fotos de sedes de fazenda, residências urbanas, ruas, praças e vistas panorâmicas de cidades), reproduzidas de publicações da época e em coleções de imagens, em sua maioria pertencentes aos acervos do Museu Thiago de Castro, em Lages, e da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura – FCC – em Florianópolis.

A tarefa de identificação das casas remanescentes apoiou-se primeiramente nos processos de tombamento estaduais, sob responsabilidade da FCC. Os tombamentos de imóveis na área central da cidade de Lages deram-se nas décadas de 1980 e 1990, seguindo-se a estes o tombamento da sede da fazenda Cajuru, em 2005.

Em seguida, ao passo que avançava o inventário de conhecimento da arquitetura tropeira pela Divisão Técnica do IPHAN, ocorreram diversas saídas a campo para a realização dos levantamentos arquitetônicos (registros fotográficos e elaboração de desenhos de fachadas e plantas baixas, incluindo, no caso das sedes de fazenda, os conjuntos formados pelos

galpões e mangueiras) e anotação dos materiais e técnicas construtivas observadas, ora desbravando estradas precárias de localidades isoladas, ora buscando de rua em rua, por detrás de fachadas em sua maioria descaracterizadas, elementos construtivos que permitissem a leitura do que teria sido uma habitação do século XIX.

Reunidas as informações, partiu-se para a confrontação e análise dos dados, considerando os dois grupos de construções estudadas, um composto pelas casas de fazenda, e o outro pelas casas urbanas.

Procedeu-se também à necessária comparação com exemplares arquitetônicos de características similares datados do mesmo período estudado, encontrados em outras regiões (litoral catarinense, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Portugal Continental e arquipélagos de Açores e Madeira), o que permitiu a subdivisão dos dois grupos princi-

pais em outros grupos, com relação a aspectos diversos (tipos de materiais e técnicas empregadas, configuração dos espaços internos/plantas baixas, tratamento de fachadas entre outros aspectos).

Isso, por sua vez, possibilitou a verificação de elementos comuns à arquitetura luso-brasileira, como os telhados de quatro águas com galbo de contrafeito e beira-seveira, e elementos originais, resultantes da introdução desta arquitetura num contexto próprio, do que são prova as casas de residência confeccionadas inteiramente com madeira de araucária.

Por fim, considerando a carência de pesquisas que tratem da historiografia da arquitetura brasileira, principalmente na região Sul, almeja-se, com esta obra, contribuir com novos subsídios para um aprofundamento do conhecimento referente à arquitetura catarinense, em particular à da casa rural e urbana dos Campos de Lages nos séculos XVIII e XIX.

Fabiano Teixeira dos Santos



01

CAMINHOS E
TROPEIROS
NO PLANALTO
MERIDIONAL
DO BRASIL



Corredor de tropas, Coxilha Rica, Lages.
Foto: Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006.



Caracterização do território: o planalto das araucárias

Entende-se por Planalto Serrano Catarinense o vasto território de campos e bosques de *Araucária angustifolia*, popularmente denominada de “pinheiro brasileiro”, árvore predominante nas regiões do Planalto Sul brasileiro. Este vasto território está situado no estado de Santa Catarina, acima das encostas da Serra Geral, junto à divisa com o estado do Rio Grande do Sul (ao norte dos rios Pelotas e das Contas). Aí lhe são contíguos os Campos de Cima da Serra, de características similares, e com os quais fazem divisa, de leste para oeste, os municípios catarinenses de Bom Jardim da Serra, São Joaquim, Lages, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Cerro Negro e Anita Garibaldi.

Em sua fase de ocupação inicial, por conta do processo de expansão dos domínios coloniais portugueses, a região denominou-se primitivamente Sertão de Curitiba, por ter sido vinculada administrativamente a essa cidade paranaense. Cabe aqui lembrar que a margem norte do rio Pelotas, hoje catarinense, pertenceu até 1820 à então capitania de São Paulo, cujo território incluía o estado do Paraná e todo o Planalto, Meio-oeste e Oeste de Santa Catarina, a quem por sua vez cabia apenas a faixa litorânea, entre Guaratuba (PR) e Torres (RS). Posteriormente, o sertão de Curitiba foi definido como Campos de Lages, em referência aos abundantes afloramentos de rocha eruptiva (basalto) e sedimentar (arenito) que constituem a natureza geológica local. A descrição da região apresentada por Peluso Júnior define com clareza seus limites:



Florestas e campos que se sucedem através de montanhas médias e pequenas colinas assentadas sobre um altiplano eis a feição característica do planalto de Lajes (...). Seus limites destacam-se afoitamente no relevo que, ao encontrar-se com a serra do Mirador, apresenta os vertiginosos taludes da serra Geral, seu limite oriental. Ao sul e ao oeste, são as linhas que no planalto deixa a erosão das águas dos rios Pelotas e Peixe que o delimitam. Dominam aí grandes florestas, formadoras de barreiras que detiveram as correntes de povoamento (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 30).

Ao Norte, a referida região é delimitada pela Serra do Espigão, importante acidente geológico que, ainda em território catarinense, faz a transição dos Campos de Lages, na altura do município de Curitibanos, para o Planalto Norte Catarinense (ou Planalto de Canoinhas), região já sob influência dos Campos Gerais do Paraná.

Para Oeste, a região avança até o Vale do Rio do Peixe, numa paisagem que originalmente alternava trechos de florestas subtropicais e campos nativos, os Campos Novos, hoje em sua maioria transformados radicalmente pela

lavoura mecanizada e pela silvicultura. A denominação “Campos Novos” se deu em função de haverem sido ocupados mais tardiamente em relação aos Campos de Lages, tendo, a referida expressão, passado a denominar o município aí situado.

Apresentando uma variação de altitude entre 900 e 1.600 metros acima do nível do mar, com verões amenos e invernos bastante rigorosos – o que resulta numa temperatura média anual de 15°C, registrando-se com frequência, a ocorrência de geada e neve durante o inverno, nessa região ocorre o contato das matas costeiras com os pinhais, em associações mistas denominadas matas sub-xerófilas, ou faxinais.

Os campos desprovidos de árvores, conhecidos como campinas, são raros, apresentando-se em geral na forma de savanas de araucária ou vassourais. Já as florestas, em que surge principalmente o pinheiro associado à imbuia e à erva-mate, ocorrem em sua maioria nos vales dos rios e em pontos mais úmidos nas coxilhas, acusando a existência de nascentes, de onde partem acompanhando os cursos d’água em matas de galeria, indo ao encontro das massas florestais dos vales de rios de maior porte (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 33-34).

Nas áreas de ocorrência dos campos, a predominância de gramíneas e espécies arbus-



Campo nativo com bosques de araucária na localidade de Morrinhos, Lages. Foto: Ricardo Almeida, 2003/lphan.

tivas foi determinante para o desenvolvimento da pecuária extensiva como vocação econômica, já nos primeiros anos de ocupação do território, e, embora originalmente constituíssem a maior parte do revestimento vegetal dos Campos de Lages, acabaram, sendo convertidas em áreas de campo limpo, assumindo muito mais a característica de campina.

A atividade pastoril é de fato a grande responsável pelo disciplinamento da paisagem do Planalto, o que se deve, em muito, à queima anual do campo ao final do inverno (durante o

mês de agosto), prática secular para a renovação das pastagens e obtenção do “campo limpo”. Áreas menos utilizadas pelo rebanho ou abandonadas, onde, portanto, não ocorrem queimadas, assumem dentro de poucos anos o aspecto de vassourais, ou, no dizer popular do homem serrano, “campos sujos”, que, além de dificultarem o manejo do gado, passam a concentrar insetos (principalmente moscas, mutucas e carrapatos) e serpentes peçonhentas, que geram grande incômodo e representam riscos à saúde dos animais.



Área de campos nativos utilizados para pecuária extensiva na localidade de São Jorge, Lages. Em razão da excelente qualidade de suas pastagens e do relevo suavemente ondulado, foi batizada pelos colonizadores como Coxilha Rica, denominação que permanece e que compreende uma extensa área nos municípios de Lages e Capão Alto. Observa-se na imagem um trecho do antigo caminho Viamão-Sorocaba, a “Estrada Geral das Tropas”, aberta na primeira metade do século XVIII. Fonte: autor, 2009.

No contexto do Planalto Serrano Catarinense, interessa-nos, nesta obra, particularmente a área situada entre os rios Pelotas – junto à divisa com o Estado do Rio Grande do Sul – e Canoas, ao norte da cidade de Lages. Tal escolha se dá pelo fato de ter a referida área sido palco da ocupação pioneira do interior catarinense no período colonial, o que se deu logo após a abertura do caminho Viamão-Sorocaba (primeira metade do século XVIII), atravessando-a no sentido sul-norte, e de suas conexões, a partir de Lages, com as cidades de Laguna e Desterro (atual Florianópolis), na costa. Aí ocorre um maior número de antigas edificações rurais e urbanas remanescentes e

melhor caracterizadas para a realização desta pesquisa, que, portanto, aí se concentrou:



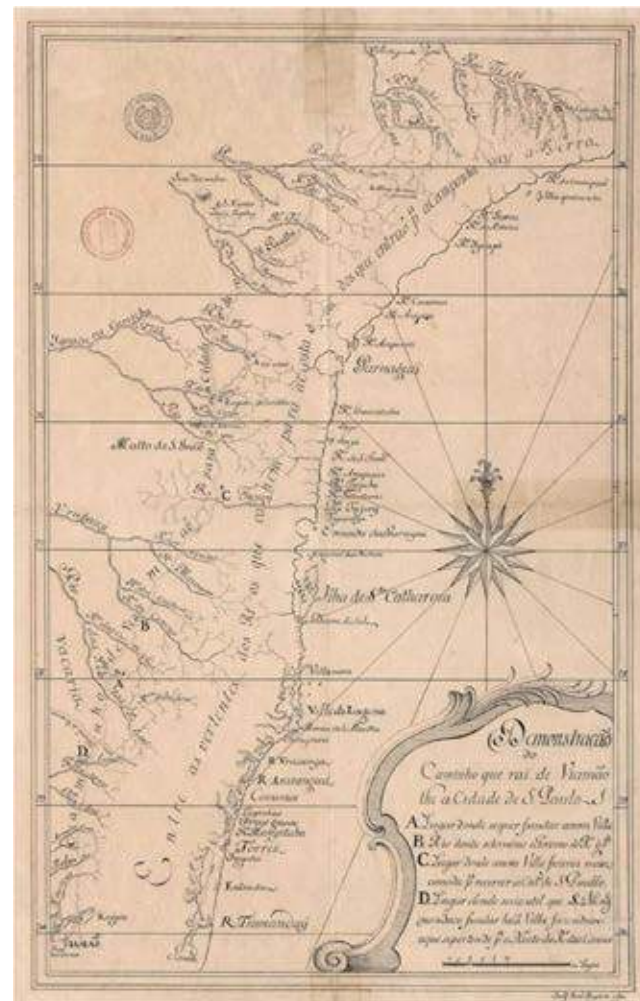
A situação elevada do planalto, sua caracterização de pequenas montanhas e colinas, aliadas ao clima temperado e aos campos e florestas compostos de associações mistas em que domina a araucária, conferem ao planalto de Lajes a individualidade de região natural, que coincide com a região histórica onde se processou o aproveitamento econômico do vasto quadro em que nasceu a cidade de Lajes (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 30.)

A abertura do caminho Viamão-Sorocaba e o Ciclo das Tropas

No início do século XVIII, em meio à delimitação das fronteiras meridionais do Brasil, diante da necessidade de avançar sobre as Missões Jesuíticas e consolidar os domínios territoriais já conquistados aos espanhóis – Colônia do Sacramento, Rio Grande e o litoral de Santa Catarina – Portugal percebeu que, para levar a bom termo seu projeto expansionista, seria preciso efetivar a ligação por terra entre essas regiões e povoá-las.

Paralelamente a isso, a descoberta do ouro em Minas Gerais esgotava todos os meios de produção e abastecimento de alimentos então disponíveis na Colônia, além de consumir praticamente todo o rebanho de animais destinados ao transporte.

Em contrapartida, nos campos a ocupar no Sul, desde o Planalto Serrano Catarinense e ultrapassando os atuais limites com o Uruguai e a Argentina, abundava gado vacum, cavalos e muiar, que, se devidamente arrebanhado e conduzido para os domínios portugueses, seria a solução para a crise iminente. Até porque, principalmente as mulas – criadas aos milhares em estâncias das regiões de Tucumán, Córdoba, Santa Fé e Entre Rios para serem comercializadas na feira da cidade de Salta – careciam de novos mercados, desde que a decadência das minas de ouro e prata de Potosi, no Vice-reinado do Peru, havia decretado o fim do rentável negócio das tropas de muars da América Espanhola (FONSECA, 2004, p. 55).



“Demonstração do Caminho que vai de Viamão até a Cidade de S. Paulo”. Mapa de autoria do Sargento João Batista, anterior à fundação de Lages (1766).

Acervo: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

A procedência tanto quanto as raças do gado que habitava os campos sulinos, inclusive na região de Lages, é motivo de divergência entre alguns autores, embora o mais provável seja que o gado, conforme Oliveira, S. (1996, p. 16), proviesse, por um lado, dos rebanhos introduzidos pelos jesuítas espanhóis na região platina e por outro, de acordo com Costa (1982, p. 1.449 a 1.454), de matrizes portuguesas trazidas para o território brasileiro nos primeiros anos da colonização, descendendo, portanto, em ambas as hipóteses, de animais ibéricos.

Para levar a cabo tamanha empreitada, tornou-se imprescindível incorporar às posses da Coroa Portuguesa os Campos de Lages e de Cima da Serra, incluindo a área conhecida como *Baqueria de los Piñares* – denominação primitiva do atual município gaúcho de Vacaria, que, traduzida do espanhol, significa “Vacaria dos Pinhais”, referência às matas de araucária da região onde abundavam rebanhos de gado vacuum alçado. Esses campos encontravam-se até então despovoados pelos portugueses e eram visitados esporadicamente pelos guaranis missioneiros, que vinham em busca da grande quantidade de gado alçado aí existente, destinado ao abastecimento das estâncias das reduções jesuíticas do rio Uruguai. Sua posse seria fundamentalmente necessária, uma vez que

estavam estrategicamente situados entre os Campos de Tramandaí e de Viamão (litoral norte do Rio Grande do Sul e região metropolitana de Porto Alegre), os Campos Gerais de Curitiba e o litoral catarinense. Neste último se encontravam dois dos mais importantes baluartes lusitanos: a ilha de Santa Catarina e a vila de Laguna.

Assim, o antigo caminho que existia desde o final do século XVII ao longo da costa, entre a Colônia do Sacramento e Laguna, o caminho da Praia, foi, em 1728, desviado para Oeste, na altura da atual cidade catarinense de Araranguá, alcançando os Campos de Cima da Serra e rumando daí para a vila de Curitiba.

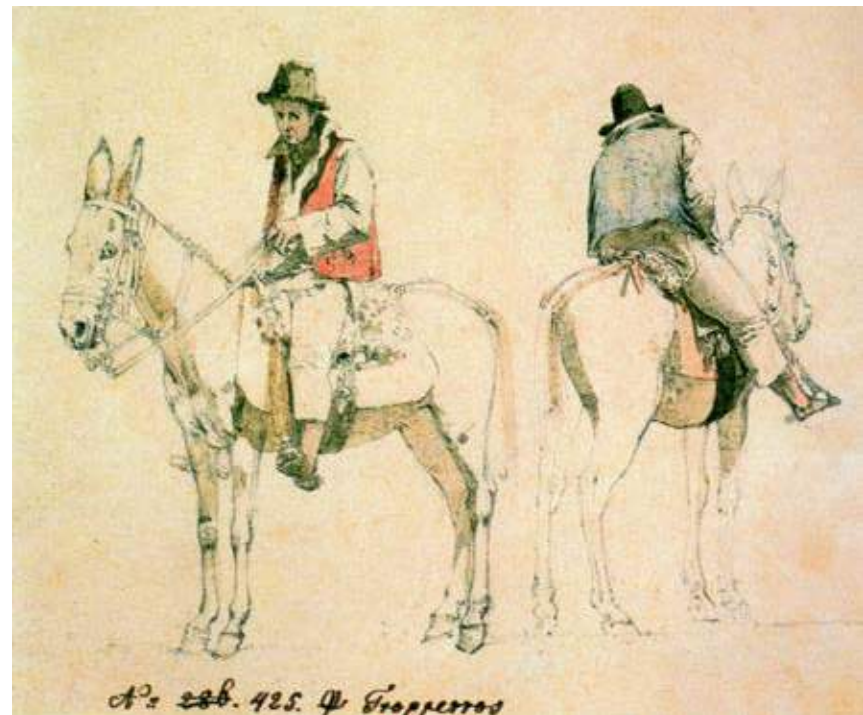
Empreendido por Francisco de Sousa Faria, tornou-se conhecido como caminho do Sousa Faria ou dos Conventos, porém logo se mostrou de difícil manutenção, em função do relevo íngreme. Além do mais, o trajeto realizado pela faixa litorânea praticamente inviabilizava o transporte regular de cargas e tropas de animais, em função da presença de alagadiços, rios e dunas, por vezes intransponíveis. Buscou-se como alternativa avançar para o interior ainda em território sul-rio-grandense, onde os terrenos mais secos e a maior regularidade do relevo, facilitando a subida da Serra, foram decisivos para a abertura do caminho de Viamão, do Serião, ou simplesmente Estrada Geral das Tropas:



Fugindo do Litoral inóspito, com muitas barreiras que interceptavam o caminho da praia (rios Tramandaí, Mampituba e Araranгуá), foi aberto por Cristóvão Pereira de Abreu, por volta de 1734, um caminho que, vindo do sul, saía na altura do atual município de Palmares em direção ao interior. Atravessando os Campos de Viamão, enveredava rumo ao rio Rolante, afluente do Sinos (área de Santo Antônio da Patrulha), e seguia depois perseguindo a serra (São Francisco de Paula e Bom Jesus).

Após atravessarem o rio Pelotas e ali pagarem os direitos no Registro de Santa Vitória (RS), os tropeiros alcançavam os Campos de Lages e os de Curitiba, no Planalto catarinense, ingressando depois no território paranaense ao transporem o rio Negro. Pelos Campos da Lapa seguiam para os Campos Gerais de Curitiba, no segundo Planalto paranaense, após atravessarem o rio Iguaçu, onde se localizava o registro de Curitiba. Dali seguiam até chegar, em São Paulo, à Feira de Sorocaba (BARROSO et al., 2006. p. 181).

Como a ligação entre o planalto paranaense e São Paulo já existia, o caminho de



“Tropperros” (Tropeiros). Desenho de Thomas Ender, 1817.

Fonte: Iconografia Paulistana do Século XIX, Metalivros, 1998.

Viamão acabou por consolidar a ligação entre o Sul e o Centro da Colônia.

De forma a garantir o controle do comércio de animais destinados a São Paulo mediante a cobrança de impostos, e ao mesmo tempo propiciar maior segurança aos tropeiros e viajantes, por volta de 1754, na margem sul do rio Pelotas, junto ao Passo de Santa Vitória, entre os atuais municípios de Bom Jesus (RS) e Lages



A atividade tropeira no Sul do Brasil no início do século XIX, presente nas aquarelas de Jean Baptiste Debret. Fonte: Debret e o Brasil: obra completa – 1816-1831, Capivara, 2008.



(SC) – uma das poucas passagens possíveis – foi instalado um registro, espécie de praça de cobrança de pedágio garantido por um destacamento militar do exército português.

O ponto final da jornada era a vila de Sorocaba, cuja feira de muare, realizada desde as primeiras décadas do século XVIII, acabou se tornando a mais importante em número de animais comercializados.

Sorocaba, segundo Prestes (1999, p. 65), concentrou a atividade tropeira por aproximadamente 150 anos, gerando lucros vultosos em impostos à Coroa e garantindo o fornecimento de animais de transporte a todo o restante do território brasileiro, incluindo o Rio de Janeiro, as regiões Norte e Nordeste, Goiás, Mato Grosso e, sobretudo, Minas Gerais, durante o ciclo do Ouro.

Estima-se que no período compreendido entre 1724 e 1890, do qual existem dados estatísticos referentes às tropeadas de mulas e cavalos provenientes do Sul e destinadas às feiras paulistas, foram comercializadas mais de trezentas mil cavalgadas, além do fornecimento de charque e de gado bovino vivo que abastecia as fazendas de criação ao longo do caminho até São Paulo (COSTA, 1982, p. 157).

No início do século XIX, com a decadência da mineração e a ascensão da economia do café, a feira de Sorocaba passou a abastecer o mercado de animais de carga e montaria das fazendas cafeeiras paulistas e fluminenses, o que se estendeu até o principiar do século XX, quando enfim, de acordo com o que informam Costa (1982, p. 157-158), e Prestes (1999, p. 1), diante da ascensão das ferrovias e do surgimento do automóvel, deu-se o fim do ciclo das tropas.

Novos caminhos: a ligação com o Litoral e a Vereda das Missões

O sistema viário da região de Lages não se resumiu à estrada Viamão-Sorocaba (COSTA, 1982, p. 92). Outras estradas foram sendo abertas a partir de solicitações de tropeiros, interessados em ampliar seus negócios, e das autoridades oficiais, preocupadas com o isolamento da região serrana, com a necessidade de novas frentes de expansão da ocupação do território, ou mesmo para assegurar a defesa da faixa litorânea diante das constantes ameaças de investidas castelhanas. Assim, conforme informam Oliveira, S. (1996) e Alves (2002), criou-se, apesar da distância e precariedade, uma rede de caminhos que levou a significativo incremento comercial e populacional.

Destacam-se aí a estrada entre Lages e Laguna, na verdade o antigo caminho dos Conventos, que após ter sido abandonado, foi reaberto entre 1771 e 1772 pelo fundador e capitão-mor da vila de Lages, Antônio Correia Pinto de Macedo, e o estratégico caminho desbravado em 1787 para conectar Lages à vila-capital da ilha de Santa Catarina, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), feito do alferes Antônio José da Costa (COSTA, 1982, p. 91 e p. 198).

A existência desse segundo caminho, embora posterior à invasão espanhola de 1777, foi decisiva para a efetivação do apoio e comunicação regular com a ilha de Santa Catarina, cujo governo recebeu em 1820 a posse da vila de Lages, que, desde sua fundação, em 1766, estava sob responsabilidade da Capitania de São Paulo (COSTA, 1982, p. 199).



“Rico habitante de São Paulo que conduz suas mulas carregadas de açúcar”. Aquarela de Aimé-Adrien Taunay, 1825. Fonte: Iconografia Paulistana do Século XIX, Metalivros, 1998.



“Viajante paulista de poncho”. Aquarela de Thomas Ender, 1817. Fonte: Iconografia Paulistana do Século XIX, Metalivros, 1998.



“Mercadores de São Paulo e Minas descansando em um rancho”. Desenho de Charles Landseer, 1827.
Fonte: Iconografia Paulistana do Século XIX, Metalivros, 1998.



“Gaúchos condutores de tropas”. Aquarela de Debret.
Fonte: Debret e o Brasil: obra completa – 1816-1831, Capivara, 2008.

Outra estrada tão importante quanto a de Viamão foi o caminho Novo da Vacaria, ou vereda das Missões, cuja abertura, em 1816, sob o comando do alferes da Cavalaria de Curitiba, Atanagildo Pinto Martins, pode ser considerada o início de uma segunda frente do Ciclo das Tropas (BARROSO, 2006, p. 183). A partir da ocupação definitiva das Missões pelas forças portuguesas, ocorrida em 1801, e, segundo Reichel (2006, p. 57), com o importante incremento da pecuária nos campos da fronteira oeste gaúcha, principalmente como criatório de mulas – produção que, aliás, essa região passou a liderar – tornou-se necessário facilitar a ligação com o mercado consumidor da região central do Brasil, o que se resolveu com o caminho da Vacaria.

O traçado dessa estrada se aproximava do da atual rodovia BR-285, partindo de São Borja e passando por Cruz Alta, Passo Fundo e Lagoa Vermelha – cidades para cuja origem e desenvolvimento foi de fundamental importância – até atingir Vacaria, onde se conectava ao antigo caminho de Viamão, rumando para Lages.

Até a segunda metade do século XIX, o comércio de tropas se deu, em sua maioria, pelo caminho Novo da Vacaria, quando, numa terceira e última fase da economia tropeira, o transporte de animais foi deslocado definitivamente para Oeste, com a abertura dos caminhos de ligação de Lagoa Vermelha com a região de Campos Novos e Curitibaanos, a Norte de Lages, e de Palmeira das Missões, diretamente para os Campos de Palmas e de Guarapuava, já em território paranaense.

Abertos os caminhos, sesmarias dão origem às fazendas

Diferindo de grande parte dos estabelecimentos pastoris sul-riograndenses, que usualmente denominaram-se “estâncias” talvez por influência platina, as propriedades rurais nos Campos de Lages, mais próximas da concepção paulista, denominaram-se “fazendas”, à semelhança do que já havia sido observado para os estabelecimentos rurais nos vizinhos Campos de Cima da Serra (RS):



“(...) na serra, por influência dos povoadores paulistas, as propriedades recebem a designação de “fazenda”, enquanto o nome “estância”, vigente nas zonas de fronteira, resulta do influxo de língua espanhola, que recebemos do Uruguai e da Argentina (PINTO, 1989, p. 13).

As fazendas, somando milhares de hectares, ou, na forma usual da região serrana para expressar unidade de medida de área de terra, somando muitos “milhões de campo” (sendo “um milhão de campo” equivalente a um milhão de metros quadrados), surgiram na sequência da abertura do caminho Viamão-Sorocaba,

concomitantemente à concessão de sesmarias, para legitimação da posse sobre o território, conforme Oliveira, S. (1996, p.27) e Piazza (1983, p. 173), os quais apresentam, respectivamente, listagens com os primeiros sesmeiros nas regiões serranas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Identificam-se entre os pioneiros, Bento Soares da Motta, Francisco Carvalho e Bento Pereira, chegados após 1730 (COSTA, 1982, p. 1.565).

Multiplicaram-se as fazendas à medida que novas áreas iam sendo desbravadas, a partir da abertura de outras estradas e da fundação dos primeiros povoados. Isso explica o fato de as sedes das propriedades rurais localizarem-se sempre ao longo dos antigos caminhos ou nas proximidades das cidades, servindo de apoio uns aos outros na ocupação e estruturação territorial.

Acorreram ao planalto, com suas famílias, agregados e escravos, muitos lagunenses, portugueses do reino e, sobretudo, paulistas, certamente pela proximidade geográfica e pelo habitual envolvimento nos negócios de tropas e de gado (OLIVEIRA, J., 1959, p. 21-24).

Também figuram entre os primeiros latifundiários, conforme Duarte (1930, p. 17), indi-



A pecuária nos Campos de Lages: mulas e gado bovino da raça crioulo-lageana, ou franqueira, descendentes dos primeiros rebanhos ibéricos introduzidos na Serra Catarinense. Fotos: Gilead Maurício / DigiPhotos / Autor, 2010.

víduos originários do arquipélago dos Açores, que, em sua maioria, haviam se estabelecido inicialmente no litoral de Santa Catarina e em outras partes do Rio Grande do Sul, a partir da colonização sistemática empreendida pela Coroa nessas regiões, entre 1747 e 1756 (FORTES, 1978, e PIAZZA, 1992). Particularmente no caso dos açorianos e seus descendentes, à medida que enfrentavam os reveses das guerras de fronteira, muitos optaram em rumar Serra acima, onde a abundância de pastagens e rebanhos acenava-lhes com perspectivas de uma vida mais estável e promissora. Sobretudo para aqueles fixados no

litoral catarinense, onde a ausência de capitais havia determinado a decadência do regime sesmeiro e favorecido a instalação de minifúndios voltados à agricultura familiar, a perspectiva de se tornarem prósperos fazendeiros foi decisiva para abandonarem a costa e se radicarem nos campos do Planalto (CABRAL, 1994, p. 211).

Ainda hoje, passados mais de dois séculos de partilhas e desmembramentos, muitas fazendas lageanas ultrapassam os dois mil hectares de extensão, ou vinte milhões de campo, na unidade de medida local, concentrando grande número de gado, especialmente *vacum* de corte.



Tropeada nas fazendas de criação de gado de corte, em Lages. Foto: Nery Auler da Silva/IPHAN-SC, 2008.

Em 1858, Avé-Lallemant se impressionou com o tamanho da propriedade e com a quantidade do rebanho pertencente ao fazendeiro Juca Velho. Referindo-se ao capataz da fazenda, escreveu:

“““

(...) disse-me ele, rindo, que, se quisesse ir até ao extremo da propriedade, teria de viajar três dias inteiros. Pensava ele que nas vinte milhas quadradas da família Velho pastavam umas 30.000 reses. Anualmente são marcados 1.500 a 2.000 bezerros e outras

tantas peças poderiam ser abatidas, se se pudesse tratar de tudo. (...) Um ramo especial na fazenda é a criação de muares. Mas isso se faz numa estância especial; é a mais lucrativa de todas (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 57-58).

De fato, números apresentados por Costa (1982, p. 1565-1575), além dos testamentos e inventários da família Velho, apresentados juntamente com os de outros fazendeiros de Lages pelo genealogista Sebastião Fonseca de Oliveira (1996, p. 148), comprovam o relato de Avé-Lallemant.



A cidade de Lages, vista do Morro do Posto, em 1866. Desenho de autoria de Thiago Pessanha, elaborado em 1903, a partir do original de E. N. Pires. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Fundação da vila pioneira: Nossa Senhora dos Prazeres das Lages

Foi o governador da capitania de São Paulo quem determinou, em 1766, a fundação da vila pioneira da região serrana catarinense, Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, hoje cidade. Após outras duas tentativas malogradas, a vila foi, segundo informações de Peluso Júnior (1952, p. 38), implantada definitivamente, no alto da colina ao sul do rio Carahá.

Coube a incumbência de fundar Lages ao português Antônio Correia Pinto de Macedo, proveniente de Braga e que já há alguns anos vivendo em São Paulo, havia estabelecido re-

lações com o governador Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, tendo sido por este nomeado Capitão-Mor e Regente do “Sertão de Curitiba”, ou seja, da extensa área abaixo dos Campos Gerais, entre o rio Negro (atual divisa dos estados de Paraná e Santa Catarina) e a confrontação com a capitania do Rio Grande de São Pedro (atual estado do Rio Grande do Sul), de limites então incertos.

Em 07 de agosto de 1766 Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão assinou a ordem para a fundação da vila de Lages:



Porquanto tenho determinado em virtude das ordens de S. Magestade aumentar as povoações desta Capitania, e tenho notícia que na paragem chamada as Lages, sita no sertão de Curitiba, há terras sufficientes para estabelecer uma boa povoação, ordeno ao Capitão-mór Regente do dito sertão Antonio Corrêa Pinto – sirva de Director, fundador e administrador da dita povoação; pois me consta concorrerem na sua pessoa circumstancias de christandade, capacidade e rectidão para dirigir os povos della, conforme as ordens, que incumbirem (...) (COSTA, 1982, p. 45).

Outro elemento que possivelmente pesou a favor da escolha de Correia Pinto para a missão de fundação de Lages foi o de o português não apenas conhecer a região como aí ser possuidor de terras. Correia Pinto fora proprietário “de uns campos em cima da Serra de Viamão”, em área do atual município de São Francisco de Paula (RS), os quais adquiriu de José Antônio Cardoso (OLIVEIRA, S. 1996, p. 28), tendo recebido a confirmação da propriedade por carta de sesmaria repassada pelo governador Gomes Freire de Andrada, em 1754 (COSTA, 1982, p. 149).

Conforme o testamento que deixou, da-

tado de 1783, Correia Pinto possuía “duas fazendas de criar animais vacuns e cavalaes”, e embora não constem no citado documento maiores detalhes sobre sua localização, é certo que uma delas tenha sido a Fazenda da Costa do Caveiras, depois chamada Cruz de Malta, cuja sede situa-se a cerca de seis quilômetros da cidade de Lages (COSTA, 1982, p. 149).

Ou seja, nada mais conveniente do que atender à incumbência do governo de São Paulo implantando a estratégica povoação junto à sua propriedade.

Foi na sequência do Tratado de Madrid (1750), seguindo o princípio do *uti possidetis*, e em meio a dúvidas sobre a delimitação dos territórios das capitanias de São Paulo e de São Pedro do Rio Grande, que se deu a fundação da povoação de Nossa Senhora dos Prazeres. Isso porque o governador do Rio Grande, José Custódio de Sá e Faria, alegava que suas extensões territoriais avançavam Serra Geral acima até ao rio Canoas, enquanto Dom Botelho Mourão reivindicava as terras ao sul, até ao rio Pelotas, certamente por temer que, estando a capitania do Rio Grande em litígio e confronto direto com os espanhóis, conseqüentemente muito mais ameaçada por invasões e pretensões de reconquista, seria prudente estender os limites de São Paulo o máximo possível para

o sul, reforçando-os com a implantação de povoações, de forma a assegurar as possessões portuguesas na região.

Importava, igualmente, criar núcleos de apoio à estrada das Tropas, que, afinal, encontrava-se em sua maior extensão completamente desprotegida diante da inexistência de vilas entre Curitiba e os campos de Viamão (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 40).

O fato é que Correia Pinto, por certo muito bem orientado pelo Morgado de Mateus, instalou-se inicialmente ao sul do rio Canoas, em sítio denominado “das Taipas”, localizado no Chapadão do Cajuru, distante cerca de vinte quilômetros ao sul da atual cidade de Lages.

O governador do Rio Grande, sabendo disso, tomou imediatamente providências no sentido de que suas alegações fossem respeitadas, solicitando à administração da Colônia que o núcleo recém-criado fosse transferido para o norte, além do rio Canoas.

Costuma-se atribuir o insucesso da primeira tentativa de fundação da vila à escassez de água e materiais de construção no Chapadão do Cajuru, o que obviamente dificultaria o seu progresso. Porém, é mais certo que a mudança para o segundo sítio, localizado às margens do Canoas, tenha ocorrido como um recuo estratégico da parte de Correia Pinto ante as

pressões superiores. Até porque este segundo local era tão ou mais impróprio que o primeiro, estando sujeito às enchentes do caudaloso rio Canoas, o que sucedeu em 1767, arrasando o incipiente povoado.

Por fim, voltou-se o fundador novamente ao sul, desta vez em sítio bastante aprazível, de terrenos regulares e com água em abundância, sobre o alto de uma colina ao sul do rio Carahá, afluente do rio Caveiras (que por sua vez é um dos principais afluentes do rio Pelotas). Aí, junto ao caminho Viamão-Sorocaba, de onde se descortina amplo visual para o sul, instalou definitivamente a Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lages, sendo abertas as ruas, construídas as primeiras casas e sendo levantada a igreja Matriz. Essa implantação estratégica e o caráter oficial da fundação lhe renderam a denominação inicial de “fortaleza”, afinal, consistia em verdadeiro posto avançado na defesa dos interesses da Coroa. “Nossa Senhora dos Prazeres” era a santa de devoção do Morgado de Mateus e passou a ser o orago da recém-fundada Freguesia, em cuja denominação a palavra “Lages” fazia alusão à concentração de afloramentos de arenito botucatu, rocha ainda marcante na paisagem dos arredores da cidade. Interessante informar aqui que a planta mais antiga de Lages de que



“Homem de Sta. Catarina e paulista”. Aquarela de Debret representando alguns dos tipos humanos que estiveram presentes na colonização do Planalto Catarinense e na fundação da Vila de Lages.

Fonte: Debret e o Brasil: obra completa – 1816-1831, Capivara, 2008.



Casa de Câmara e Cadeia de Lages. Início do século XX. Demolida em 1904. Localizava-se na atual Praça João Costa, Lages. Fonte: Museu Thiago de Castro.

se tem conhecimento data de 15 de dezembro de 1769 e intitula-se “*Planta da Villa de N. S^a. dos Prazeres na paragem da Fortaleza dos Campos das Lages sobre o Rio das Caveiras*”, pertencendo ao arquivo do Estado Maior do Exército Brasileiro. É provável que tenha sido elaborada pouco tempo após a implantação definitiva do povoado sobre a colina junto ao rio Carahá, uma vez que a destruição da segunda tentativa de fundação, às margens do Canoas, teria ocorrido em 1767.

Apoiado pelo governo de São Paulo e com o consentimento do rei Dom José I, o novo povoado prosperou, apesar do isolamento, da hostilidade dos indígenas e das contrariedades da capitania do Rio Grande.

Diante do constante movimento de tropas em trânsito para Sorocaba – as quais tinham nesse povoado um importante ponto de apoio para descanso e negócios – além da vinda de novos moradores e do surgimento de inúmeras fazendas de criação de gado nos campos vizinhos, em 22 de maio de 1771 Lages foi elevada à Vila. Neste mesmo ano foram instalados o pelourinho, a Casa de Câmara e Cadeia e eleitos os vereadores e demais cargos administrativos, mantendo-se como capitão-mor Antônio Correia Pinto de Macedo.

Até meados do século XIX Lages não apre-

sentou, praticamente, qualquer tipo de desenvolvimento urbano, mesmo após ter seu território e jurisdição transferidos para a Capitania de Santa Catarina (1820), continuando a servir apenas como núcleo de apoio à atividade pastoril das fazendas situadas na região. Somente após a Revolução Farroupilha é que passou a esboçar uma tímida expansão de sua malha viária, com a abertura de mais umas poucas ruas, sendo elevada à categoria de cidade em 1860.

O presente trabalho, já na sua fase de conclusão para a publicação, acabou sendo enriquecido mediante a aquisição, por parte do autor, de um exemplar impresso do Alvará Régio datado de 1820 pelo qual a Vila de Lages foi desmembrada da Capitania de São Paulo e incorporada à Capitania de Santa Catarina. A imagem deste raríssimo documento, o qual, até onde sabemos, é inédito, integra os anexos desta obra, sendo integralmente reproduzida.



Vista da Praça da Matriz (atual João Ribeiro), notando-se à esquerda a segunda igreja da cidade, então inacabada, e à direita o recém inaugurado edifício da Intendência, atual Prefeitura Municipal de Lages, 1906. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Surgem outros povoados

Na vizinha capitania do Rio Grande também haviam sido tomadas providências no sentido de assegurar a ocupação e posse do território, fundando-se, na década de 1760, as Freguesias de São Francisco de Paula de Cima da Serra, e de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria. A sede da primeira situou-se junto à estrada Viamão-Sorocaba, logo após a subida da “Serra do Viamão”, em terrenos que pertenciam à sesmaria do lisboeta Pedro da Silva Chaves, conforme Alves (2007, p. 10). A sede da segunda Freguesia foi fundada em terrenos da Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, localizada nas proximidades do rio Pelotas, para apoio ao Registro do Passo de Santa Vitória, em área doada por outro sesmeiro, Antônio Borges Vieira, também proveniente de Lisboa (OLIVEIRA, J., 1959, p. 25).

São Francisco de Paula e Vacaria, ora concorreram, ora revezaram-se como sedes de unidades administrativas, o que se estendeu até sua emancipação da vila de Santo Antônio da Patrulha, na segunda metade do século XIX.

Outra importante medida em reforço à fundação dos povoados na região serrana



Vista geral da cidade de São Joaquim (da Costa da Serra) em 1910, então resumida à atual Rua Major Jacinto Goulart.

Acervo: autor.

foi a criação das companhias de cavalaria de Lages (COSTA, 1982, p. 60) e Vacaria (OLIVEIRA, S., 1996, p. 30), em 1767 e 1778, respectivamente, passando a auxiliar na segurança dos moradores locais, ante os frequentes ataques indígenas e as ameaças de investidas espanholas. Seguiu-se a criação das freguesias de São Paulo da Lagoa Vermelha (1857) e Senhor Bom Jesus (1879), no Rio Grande do Sul, e de São João Batista de Campos Novos (1854), Nossa Senhora da Conceição dos Curitibanos (1864) e São Joaquim da Costa da Serra (1871), em



Cidade de Vacaria, RS, em 1916. Praça central. Foto tirada da torre da igreja matriz de Nossa Senhora da Oliveira.

Acervo: Museu Municipal de Vacaria.

Santa Catarina, as quais integravam o território do município de Lages. Com exceção de Bom Jesus, emancipado apenas em 1913, as demais localidades constituíram municípios antes de 1900.

Resultando de uma ação oficial, como Lages, que teve inclusive traçado urbano planejado, ou decorrentes da evolução de simples pouso de tropeiros, como Campos Novos, Curitibanos e São Joaquim, esses núcleos surgiram e se desenvolveram às margens dos caminhos, cercados por fazendas de criação

de gado, estando, portanto, diretamente relacionados ao ciclo da pecuária – com destaque para a atividade tropeira – e ao tipo de sociedade que este ciclo produziu.

Prova disso foi a presença, em todos, de uma via larga, implantada de forma periférica ou central ao núcleo, denominada “rua das Tropas”. Hoje rebatizadas, algumas transformadas em movimentadas avenidas, foram tão relevantes no contexto original dessas cidades quanto as igrejas paroquiais com suas praças fronteiras.

02

ARQUITETURA
NOS CAMPOS
DE LAGES -
SÉCULOS
XVIII e XIX



Fazenda São João, Lages.
Foto: Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006.



A arquitetura pode ser entendida, conforme propõe Carlos Lemos (1979, p. 9), como toda intervenção realizada no meio ambiente com o propósito de criação de um novo espaço, com uma intenção plástica, espaço esse destinado ao atendimento de necessidades imediatas ou a expectativas programadas, conforme o que se entende como partido arquitetônico. Este, por sua vez, consistiria numa consequência formal originada de diversos elementos condicionantes ou mesmo determinantes, como um resultado físico da intervenção proposta. A partir dessa definição, o arquiteto-historiador apresenta quais seriam os principais elementos condicionadores do partido arquitetônico, a saber:

- a) Técnica construtiva, conforme a disponibilidade de recursos locais humanos e materiais, e que incluiria a dita intenção plástica, por vezes subordinada à estética dos estilos arquitetônicos.
- b) Clima.
- c) Condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém.
- d) Programa de necessidades, conforme usos, aspectos culturais, costumes populares e/ou conveniências diversas do empreendedor.
- e) Condições financeiras do empreendedor dentro do quadro econômico da sociedade.
- f) Legislação regulamentadora, normas sociais e regras de funcionalidade.

Partindo dessa conceituação, e inserindo-a no contexto de uma sociedade de raízes predominantemente portuguesas, cuja economia se baseava na atividade pastoril e no latifúndio apoiados na mão de obra escrava, surgiu na região dos Campos de Lages

uma arquitetura de soluções simples, em que os elementos ostensivos cederam lugar quase que por completo à necessidade de se adaptarem ao meio e de serem funcionais, tanto no meio urbano quanto no meio rural.

De acordo com as informações levantadas, e comparando-se as residências lageanas com as de outras áreas no mesmo período abordado, alguns aspectos mostram-se preponderantes para a definição da produção arquitetônica local até o final do século XIX. O primeiro desses aspectos é o peso da tradição construtiva herdada de Portugal, introduzida e adaptada no território brasileiro, e que, mesmo após a Independência (1822), influenciou profundamente o modo de construir em todas as regiões do país. Em segundo lugar há que considerar-se a existência, durante todo esse período, de uma sociedade moldada pela pecuária extensiva e dominada pela aristocracia rural, produto deste meio específico; em terceiro, a disponibilidade e dependência de trabalhadores escravizados, indispensáveis à execução de toda e qualquer tarefa do cotidiano. Por fim, observa-se o emprego de materiais, tecnologias e soluções construtivas em geral, valendo-se tanto do conhecimento tradicional quanto partindo para a inovação, mediante a adaptação ao contexto local.



No litoral e no planalto de Santa Catarina, a exemplo do que se pode constatar em todos os estados brasileiros, a arquitetura produzida até o século XIX é um dos aspectos que melhor representa a contribuição dos colonizadores portugueses: notar a forte semelhança entre uma casa rural abastada, localizada junto ao mar, de frente para a praia do Siriú, em Garopaba, e a sede da fazenda Santa Teresa, situada em meio à vastidão dos campos da Coxilha Rica, em Lages. Fotos: autor, 2009 e 2014.



Tradição portuguesa e formação da identidade arquitetônica luso-brasileira

Diferentemente da arquitetura de centros maiores, nos quais a presença intensa de trabalhadores escravizados (sobretudo, nas entressafras da atividade produtiva) e a maior disponibilidade de recursos financeiros permitiram a construção de residências amplas e sofisticadas – caso das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como das charqueadas da região de Pelotas e Bagé, no Rio Grande do Sul – a simplicidade acabou por prevalecer nos campos serranos. Esse aspecto não passou despercebido ao europeu Robert Avé-Lallemant, que, durante sua estada numa fazenda a caminho de Lages, no inverno de 1858, relatou:



(...) examinando-se a casa do milionário Juca Velho, não se compreende que nela possa reinar tanta simplicidade, tanta sobriedade, um modo de vida tão perfeitamente espartano. Só a convicção de que até às últimas fontes do Uruguai o modo de vida europeu ainda não pôde penetrar deita alguma luz sobre aquela condição (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 58).

Todo esse despojamento e simplicidade são devidos, em muito, à existência de uma forte tradição construtiva, que tornava a arquitetura encontrada no Planalto Serrano similar à de edificações erguidas, à época, por exemplo, em São Paulo (LEMONS, 1999), no Rio de



Cunhal, fazenda São João, Lages.
Foto: autor, 2009.

Janeiro (CARDOSO, 1975), ou no litoral catarinense (SOUZA, S., 1981).

Luís Henrique Haas Luccas, em seu estudo sobre a arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul, escreve:



A ocupação riograndense dos primeiros tempos vincula-se a Laguna e a São Paulo, mais precisamente com Sorocaba, centro da atividade tropeira. As procedências restantes, como mencionou-se no primeiro capítulo, foram de outras regiões brasileiras, de Portugal, Açores e Madeira, basicamente. Há uma unidade destes diferentes grupos em torno do que denominou-se cultura luso-brasileira, com uma arquitetura comum correspondente, ressaltadas suas variações regionais (LUCCAS, 1997, p. 78).

Em “Arquitetura Popular Brasileira” Günter Weimer (2005, p. 73) desenvolve ampla e detalhada abordagem sobre as produções arquitetônicas brasileiras de expressão vernacular nas mais variadas regiões, considerando contribuições culturais diversas aí introduzidas, adaptadas e assimiladas. Com relação às contribuições arquitetônicas ibéricas, resultantes da

dominação empreendida pelo colonizador português entre os séculos XVI e XIX, identifica-as como de origem ibero-romana, luso-germânica, luso-islâmica e luso-açoriana.

Tratando das casas de residência do Brasil no século XIX, o engenheiro e arquiteto francês Vautier, (1975, p. 62), após identificar a herança dos costumes portugueses, referiu-se às fachadas das moradias da cidade de Recife como de uma “monotonia desesperadora”, concluindo que “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas” (VAUTIER, 1975, p. 37).

Já para Carlos Lemos, a construção colonial do Sul do Brasil, a partir de uma visão geral, é assim definida:

(...) sempre foi muito simples, de pedra e cal, sem mostrar absolutamente nada de especial a não ser uma clara e nítida influência portuguesa, talvez algarvia nas obras populares (LEMOS, 1978, p. 56).

De fato esta arquitetura simples, aparentemente, “sem mostrar absolutamente nada de especial”, tem suas raízes na arquitetura tradicional portuguesa, que embora seja rica em regionalismos, em função de diferentes condicionantes – geográficos, culturais, econômicos, dentre outros – apresenta algo como uma



Casa térrea do século XVIII, em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Arquipélago dos Açores, Portugal. Fonte: autor, 2008.



Casas térreas do século XVIII, em São Francisco do Sul, SC. Fonte: autor, 2007.

unidade ou homogeneidade plástica que lhe confere identidade comum.

É uma característica definida, sobretudo, em função de uma forte expressão vernacular transmitida ao longo do tempo pelo conhecimento popular e pelo trabalho habilidoso dos mestres construtores, e que, até meados do século XIX, foi absorvida ou, de certa forma, aperfeiçoada pelo academicismo decorrente da larga atuação, em Portugal e nas colônias, de engenheiros militares e arquitetos, portugueses e de outras nacionalidades, em especial italianos, formados dentro das concepções arquitetônicas renascentistas e barrocas (CALDAS, 1999, p. 51).

Particularmente no Brasil, o neoclassicismo inaugurado pela Missão Artística Francesa no início do século XIX também encontrou ressonâncias na arquitetura tradicional, que incorporou elementos decorativos procedentes desta estética – com destaque para a introdução dos vãos em arco pleno, pilastras e platibandas – que, em parte, tratou de resgatar os princípios da arte clássica antiga e renascentista, identificados principalmente na ornamentação das fachadas dos edifícios públicos e de algumas residências mais abastadas de regiões economicamente mais desenvolvidas (TELLES, 1975, p. 115).

Pesquisadores como Moutinho (1979) enquadram a arquitetura tradicional portuguesa em pelo menos dez tipos, entre eles, no Norte, as casas minhota e serrana; no Centro-Litoral, as casas de madeira, alpendrada, salaia e ribatejana; no Alentejo, as casas de monte e de povoado; e no Algarve, as casas do tipo rural e de pescadores. Estes tipos são mais ou menos definidos por sua ocorrência regional (zonas) dentro do território de Portugal Continental e aí se relacionando a tipos de clima e atividade agrícola, dentre outros aspectos, o que resulta em construções com uma grande diversidade de materiais, técnicas e soluções adotadas para os espaços de habitação.

Pioneiras nesse sentido foram as obras “*Arquitectura Popular em Portugal*” (2004) e “*Arquitectura Tradicional Portuguesa*” (GALHANO; OLIVEIRA, 2003), sendo a primeira resultado do “*Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*”, amplo levantamento realizado na década de 1950 pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos e da qual derivam “*Arquitectura Popular dos Açores*” (2000) e “*Arquitectura da Madeira*” (MESTRE, 2002).

João Vieira Caldas, ao tratar das moradias rurais da região de Lisboa no século XVIII, tece o seguinte comentário:



Casa térrea do século XVIII, em Laguna, SC.
Foto: autor, 2010.



Casa térrea do século XVIII, em Tiradentes, MG.
Foto: autor, 2010.

“““

(...) essa arquitetura foi quase sempre simples na concepção e prática na construção, acadêmica e barata.

(...) Da acção conjunta ou individual de portugueses e estrangeiros, grandes e pequenos construtores, pedreiros e carpinteiros, curiosos e particulares, resultou toda uma variedade de habitações rurais. Das de maiores dimensões e mais erudito desenho às mais pequenas casas de autoconstrução popular, num sem número de exemplares que de um extremo ao outro nos chegaram quase de autoria anônima, é possível detectar cruzamentos, influências mútuas, características comuns. (...) as fronteiras diluem-se entre os dois extremos popular/erudito e tanto proporcionam que a mais humilde casa popular copie uma janela de desenho pombalino como uma casa senhorial sugira popularmente os cunhais inexistentes por meio da pintura (CALDAS, 1999, p. 52 e 54).

E conclui:

“““

Na verdade, até na permanência e simplicidade de desenhos e modos de construir, os esforços parecem antes conjugar-se

pois à constante passagem de testemunho de arquitectos e construtores vem juntar-se a tradicional ‘imutabilidade’ das formas populares (CALDAS, 1999, p. 55).

Nas vilas e cidades a normatização era imposta pelos antigos Códigos de Postura municipais. Em Lages, o primeiro de uma série de Códigos de Posturas da Câmara Municipal, instituídos ao longo do século XIX, se deu através da Lei nº 51, de 17 de junho de 1836. Esses Códigos que, dispondo sobre os mais variados aspectos da vida comunitária, regularizavam também o construir nos espaços urbanos, tiveram importante papel na afirmação destas características, consolidando aquilo que há ge-



Casa da fazenda São João, início do século XIX. Formigueiro, RS.
Foto: Ronai Rocha, 2007. Fonte: flickr.com



Casa da fazenda dos Novilhos, datada de 1889, São Francisco de Paula, RS. Foto: autor, 2008.



Casinhas de porta e janela, do século XVIII, em Laguna, SC. Foto: autor, 2007.



rações já havia sido assimilado e desenvolvido como arquitetura. Como exemplo, as casas de fazenda, que embora não seguissem nenhuma legislação para sua feitura, apresentavam praticamente as mesmas características presentes nas casas urbanas.

Além disso, essa legislação municipal, inspirada nas Ordenações Régias, servia como instrumento para impor uma expressão comum aos núcleos urbanos, aos moldes da Metrópole, o que permaneceu após a Independência e deu origem a uma identidade arquitetônica luso-brasileira, tanto urbana como rural. Reis Filho, ao analisar as cidades coloniais brasileiras e a homogeneidade de suas edificações, percebeu-as como uma necessidade formal da época:

“““

(...) as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em Posturas Municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. As repetições não ficavam, porém, somente nas fachadas. Pelo contrário, mostrando que os padrões oficiais apenas vinham completar uma tendência espontânea, as plantas, deixadas ao gosto dos proprietá-



Casa no padrão meia morada. Séc. XIX. Florianópolis, SC. Foto: autor, 2007.



Residência no padrão meia morada, construída por volta de 1850. Laguna, SC. Foto: autor, 2007.



Casa no padrão morada inteira. 1850. Laguna, SC. Foto: autor, 2007.

rios, apresentavam sempre uma surpreendente monotonia (REIS FILHO, 1973, p. 24).

De fato, percorrendo as casas de fazenda da região da Coxilha Rica, no interior do município de Lages, ou se atendo a antigas fotografias da cidade nas quais se observam as moradias urbanas, constatam-se repetitivamente as fachadas brancas e austeras, emolduradas por cunhais e cimalthas de pretensões classicizantes, ou simplesmente arrematadas pelo rendilhado dos beirais de telha (beira-seveira), nitidamente vernáculos. Destacam-se igualmente os volumes dos telhados de duas ou quatro águas – nos quais podem aparecer camarinhas e trapeiras – em que a curvatura elegante proporcionada pela

presença de galbos evidencia a ancestralidade lusitana. Nos sobrados a solução de destinar o andar térreo para comércio e o superior para residência foi recorrente, como também foi nas moradias implantadas em terrenos maiores, privilegiadas por afastamentos das casas vizinhas, o posicionamento lateral da porta de entrada, ao modo das casas de chácara.

Transpondo-se a área em estudo para antigas cidades como Laguna, São José e São Francisco do Sul, no litoral catarinense, Rio Pardo e Piratini, no estado do Rio Grande do Sul, ou ainda para Lapa e Paranaguá, no estado do Paraná, novamente encontramos as mesmas soluções formais e tecnológicas que remetem à arquitetura tradicional portuguesa.

A já mencionada ancestralidade lusitana foi que, certamente, também determinou a inexistência de lareiras nas casas, apesar dos invernos rigorosos. A ausência de equipamentos de aquecimento nos ambientes foi uma constante na arquitetura tradicional portuguesa, em razão do clima mais ameno, se comparado com o centro e o norte da Europa, de onde tais equipamentos são originários. A ocorrência de lareiras na Península Ibérica, de uma forma geral, é verificada apenas, e como certo modismo, em edifi-



Sobrado do início do século XIX, em Laguna. Foto: autor, 2015.

cações palacianas posteriores ao Renascimento, mais suscetíveis a influências arquitetônicas estrangeiras, de acordo com Lemos (1978, p. 29).

Não havendo maiores cuidados com o conforto térmico nas casas, especialmente durante os invernos, uma verdadeira descoberta chamou a atenção. No atual município de Bom Jardim da Serra foi identificada a sede da fazenda Santa Bárbara dos Alhos, típica construção em araucária, do século XIX. Na antiga sala de jantar dessa residência constatou-se a ocorrência de um recorte no soalho, exatamente no centro da sala, de formato quadrado e com aproximadamente 1m x 1m. Conforme relato dos atuais proprietários, esse recorte, ora cimentado, apresentava originalmente pavimento em pedra e destinava-se a receber carvões em brasa. Sobre o braseiro, ficava posicionada a mesa de jantar, servindo para aquecer as pessoas em dias rigorosos do inverno, durante as refeições. Curiosamente, em viagem pelos Campos de Lages no inverno de 1858, Robert Avé-Lallemant hospedou-se numa fazenda onde justamente encontrou tal solução:

“““

Num quarto traseiro, igualmente um original aposento feito de araucária, havia um

pequeno lugar quadrado, guarnecido de pedras, em lugar de madeira de pinho. Uma negra trouxe da cozinha carvões ardentes, que foram colocados sobre as pedras. Sobre esta singular lareira foi posta a mesa com excelente almoço e pouco depois estávamos todos sentados (...). O calor debaixo da mesa foi para mim mais agradável do que o da mais elegante lareira parisiense. A manhã estava muito fresca e o calor das brasas bastante forte para aquecer, por algumas horas, as minhas botas de montar (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 64).

Na “casa do Planalto” não devem ser desconsideradas outras possíveis influências, principalmente paulistas, com origem na casa bandeirista dos séculos XVI e XVII, da qual, por sua vez, derivam as construções de características roceira e tropeira do século XVIII, todas, claro, derivadas de modelos arquitetônicos ibéricos, sobretudo portugueses (LUCCAS, 1997, p. 9).

Igualmente, há de se mencionar as prováveis contribuições de origem açoriana na arquitetura catarinense erguida até o século XIX, notadamente no litoral, embora trabalhos recentes tenham mostrado que o que se produziu tanto em termos de arquitetura civil como religiosa nessa região esteja muito mais vin-



Sobrado do início do século XIX. São Francisco do Sul.

Foto: autor, 2007.

culado à arquitetura tradicional portuguesa aí adaptada, como, aliás, ocorreu no arquipélago dos Açores (VEIGA, 2001).

De qualquer forma, em decorrência do regime de chuvas diferenciado, da incidência de ventos mais frios e de temperaturas baixas, tornando os invernos serranos mais longos e rigorosos, essa arquitetura adaptou-se com maior ou menor desenvoltura às novas condições geográficas. Prova disso é o desaparecimento das varandas e alpendres, elementos característicos das residências coloniais da maior parte das regiões brasileiras e mesmo presentes em Portugal, e o fato de que embora



A



B



C

Construções luso-brasileiras do século XIX: A) casa de porão alto com camarinha, Jaguarão, RS. B) casa de chácara, Laguna. C) casa rural, Jaguaruna, SC. Fotos: autor, 2011.

algumas cozinhas continuassem a ser construídas em separado do corpo principal da moradia, prática comum na arquitetura brasileira antiga, houve a preocupação de ao menos se cobrir com um telhado e paredes laterais a ligação entre ambas, garantindo proteção contra as intempéries.

Diante do fato de os aspectos culturais,

geográficos, socioeconômicos e técnico-construtivos interagirem na determinação da arquitetura, a população que a produziu também soube apropriar-se de materiais e recursos naturais disponíveis para reproduzir sua tradição construtiva portuguesa, como atestam as “casas de araucária” do planalto de Santa Catarina.



Casa Lacerda, Lapa, PR. Primeira metade do século XIX. Acervo: IPHAN-PR.



Armazém e residência em Gravatal, SC (c. 1850). Foto: autor, 2014.

A casa numa sociedade pastoril e escravista – a pecuária e a sociedade que nela se estruturou

O forte apelo exercido pela pecuária extensiva, atividade econômica praticamente absoluta na região serrana de Santa Catarina até as primeiras décadas do século 20, levou, por consequência, a um processo de estruturação social ruralizante, evidente quando se considera o papel dominante que as grandes extensões territoriais da fazenda pastoril desempenharam:

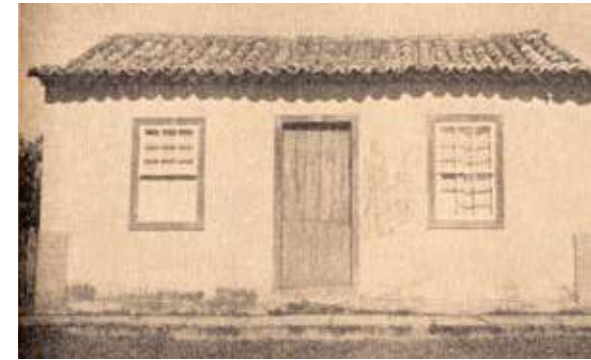


Formada de extensos campos propícios à criação, foi este tipo de atividade que caracterizou a região, absorvendo quase toda a atividade do homem do planalto (CABRAL, 1994, p. 211).

Essa condição acabou por moldar não apenas o perfil do homem serrano, caracterizando-o predominantemente como um seminômade ligado ao meio rural e à atividade pastoril, mas caracterizando também a sociedade local e sua arquitetura (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 72).

Esse foi o quadro presente em praticamente todo o território brasileiro antes do fim do período imperial, sendo o poder exercido por uma elite patriarcal, originada e mantida pela hegemonia do campo.

Carlos Lemos (1999, p. 24), ao escrever sobre a arquitetura pro-



Modelos de casas urbanas do século XIX, observadas em Lages, por Peluso Júnior: em cima, a casa térrea simples; no meio, residência térrea abastada; em baixo, sobrado de uso exclusivo residencial.

Fonte: Lages, a Rainha da Serra, IBGE, 1952.

duzida no estado de São Paulo até o apogeu do Ciclo do Café, demonstra como as elites agrárias dominaram aquela sociedade nesse período, tornando as cidades, mesmo as mais importantes, panos de fundo de um modo de vida cujo palco principal era, de fato, a fazenda.

Em Lages, o esvaziamento urbano resultante dos interesses estarem concentrados no campo chegou a preocupar as autoridades ainda no final do século XVIII, poucos anos depois de sua fundação. Para tentar assegurar o progresso da incipiente povoação, o governador de São Paulo, Dom Martim Lopes Lobo de Saldanha, instituiu em 20 de julho de 1776 a obrigação de que todos os residentes no município construíssem casas na vila, devendo habitá-las permanentemente:



Portanto, V. mce. participe, de minha parte, aos juízes e oficiais da Câmara desta vila, aos quais mostrará o presente capítulo, que sem perda de tempo, por edital público e por notificações particulares aos moradores deste continente, que dentro dos meses que a cada um arbitram, conforme as suas forças e possibilidades façam casas arruadas na vila, com as comunicações que

lhês parecerem justas, sendo infalivelmente uma delas remeter-nos V. mce. presos em ferros com escolta competente, paga as custas dos mesmos presos, donde não os mandarei soltar nem deixar voltar para esse continente, enquanto legitimamente me não mostrarem terem mandado fazer as ditas casas e estarem com efeito feitas (COSTA, 1982, p. 92-94.)

Não foram encontradas maiores informações a respeito de a determinação ter sido ou não cumprida. Certo é que, em 1771, quando da instalação da vila, o livro de atas da câmara local dava conta de “trinta e poucos riscos”, ou casas, ao passo que em 1810, uma nova estatística apontou a existência de 30 moradias (COSTA, 1982, p. 94).

Em 1877, mais de um século depois da obrigatoriedade imposta pelo governador paulista, é que foi verificado um tímido progresso, registrando-se 122 prédios, para uma população de 784 habitantes (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 89).

Especificamente quanto à questão do seminomadismo, este ocorreria em virtude da sazonalidade da pecuária, resultado da imposição das características climáticas locais, marcadas, sobretudo, pelos invernos rigorosos que forçavam a paralisação temporária da produção.

Em agosto realizava-se a usual queima dos campos, castigados pelo frio e pela geada do inverno que findava, de forma a acelerar a renovação das pastagens e o engorde do gado.

Entre a primavera e o outono, ou seja, na maior parte do ano, a fazenda era movimentada pelas lidas de campo, tendo lugar os rodeios para marcação, castração e aparte dos animais.

Em maio, ocorriam as tropeadas, principalmente de muares, destinadas aos mercados consumidores do centro do país, decorrendo daí uma série de transações comerciais, como a compra e venda de bois, mulas, cavalos, porcos, couro, gêneros alimentícios (charque, queijo, feijão, milho, erva-mate, etc.) e o aluguel de áreas de campo da fazenda por tropeiros, para a recomposição de animais em marcha. Também era o momento em que tropas de cargueiros proviam as propriedades rurais, trazendo toda a sorte de mercadorias originárias de outras regiões, como farinha de mandioca, açúcar, arroz, café e cachaça (produzidos no litoral), manufaturados (tecidos, louças, ferragens), sal e até mesmo cal para construção. Exigia-se assim, naturalmente, a presença do fazendeiro, que aí, juntando-se a peões e escravos, habitava com sua família e administrava os negócios.



Tropa de mulas cargueiras chegando a Lages pela rua das Parelhas (atual rua Lauro Müller), c. 1890.

Fonte: Museu Thiago de Castro.

Com a chegada do inverno e a paralisação da atividade produtiva, o fazendeiro entregava a fazenda aos cuidados dos empregados, partindo para sua casa na cidade. Ali, batizava e casava os filhos, participava das festas religiosas e se envolvia com os acontecimentos sociais e políticos, aguardando o fim do rigor invernal para regressar ao interior:



A este gênero de vida agrícola pastoril, unia-se o que lhe forçava o inverno rigoroso: procurava a povoação onde mantinha casa, para passar os longos meses em que a fazenda paralisava as atividades. Participava, então, da vida urbana que se formava (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 72).

Tradicionalmente, em Lages, como em praticamente todas as vilas e cidades brasileiras até o início do século 20, as festas em honra do Divino Espírito Santo e São João estavam entre as mais concorridas, pois, além de possuírem forte apelo popular e estarem enraizadas na cultura luso-brasileira há séculos, coincidiam com a época de maior movimentação urbana – de maio a julho – por conta da redução significativa da atividade produtiva no campo nos meses de frio.

Mais do que festas religiosas, eram verdadeiros eventos comunitários: ocasião ideal para a ostentação das classes dominantes, o uso dos trajes domingueiros – que incluíam vestidos e sapatos parisienses para as mulheres mais vaidosas –, o namorico das moças e rapazes, em alvoroço pela chance de encontrarem um bom partido, a discussão

de negócios e de política entre os mais velhos (AVÉ-LALLEMANT, 1980 p. 86).

Licurgo Costa (1982, p. 351-356) coletou diversos relatos acerca da importância destas festividades para os lageanos no século XIX, sobretudo, a respeito da Festa do Divino, ao passo que o viajante Robert Avé-Lallemant (1980, p. 85-86), estando em Lages justamente no dia 24 de junho de 1858, deixou relato pitoresco das comemorações de São João Batista, tendo se impressionado com a elegância dos homens, muito bem trajados e montados em cavalos repletos de arreios em prata.



Flagrante da Festa do Divino Espírito Santo, em Lages, 1890, vendo-se os fiéis em frente à casa do festeiro, na esquina das ruas da Matriz (atual Benjamin Constant) e da Boa Vista (atual Hercílio Luz). Acervo: Museu Thiago de Castro.

Enquanto os fazendeiros e suas famílias constituíam a minoria que ocupava o topo da pirâmide social da época, peões livres e escravos compunham a maioria desfavorecida economicamente, que servia de base a essa estrutura. Desempenhando papel intermediário, havia contingente igualmente não muito numeroso de artífices (ferreiros, seleiros, carpinteiros, ourives, dentre outros), cujo trabalho basicamente atendia às demandas provenientes do movimento das tropas que se encontravam de passagem pela vila. Além destes, comerciantes e funcionários da administração pública, que compunham também a menor parcela de uma população majoritariamente rural.

Após 1845, terminada a Revolução Farroupilha (1835-1845), teve início uma nova e importante fase para a região serrana catarinense como um todo, marcada pelo desenvolvimento da criação de gado bovino de corte voltada para o abastecimento da Província. Ou seja, de criatório de segunda importância – a vizinha província do Rio Grande do Sul sempre se destacou em relação a Santa Catarina como centro produtor de gado vacum, muar ou cavalar – e caminho tropeiro de muares, os Campos de Lages assistiram a um progresso substancial da economia pastoril, o que se refletiu diretamente na prosperidade material.



Tropeiro serrano, início do século XX. O personagem na foto é João Porfírio, que, no lombo de sua mula, desempenhou também a função de estafeta dos Correios, entregando correspondências entre Lages e o antigo distrito de Paineira, SC. Acervo: Museu Thiago de Castro.

A arquitetura residencial, urbana e rural, materializou a prosperidade dos negócios no campo. Foi geral a ampliação e o refinamento das moradias, datando dessa época a maior parte das grandes casas de fazenda e das residências de porão alto e sobrados que se ergueram na cidade.

A partir de então ocorreu um aumento considerável de propriedades rurais, fato reforçado pelos sucessivos desmembramentos dos latifúndios pioneiros, originados ainda no período colonial, por melhorias nas estradas de ligação com o litoral – onde estavam as localidades mais importantes, principais centros consumidores – e pela ocupação de áreas até então devolutas, principalmente nos distritos de Curitiba e Campos Novos, que se transformaram em novas frentes para a pecuária.

A Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, “Dispõe sobre as terras devolutas do Império” BRASIL, 1850), também contribuiu nesse processo, conferindo maior formalidade e legitimando a propriedade privada nos campos serranos, que assistiram ao enriquecimento e à consolidação do papel social dominante exercido pelos fazendeiros criadores de gado. Supõe-se, de acordo com Costa (1982, p. 1.505), ter sido esse o período de instituição da marcação dos animais e, de acordo com Her-

berts (2009), o período da profusão dos muros de taipa de pedra como delimitadores dos corredores, caminhos e divisas entre invernadas e fazendas, nesse processo de formalização da propriedade sobre a criação e as terras.

Marco simbólico dessa fase foi a elevação da vila de Lages a cidade, em 1860, (Lei nº 500, 1860, Coleção de Leis da Província de Santa Catarina), pois até então só quatro povoações ostentavam este título em Santa Catarina: além de Desterro (Florianópolis), São José, junto à capital, Laguna, no litoral sul, e São Francisco do Sul, no litoral norte.

A aristocracia pastoril dos Campos de Lages, muito semelhante às elites rurais sul-riograndenses, passou não apenas a exercer de forma absoluta o poder político e econômico na sociedade local, como teve seu reconhecimento no cenário provincial, com os primeiros lageanos assumindo projeção como deputados e homens de influência na capital, Desterro (Florianópolis). Lages já não era mais território de passagem de tropas perdido nos sertões da Província, Serra acima, mas um lugar de economia próspera e riqueza, assumindo definitivamente lugar de destaque no contexto catarinense.

No cenário político, liberais e conservadores alternavam-se no poder, reproduzindo

na Câmara Municipal as disputas travadas nos cenários provincial e nacional (COSTA, 1982, p. 1.225) e tendo também aí a imprensa papel de grande relevância para os confrontos e debates de ideias (COSTA, 1982, p. 1.233). Contudo, o modelo de sociedade existente se mantinha independentemente do partido que governava ou detinha a maior representatividade. Isso porque ambos os lados eram compostos por senhores, em sua maioria integrantes da Guarda Nacional, possuidores de grandes extensões de terra, bois e escravos.

Criada oficialmente pelo Decreto Imperial de 18 de agosto de 1831 (COSTA, 1982, p. 276), a Guarda Nacional foi uma continuidade das Companhias de Cavalaria do período colonial, que, formada por civis de representatividade social e política, auxiliava as autoridades na manutenção da ordem pública e na proteção do território, principalmente em regiões onde a presença formal das instituições governamentais era deficiente (COSTA, 1982, p. 60).

A Guarda Nacional desempenhou papel relevante no auxílio às forças armadas brasileiras na Guerra do Paraguai (1864-1870) e deixou como legado em praticamente todo o país, até o final da República Velha, a presença dos “coronéis” como símbolos de poder local e regional – o coronelismo. Sendo as paten-



Na foto do início do século XX, o fazendeiro Rômulo João Madruga de Córdova posa com a família e empregados em frente à sede de sua fazenda, na localidade de Morrinhos, município de Lages.

Acervo: Foto gentilmente cedida pela professora Cristiani Oliveira. São Joaquim.



Fazendeiro (à esquerda) e tropeiro, desenhados por J. B. Debret.

Fonte: Debret e o Brasil: obra completa – 1816-1831, Capivara, 2008.



Representantes da aristocracia pastoril lageana: à esquerda, José Joaquim de Córdova Passos, fazendeiro em Lages e deputado provincial pelo partido Liberal; à direita, coronel José Antunes Lima, o “Juca Antunes”, dono da fazenda São José, foi vereador e líder do partido Conservador em Lages.

Acervo: Museu Thiago de Castro.



Fotografias *carte de visite*, do final do século XIX, retratando, da esquerda para a direita, as lageanas Celeste Vieira da Costa, Ernestina de Castro e Guilhermina Schmidt. Dentro do que lhes cabia numa sociedade patriarcal conservadora e aristocrática, restava às mulheres de Lages, nesse período, desempenhar as funções de esposas e mães, ainda que pudessem usufruir de algum luxo proveniente da condição abastada dos pais e maridos fazendeiros.

Acervo: Museu Thiago de Castro.

tes de coronel e tenente-coronel as de maior prestígio, acabavam muitas vezes se tornando títulos de ostentação e instrumentos de exercício de um poder autoritário e abusivo sobre a sociedade por parte da elite pastoril.

Abordando o processo de constituição do espaço urbano de Lages, Peixer (2002, p. 52) afir-

ma haver a figura do “coronel” – que tinha por base a concentração de terra pela formação do latifúndio – sido central para o contexto social e político de toda a região serrana catarinense. Tanto é que ainda hoje as principais praças e ruas desta cidade homenageiam esses personagens, que povoam o imaginário serrano.

Trabalhadores escravizados

A aristocracia rural lageana e suas casas abastadas, de fazenda ou na cidade, dependiam de um elemento fundamental: os trabalhadores escravizados. Na sua maioria negros, senão pardos ou mulatos, os escravos respondiam por praticamente tudo no cotidiano da sociedade brasileira até 1888, sendo indispensáveis tanto para a manutenção do modelo econômico vigente, quanto para o funcionamento das residências. Da lida dura com o rebanho ao mais corriqueiro serviço doméstico (ATAÍDE, 1988, p. 40), da construção habilidosa dos edifícios e taipas

de pedra ao cozinhar e buscar água nas cacimbas (MAESTRI, 1993, p. 38), lá estava o negro cativo, trabalhando, subjugado pela cor de sua pele.

A propósito do emprego do negro na construção civil, há notícia sobre “Pai João”, mestre pedreiro e escravo originário de Angola que pertenceu ao fazendeiro Manoel Joaquim Pinto. Sua memória sobrevive no nome da Fazenda Pai João, em Lages, rebatizada depois que o cativo, conhecedor das propriedades medicinais da flora local, teria curado de grave doença o proprietário da referida fazenda (COSTA,



Negros de nação (nascidos na África) representados por Debret no início do século XIX. Fonte: Debret e o Brasil: obra completa – 1816-1831, Capivara, 2008.



Na fotografia de 1876, o coronel Libório Antônio Rodrigues aparece de pé, à direita, com a família e escravos em frente à sede de sua fazenda do Quilombo, em Vacaria. Acervo: Museu Municipal de Vacaria.

1982, p. 190). A tradição oral atribuiu a Pai João a construção de inúmeras sedes de fazenda, em alvenaria, da região da Coxilha Rica, dentre as quais a da fazenda Limoeiro, bem como a antiga capela de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Bom Parto, pertencente à Irmandade dos “homens de cor”, edificada na cidade de Lages na segunda metade do século XIX (COSTA, 1982, p. 357).

A existência, desde tempos idos, dessa Irmandade, que, de acordo com Costa (1982, p.356-357), além de congregar a população negra, oferecia uma concorrida festa em honra

de Nossa Senhora do Rosário, é indicativo da representatividade do contingente africano e sua descendência nos campos de Serra acima.

Os dados disponíveis revelam que não se empregou na região de Lages quantidade de cativos como em outros ciclos econômicos do Brasil nos séculos XVIII e XIX, ou mesmo como no caso das charqueadas da metade sul do Rio Grande do Sul (DAL BOSCO, 2008), até porque poucos foram os senhores da economia do gado e das tropas nos campos serranos que conseguiram acumular volume tal de riquezas com que se pudesse adquirir muitos deles.

No entanto, o quadro da evolução populacional de Lages entre 1777 e 1808 revela que a porcentagem de escravos em relação à população livre nestes primeiros anos após a fundação da vila é considerável, chegando mesmo, em 1788, a ultrapassá-la (PIAZZA, 1999, p. 114). Estes números, embora possam não estar isentos de erros, no mínimo indicam que o número de negros não é desprezível, o que é reforçado por outras estatísticas realizadas ao longo do século XIX as quais demonstram uma importante participação do elemento de origem africana na constituição da população lageana, tendo alguns fazendeiros chegado a ser donos de mais de 40 escravos (OLIVEIRA, S. 1996, p. 159; PIAZZA, 1999, p. 111).

O fato é que, independente de haverem mais ou menos escravos em Lages, sua realidade não foi diferente da de outras regiões e cidades brasileiras até 1888. No dizer de Mário Maestri (2001, p. 27), também aqui o trabalhador escravizado consistiu em “equipamento”, porque era essa sua condição: a de papel essencial para o funcionamento do cotidiano. Naturalmente, também a forma de conceber as edificações, para além do empreender sua construção física, devia-se em grande parte a uma sociedade cuja existência estava alicerçada sobre a escravidão. A disponibilidade de trabalhadores cativos, por menor que fosse, foi com certeza determinante da vida e, consequentemente, das moradias, tanto urbanas quanto rurais:



(...) as residências mais ricas possuíam dezenas de cativos domésticos – porteiros, cocheiros, cozinheiras, copeiros, lavadeiras, engomadores, pajens, mucamas, etc. Nas moradias remediadas, era comum que alguns cativos desempenhassem, sucessivamente, esses papéis. As famílias pobres esforçavam-se para ter, no mínimo, um moleque ou uma velha escrava. Não possuir

sequer um negro imprestável era sinal de pobreza e motivo de dificuldades (MAESTRI, 2001, p. 141).

Os inventários dos séculos XVIII e XIX, contendo dados sobre as casas (dimensão e materiais com que eram construídas), quantidade e tipo de gado criado nas fazendas, extensão das propriedades rurais, entre outros aspectos, oferecem uma perspectiva sobre a condição do trabalhador servil nos Campos de Lages. Listando-os em meio aos bens de seus donos, entre móveis, animais, ferramentas e utensílios domésticos, comprovam estarem sujeitos à condição de “objetos” necessários tanto à atividade produtiva da fazenda, como ao funcionamento da casa de uma maneira geral. Objetos indispensáveis, portanto, valiosos, conforme se deduz pela alta cotação que atingiam quando da realização dos inventários, em relação aos valores atribuídos a imóveis e cabeças de gado.

Pesquisas genealógicas de Sebastião Fonseca de Oliveira trouxeram à luz alguns desses documentos relacionados aos moradores de Lages e seus escravos. Quando da morte do fazendeiro Antônio Manoel Velho, em 1846 – o qual, muito provavelmente, foi um dos homens mais ricos do sul do Brasil

no século XIX, a julgar pelo tamanho de sua fortuna e área de terras entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul (cerca de dez sesmarias, ou 1.296.336.900 m²) – foram inventariadas: a fazenda das Tijucas e campos na fazenda São Bento (atualmente no município de Bom Jardim da Serra), avaliados em oito contos de réis; casas, mangueiras e poteiros das mesmas fazendas, avaliados em pouco mais de um



“Tropeiros pobres de São Paulo”: obra de Jean Baptist Debret registra a participação efetiva do negro no cotidiano brasileiro do século XIX. Fonte: Debret e o Brasil: obra completa – 1816-1831, Capivara, 2008.

conto de réis; cem braças de terra em Laguna valendo 200 mil réis; 175 reses de criar a um valor de 875 mil réis; 175 touros a um conto e 225 mil réis; e seis escravos somando quase três contos de réis. Somente a escrava parda identificada como Teresa estava avaliada em 900 mil réis (OLIVEIRA, S. 1996, p. 150-152).

No inventário de Ignácio Antunes Lima, falecido em 1867, constam, entre outros itens: cem vacas solteiras avaliadas em 700 mil réis; quarenta mulas mansas valendo 480 mil réis, uma morada de casa coberta de telhas com suas benfeitorias no Rincão do Perigo, avaliada em um conto de réis; uma parte de campos com benfeitorias na fazenda do Limoeiro, avaliada em dois contos de réis; uma parte de campos na fazenda do Aleixo valendo quatro contos de réis; e onze escravos cujo valor total atinge quase quatro contos de réis (OLIVEIRA, S. 1996, p. 64). Dentre estes, os escravos Vicente, com 26 anos de idade, e Paulina, com 32 anos, somavam cada um a cifra de 700 mil réis, valorização que levava em conta a juventude e o ótimo condicionamento físico para o trabalho, bem como sua capacidade de reprodução.

Outro inventário que demonstra o quão valiosos eram os trabalhadores escravizados é o de Ignácio Manoel Velho, filho de Antônio Manoel Velho, que conseguiu aumentar con-

sideravelmente a fortuna do antecessor até seu falecimento em 1874: enquanto metade de toda uma fazenda de sua propriedade – Santa Bárbara – era avaliada em onze contos de réis, mil rezes em dez contos de réis, 1.599 éguas, cavalos, potros, mulas e burros, pouco mais de doze contos de réis, e sua casa na cidade de Lages em um conto e cem mil réis, seus trinta escravos totalizavam nove contos e 660 mil réis (OLIVEIRA, S. 1996, p. 159).

Reportando-nos mais uma vez à viagem de Robert Avé-Lallemant a Lages, em 1858, há de se referir trecho de sua narrativa no qual, estando de passagem por uma fazenda na localidade de Índios, já retornando para Desterro (Florianópolis), deparou-se ele com a cena de seu anfitrião, Juca Coelho, repreendendo seus escravos por não terem realizado corretamente o serviço que lhes incumbira:



...porque na véspera tocaram guitarra e dançaram fandango até depois de meia-noite e por isso ficaram acordados até tarde (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 92).

O europeu não testemunhou cenas de crueldade durante o episódio, e pelo contrá-

rio, afirmou perceber uma relação de respeito patriarcal dos negros com o seu dono. Ainda assim, fez importante reflexão sobre a escravidão no seio das casas brasileiras:



(...) os seis filhos da única negra escrava que, embora só tenha trinta anos de idade, já deu oito filhos ou sejam oito escravos ao seu senhor, os quais, ao considerável preço atual dos escravos, valem um tesouro. Eles crescem vendo o serviço e costumes da casa e conhecem todos os trabalhos antes de terem de executá-los. O único filho da casa, de vinte e dois anos de idade e já casado, executa com eles [escravos] os mesmos trabalhos e parece reinar uma espécie de igualdade entre eles [filho do senhor e escravos]. Todavia, nessas estâncias isoladas, sempre podem suceder cenas da ‘Cabana do Tio Tomás’ (sic), este singular repertório de exaltado sentimentalismo e de verdade cruel e amarga, mostrando que a escravidão é tanto mais horrorosa quanto mais a vida escrava penetra na vida da família e com ela se funde. A última é envenenada pela primeira e envenenada tanto que afirmo sem rodeios que uma vida de

família, no sentido próprio da palavra, não é possível juntamente com uma vida de escravos e que o Brasil só respirará livremente quando tiver enterrado o seu último escravo (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 92-93).

Sebastião Ataíde, neto de escravos e autor da monografia *“O negro no planalto lageano”*, coletou inúmeros relatos que oferecem um panorama sobre o cotidiano dos indivíduos cativos na cidade, nas casas e fazendas de Lages no século XIX. Descrevendo os modos, a alimentação, acomodações, vestuário, as tarefas domésticas e o trabalho pesado a que estavam sujeitos nas estâncias, Ataíde relata a opressão e violência dos senhores, muitas vezes em circunstâncias banais. Dentre esses episódios, consta o do escravo Jacinto, pertencente ao fazendeiro João Ribeiro, e que lidando com o gado no campo, fez pausa para caçar um quati integrante de um bando que avistara junto a um capão de mato, o qual abateu com sucesso. Flagrando o cativo no momento em que amarrava a caça nos arreios de seu cavalo para retomar o serviço, João Ribeiro ordenou que o animal permanecesse ali até o completo apodrecimento, a fim de que Jacinto aprendesse *“que não se abandona serviço para caçar”* (ATAÍDE, 1988, p. 45-46).

Especificamente quanto ao meio urbano, é a legislação, com destaque para os Códigos de Posturas Municipais, que fornece informações preciosas sobre o papel desempenhado por esses homens e mulheres que, subordinados desde o nascimento à condição servil, eram os grandes responsáveis pelo funcionamento das vilas e cidades.

Se nas cozinhas e alcovas era o olhar, ou antes, os castigos da sinhá que controlavam o desempenhar das tarefas (ATAÍDE, 1988, p. 47), no espaço externo às paredes e muros dos quintais das casas, eram as Posturas que regravam o comportamento dos cativos (MAESTRI, 2001, p. 137).

De fato, se pretendia restringir o dia-a-dia dos escravos única e exclusivamente ao cumprimento de suas obrigações, estivessem eles buscando água nas cacimbas, lavando roupa, despejando os dejetos domésticos em locais apropriados dos rios ou vendendo quitandas para a renda de seus senhores.

A lógica era fazer com que trabalhassem ininterruptamente, sem um minuto sequer para o descanso, muito menos para atividades de lazer, o que seria entendido como vagabundagem (MAESTRI, 2001, p. 166). Nestes casos, lhes estava assegurada a prisão, açoites e multas aos donos:



Artigo 13º (sic). He proibido a qualquer casa de negócio ter caixeiros escravos, sob pena de oito mil reis de multa.

(...)

Artigo 16º (sic). Os escravos que forem encontrados nas ruas e praças a jogar, ou que forem encontrados depois das horas de recolher, ou mesmo de dia, estando embriagados, serão presos, e entregues ao Juiz de Paz, para os punir policialmente com cinquenta açoites.

(...)

Artigo 19º (sic). Os Senhores poderão comutar a pena de prisão dos escravos em pecuniária, na razão de quinhentos réis por dia (Lei nº 51 de 17 de Junho de 1836. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina no ano de 1836, p. 99 a 105. Estas mesmas Posturas se repetem na Lei nº 213 de 5 de Maio de 1845).

Buscava-se assim, com a adoção de leis específicas com o mesmo peso das que, por exemplo, proibiam os cidadãos de andarem a cavalo em Dias Santos, ou que determinavam a época de colheita da erva-mate (Leis nº 386 e nº 388 de 1855, respectivamente. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina), que os afazeres que cabiam aos trabalhadores escravizados (ou seja, tudo) fossem conciliados com a rigorosa manutenção da ordem pública.



A hierarquia social no Brasil colonial e imperial sob a perspectiva feminina, sintetizada na obra da artista plástica Noemia Mourão. Acervo: coleção particular.



Escravo infrator sendo conduzido à casa de correção, em desenho de Daniel P. Kidder, primeira metade século XIX.

Fonte: martaiaansen.blogspot.com.br



Detalhe de janela da fazenda São João, Lages.

Foto: Autor.

Materiais, técnicas e sistemas construtivos: adaptando a tradição

A predominância das feições de origem portuguesa é evidente nas casas lageanas edificadas até, aproximadamente, 1900. Reproduzindo a realidade brasileira, formas, volumes, plantas, fachadas e telhados repetem modelos antigos de além-mar, encontrados em todas as regiões do país.

Por outro lado, quanto ao emprego de materiais e tecnologias construtivas, a Arquitetura, nessa região, valeu-se também daquilo que o meio local disponibilizava, até mesmo em função do distanciamento em relação a outras regiões, principalmente do litoral, onde poderiam ser obtidos materiais de uso mais generalizado, como a cal.

No entanto, quando se passa a analisar as antigas casas de residência serranas, rurais ou urbanas, pode-se afirmar que a assimilação ocorreu no sentido de substituir ou adaptar, e não de criar algo novo, como que num processo de resistência e perpetuação dos padrões arquitetônicos tradicionais.

A abundância de materiais como as rochas basálticas e areníticas (principalmente o basalto, que se encontra solto nos campos, portanto de fácil obtenção), assim como a madeira proveniente das matas de araucária (pinheiro brasileiro), resultou em moradias construídas tanto com um como com outro material, obedecendo aos padrões tradicionais correntes até o final século XIX.

Casas de araucária: “completa expressão do planalto de Santa Catarina”

A madeira de araucária, leve e fácil de ser trabalhada, por isso mesmo largamente utilizada na confecção de forros, soalhos e esquadrias, foi, em Lages, também corrente como divisória interna (tabique), mesmo em casas com paredes externas em alvenaria, e apareceu inclusive nas coberturas, na forma de telhados de tabuinha:



Nos campos de cima da serra, a abundância de araucária punha em evidência a sugestão de se aproveitar o material de mais fácil obtenção, a madeira. Por isso, não raro, nas sedes de fazendas da região, até as coberturas eram realizadas com tabuinhas (...) (CURTIS, 2008, p. 183).

Contudo, a região serrana de Santa Catarina e parte dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul constituem as únicas áreas de ocorrência da tradição construtiva luso-brasileira em que houve residências confeccionadas totalmente em madeira. Tal fato consistiu numa excepcional apropriação deste material aos padrões da arquitetura de origem portuguesa, mediante a substituição da alvenaria por tábuas dispostas verticalmente, vedando a estrutura independente, também confeccionada em madeira, que por fim recebia pintura à base de cal.



Sede da fazenda Capão do Posto, Capão Alto. Foi propriedade do Coronel Emiliano Ramos, tendo sido construída inteiramente em madeira de araucária por volta de 1870. Vista dos fundos, notando-se os beirais do tipo cachorro e os esteios terminados em “nabos”, que sustentam a estrutura. Foto: autor, 2009.



Fazenda Capão do Posto, município de Capão Alto: detalhes dos beirais do tipo cachorro e dos “nabos” dos esteios, que sustentam a construção. Foto: autor, 2009.

Arrematando as paredes, no encontro com os telhados, tiveram lugar como beirais os cachorros e também cimalthas recortadas caprichosamente em madeira (o que ainda pode ser observado nas sedes das fazendas Capão do Posto, Cajuru II e São José da Boa Vista, em Lages, e nas sedes das fazendas Caraúno e Nossa Senhora do Socorro, nos municípios gaúchos de Bom Jesus e Vacaria, respectivamente, em área sob influência dos campos lageanos). Ou ainda, beirais mais largos com cerca de um metro de projeção e acabamento do tipo guarda-pó (caso da fazenda dos Palmas, em São Joaquim, e da fazenda Bom Retiro, em Campos Novos, esta já desaparecida). Na sede da fazenda do Cedro, situada no município de Urupema, ex-distrito de São Joaquim, aparecia o beiral do tipo guarda-pó associado a um delicado lambrequim que decorava todo o perímetro da cobertura.

Há uma importante diferenciação entre as estruturas desse tipo de construção com relação às casas em enxaimel, de tradição construtiva germânica, pois enquanto nestas os esteios (pilares) são sustentados por apoios em pedra ou alvenaria de tijolos, na casa em madeira luso-brasileira os esteios também fazem o papel de fundações, assentando-se diretamente sobre o solo. As bases destas peças, estando enterradas, apresentam-se rústicas, sem falquejamento e tratadas a fogo (o que aumenta a resistência à umidade), denominando-se “nabos”. Verifica-se ainda a inexistência das peças de contraventamento em posição diagonal, características do enxaimel.

Em 1858, Avé-Lallemant chamou a atenção para o que definiu como “a completa expressão do planalto de



Fazenda Capão do Posto, Capão Alto. Vistas externas, notando-se na fachada lateral direita o local em que havia uma varanda, elemento pouco comum na arquitetura de tradição luso-brasileira da região Sul. Foto: autor, 2009.

Santa Catarina”, ou a casa “genuinamente nacional”, referindo-se às casas de fazenda construídas em araucária que conheceu em Lages (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 63).

Lamentavelmente, restaram poucas destas interessantes casas, tendo sido gradualmente substituídas por novas construções, dada a menor durabilidade da madeira em relação à alvenaria quando exposta à ação do tempo.

Importante é o fato de que na cidade de Lages o Código de Posturas de 1895, em seu Art. 20, parágrafo 7º, proibia que as construções fossem inteiramente confeccionadas em madeira, devendo o material restringir-se, externamente, às paredes laterais e posteriores. Ou seja, ao menos a fachada frontal das casas, entenda-se, a principal, deveria obrigatoriamente ser construída em alvenaria “de tijolos ou pedras”.

Tal determinação sugere uma preocupação muito mais formal e estética, no sentido de categorizar a madeira como material de pouca qualidade e durabilidade em relação à alvenaria, do que com a segurança em relação à ocorrência e propagação de incêndios. Se fosse este o temor, e havia razões para tal, exigir-se-ia no mínimo que todas as paredes externas das habitações fossem em alvenaria, e não apenas aquelas voltadas para a rua – e que compõem, portanto, o cenário urbano ideal.

Até fins do século XIX, quando da difusão dos fogões a lenha, o preparo dos alimentos se dava em geral com a suspensão das panelas em trempes metálicas, sobre o fogo aceso no chão, às vezes numa base de tijolos. Em razão desta exposição das chamas, e com o agravante do clima quente predominante na maior parte do território brasileiro, muitas das cozinhas, nessas regiões mais quentes do Brasil, diferentemente de Portugal continental ou das ilhas, acabaram ficando separadas do restante da habitação, de forma a amenizar o risco de incêndios.

Nos campos serranos do Sul, contudo, o frio reaproximou o fogo do convívio doméstico, trazendo consigo, é claro, perigo. Na cidade gaúcha de Vacaria, em 1920, um incêndio que teria iniciado com faíscas do fogão de uma cozinha alastrou-se rapidamente pelas casas geminadas, em madeira, da Rua do Vinagre, destruindo-as totalmente. Já em Curitiba, o sucesso do ataque dos fanáticos da Guerra do Contestado à cidade, em 1914, se deu justamente pelo fato de que a maioria das casas era em madeira, resultando quase que na sua completa destruição a partir do incêndio de algumas construções.

É preciso lembrar que na tradição cons-



Fazenda Cajuru II, Lages. Foto: Nery Auler da Silva/IPHAN, 2008.



Sede da fazenda Nossa Senhora do Socorro, Vacaria: exemplar arquitetônico em madeira, do início do século XIX. Foto: Nery Auler da Silva/IPHAN, 2008.



Sede primitiva da fazenda São Sebastião, Lages. Foto da década de 1930. Acervo: Fazenda São Sebastião.



Fazenda dos Palmas, São Joaquim: telhado de duas águas tipo *chalet* substituiu a cobertura original em quatro águas. Foto: autor, 2015.



Sede da fazenda do Cedro, Urupema, SC, no início do século XX. Notar, além das paredes externas em madeira, o telhado feito com tabuinhas de araucária. Acervo: Ronei Arruda.

trutiva luso-brasileira o uso da madeira sempre esteve restrito às estruturas internas e de cobertura, às esquadrias, forros e soalhos, ou senão, para construções utilitárias e abrigos provisórios. A moradia ideal, sólida e que simbolizava uma condição econômica estável deveria ter ao menos as paredes externas em alvenaria.

Talvez isso explique porque a cozinha da casa que pertenceu ao coronel Juca Antunes, com construção anterior ao Código de 1895 – sua edificação deve datar de 1850, aproximadamente – tenha a parede com frente para a rua Benjamin Constant, e a lateral, junto ao portão de acesso ao quintal, construídas

em alvenaria de pedra, acompanhando a parte principal da moradia, que é toda em alvenaria. A parede dos fundos da cozinha, não visível da rua, é estruturada e com fechamento inteiramente em tábuas de pinheiro.

As demais cidades serranas emancipadas ainda no século XIX – Curitibaanos, Campos Novos e São Joaquim – talvez pelo fato de serem, à época, povoados muito modestos e mesmo de uma estrutura urbana precária em relação a Lages, não chegaram a ser alvos dessa proibição, o que resultava num maior número de casas em madeira, obviamente pela disponibilidade e custo baixo.



Detalhe da fachada frontal da casa da fazenda Limoeiro, Lages. Construída em alvenaria de pedra na segunda metade do século XIX. Foto: Charles Steuck, 2014.

Pedra, barro e cal: o emprego da alvenaria

O fato de a alvenaria ser uma técnica consolidada em Portugal desde o período romano, tendo sido introduzida em terras brasileiras já nos primeiros anos da colonização, desenvolvendo-se mediante a disponibilidade de pedras ou a partir da construção de olarias para fabrico de tijolos, foi decisivo, certamente, para que esta técnica fosse mais utilizada em relação a outros processos construtivos nos Campos de Lages.

Da mesma forma que a abundância de florestas de araucária e as vantagens da madeira estimularam o povoador a utilizar-se dela para erguer sua moradia, também os inúmeros afloramentos de basalto e arenito garantiram a preservação da tecnologia construtiva ancestral, à semelhança do que já ocorrera no litoral e no vizinho estado do Rio Grande do Sul, diferentemente de regiões como o Planalto de Piratininga, onde a ausência da pedra impediu sua manutenção, resultando na evolução das técnicas de

construção à base de barro, como a taipa de pilão e a taipa de mão, ou pau-a-pique.

Enquanto no sítio em que se implantou a cidade de Lages, junto aos rios Carahá e Caveiras, ocorre afloramento de arenito botucatu, o que permitiu sua exploração através de pedreiras dada a facilidade de corte da rocha em blocos e lajes, em áreas como a da Coxilha Rica abunda o basalto, solto por entre os campos, em pedras de diversos tamanhos e formatos esculpidos pela ação da erosão. Ou seja, a pedra esteve sempre à mão, de forma a garantir que a tradição de se levantar paredes sólidas e resistentes, dentro de uma concepção de construção ideal – conceito esse aplicado principalmente às paredes externas – pudesse ser perpetuada. Disso resulta que a maioria absoluta das edificações remanescentes dos séculos XVIII e XIX na região serrana catarinense são as que possuem robustas paredes de alvenaria de pedra, algumas atingindo um metro de espessura.

Para erguê-las, eram confeccionadas ao longo do perímetro projetado da casa, sobre estruturas de fundação rasas, também em pedra, caixas de madeira dentro das quais se ia montando ou encaixando as pedras, gradualmente rejuntadas com argamassa à base de barro e cal. Este processo também era conhecido como “entaipamento” da parede, do que resulta a denominação até hoje atribuída aos muros de pedra de junta seca utilizados no cercamento das mangueiras (currais) e divisas, as “taipas de pedra”.



Residência em alvenaria, do final do século XIX, localizada na rua Manoel Thiago de Castro, Lages. Foto: autor, 2008.



Casa de alvenaria do século XIX que existiu à rua João Pessoa, Lages. Demolida na década de 1980. Acervo: Diretoria de Patrimônio Cultural/FCC.



Residência e comércio, de meados do século XIX, que existiu na esquina da rua Coronel Córdova com a rua João de Castro, Lages. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Casa em que funcionou a intendência de Curitibanos, SC, destruída por um incêndio em 1914, durante a Guerra do Contestado. Acervo: Museu Histórico Antônio Granemann de Souza.

Levantada a parede, desmontavam-se as caixas, procedendo-se ao acabamento da alvenaria – o que incluía o preenchimento de falhas com pedras menores, tijolos ou pedaços de telha –, a montagem das vergas das aberturas e peitoris das janelas, instalação das estruturas de telhado e barroteamento, e por fim, a colocação das esquadrias, soalho, forro e aplicação de reboco, interna e externamente, também elaborado à base de barro e cal.

O emprego da alvenaria de tijolos, pelo menos até a segunda metade do século XIX, esteve praticamente restrito à estruturação das vergas dos vãos e aos peitoris das janelas, uma vez que apresentavam facilidades em relação à pedra para a execução desses acabamentos.

Pelos exemplares arquitetônicos levantados, percebe-se que a difusão do uso de tijolos ocorreu somente no final do século XIX, quando então passou a ser empregado em toda a extensão das paredes.

Registra-se inclusive sua ocorrência no fechamento de paredes internas em pau-a-pique (casa do Coronel Juca Antunes, em Lages), solução incomum, uma vez que as divisórias internas eram, na maioria das situações, construídas em taipa de mão ou madeira.

É curioso, contudo, que ainda em 1769, registra-se em Lages a instalação, junto à vila,

de uma olaria de propriedade do fundador Antônio Correia Pinto (COSTA, 1982, p. 63).

Nas fazendas, diante da grande distância em relação à cidade e da precariedade das estradas, houve a instalação de olarias junto às sedes, de forma a suprir a necessidade de construção e telhamento das habitações. Prova disso é a existência, junto a um banhado, de vestígios do antigo formo da olaria que serviu à construção da residência da fazenda Cajuru na segunda metade do século XIX.

Ingrediente fundamental para as pinturas e argamassas de reboco, a cal era trazida do litoral a pesados custos, em sacos acomodados sobre o lombo de mulas, sugerindo que o apelo de sua utilização, dada a eficiência e durabilidade que conferia à construção, era superior às imensas dificuldades que sua obtenção acarretava. Explica-se assim o porquê da escassez e do uso racionado nas argamassas de rejunte, destinando-se basicamente ao acabamento dos rebocos e pintura. registrou em suas memórias:

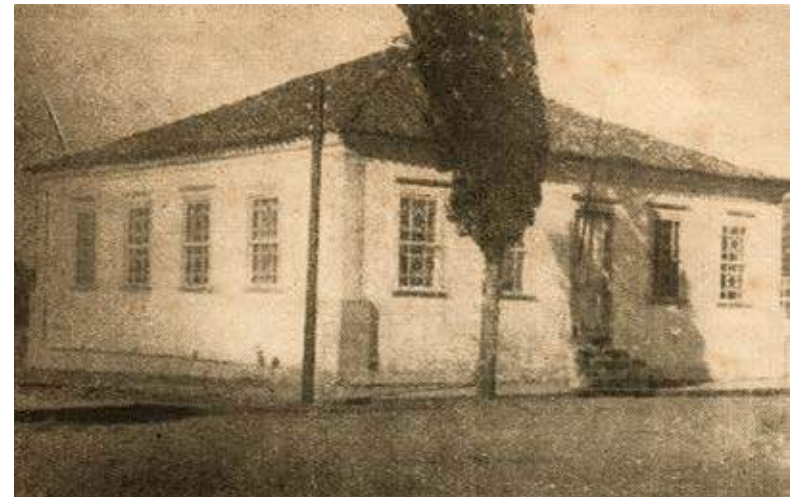
“““

(...) foi necessário organizar ou contratar tropas que, em seis dias de viagem no mínimo, e outros seis de volta, iam buscar a cal, em quantidades irrisórias, na costa! Era carga de



Antiga residência urbana em alvenaria, datada do século XIX, em São Joaquim, já desaparecida.

Acervo: Museu Thiago de Castro.



Casa em alvenaria, do século XIX. Abrigou a prefeitura de São Joaquim. Fonte: Enedino Batista Ribeiro, São Joaquim – notícia estatístico-descritiva, IBGE, 1941.



Residência da família Mattos, situada na rua Major Jacinto Goulart, São Joaquim: último exemplar de arquitetura urbana do século XIX no município, foi construída em alvenaria (com exceção da cozinha, nos fundos) e teve as paredes revestidas internamente com madeira, conferindo-lhe importante conforto térmico. Fotos: autor, 2009.

que nenhum tropeiro gostava, pois obrigava a duplas providências contra a chuva e, assim mesmo, incomodava os animais (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 93).

Uma casa em particular chamou a atenção pela singularidade da forma de construção, com o objetivo de conferir conforto térmico no seu interior, sobretudo, durante os rigores do inverno. Trata-se de antiga residência do tipo morada inteira, do final do século XIX, que pertenceu à família Mattos, situada na rua Major Jacinto Goulart, na cidade de São Joaquim.

Construída em alvenaria de tijolos maciços com fundações em pedra, internamente apresenta em todos os ambientes o revestimento das paredes com tábuas de pinheiro de aproximadamente três centímetros de espessura, respeitando-se espaçamento de cerca de 10 centímetros entre a alvenaria e a madeira.

Embora simples, essa solução oferece larga vantagem sobre as construções levantadas somente em alvenaria ou em madeira quanto à manutenção constante da temperatura interior, em níveis agradáveis para os moradores. Além deste exemplar, desconhece-se qualquer outro que tenha adotado tal solução.

Ausência do pau-a-pique e da taipa de pilão

Parece ter sido raro na região serrana, na construção de paredes externas, tanto o uso do pau-a-pique como o da taipa de pilão.

O pau-a-pique consistia na montagem de uma estrutura em madeira, à semelhança das casas em madeira, com pilares enterrados no chão (origem da expressão “pau-a-pique”); essa estrutura era vedada com tramas de fibra vegetal amarradas ou pregadas (lascas de taquara, palmeira ou sarrafos de madeira), por sua vez revestidas com barro aplicado manualmente, daí o fato de também ser denominada “taipa de mão”. Ao final recebia uma fina camada de revestimento de cal, para efeito de acabamento e pintura, sendo vulgarmente denominado de estuque e bastante usado para levantar as paredes internas das residências.

Já a taipa de pilão consistia no apiloamento de barro dentro de caixas de madeira com a altura e espessura desejáveis para as paredes, entaipando-se (levantando-se) a construção.

Assim como a alvenaria de pedra e cal, a taipa e suas variantes também tiveram origem nas construções tradicionais portuguesas, sobretudo na região do Alentejo e nas áreas do norte, na divisa com a Espanha, não se podendo esquecer as possíveis contribuições africanas para o desenvolvimento e utilização desta técnica no Brasil (WEIMER, 2004, p. 41).

Esta técnica ocorreu com frequência em Minas Gerais e em São Paulo, particularmente no Planalto de Piratininga, onde foi aperfeiçoada, sendo amplamente difundida durante o período colonial,



Primitiva casa de pau-a-pique em processo de arruinamento. Foto: Peluso Júnior, 1952.



Detalhe de parede em pau-a-pique utilizada como divisória interna na sede da fazenda Cajuru, Lages. Foto: Charles Steuck, 2014.

em função da escassez de pedra e de outros recursos para a construção (LEMOS, 1979, p. 39).

No entanto, apesar da intensa relação mantida entre o planalto serrano catarinense com São Paulo até o século XIX, principalmente por conta do ciclo Tropeiro e das trocas culturais que proporcionou entre o Sul e o Centro do país, à semelhança do que ocorreu com a sede da fazenda do Matemático, datada do século XIX, único exemplar arquitetônico em pau-a-pique de que se tinha notícia nos vizinhos Campos de Cima da Serra (RS) foram identificados, na região, apenas dois exemplares arquitetônicos construídos em pau-a-pique e nenhum em taipa de pilão. Trata-se das sedes das fazendas Cadete e Cruz de Malta, ambas em Lages.

A fazenda do Cadete, situada na região da Coxilha Rica e tendo pertencido à família Ramos, foi construída na primeira metade do século XIX. Na década de 1930 foi reformada e recebeu um segundo pavimento, assumindo a característica de sobrado, porém respeitando-se as características originais, incluindo a manutenção da técnica do pau-a-pique.

Por sua vez, a casa original da fazenda Cruz de Malta, localizada nas imediações da cidade, teria pertencido ao fundador de Lages, Antônio Correia Pinto de Macedo. Erguida por volta de 1770, tratava-se de provável obra do mes-



Moradia urbana do século XIX, já desaparecida, apresentava a parede frontal em alvenaria e a lateral em pau-a-pique, Lages. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Sede da fazenda Cadete, em Lages, derradeiro exemplar em que se aplicou a técnica do pau-a-pique na feitura das paredes externas. Foto: Nery Auler da Silva, 2008. Acervo: IPHAN-SC.

tre-construtor paulista Caetano Saldanha, que acompanhou a comitiva de Correia Pinto e foi responsável pela construção da primitiva igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres (COSTA, 1982, p. 46). A demolição dessa sede e construção da casa atual, do tipo chalé, se deu em 1912, quando era proprietário Victor Alves de Brito.

Curiosamente, a norte de Lages, basta atravessar a Serra do Espigão e o rio Negro, atingindo-se os Campos Gerais (área originalmente pertencente a São Paulo), e é possível encontrar ao longo da antiga Estrada das Tropas, nos municípios paranaenses de Lapa, Palmeira, Castro, Ponta Grossa e Tibagi, dezenas de sedes de fazenda e casas urbanas dos séculos XVIII e XIX erguidas em taipa de mão e de pilão – a esse respeito, consultar as obras *Guia dos bens tombados*, Paraná, de Cyro Corrêa Lyra e Alcídio Mafra de Souza (Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994) e *Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos – Campos de Castro* (Castro: Museu do Tropeiro/Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo – Governo do Paraná, s/d).

De acordo com Peluso Júnior (1952, p. 60-61) é possível afirmar que o fato da durabilidade inferior em relação à alvenaria, aliado à abundância de pedra e madeira, tenham sido determinantes para a escassez, desaparecimento



Fotos da antiga sede em pau-a-pique da fazenda Cruz de Malta, que pertenceu ao fundador de Lages Antônio Correia Pinto de Macedo. Início do século XX. Acervo: Museu Thiago de Castro.





Demolição de um sobrado do século XIX na rua Nereu Ramos, Lages, em 1984. Conjugava alvenaria (pavimento térreo) e pau-a-pique (pavimento superior) na parede frontal. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Rua Direita (atual Nereu Ramos), Lages, 1904. Ao centro da imagem, a casa térrea seguida de um sobrado, que, a julgar pelos respectivos beirais mais largos, pouca altura em relação às casas vizinhas, e tonalidade das fachadas, consistia em construção de pau-a-pique. Acervo: Museu Thiago de Castro.

ou substituição destas construções. Em fotografias da cidade de Lages datadas do início do século XX é possível perceber em meio às construções de alvenaria de melhores proporções e feições mais regulares (resultado dos Códigos de Posturas então vigentes) algumas casas de taipa, visivelmente primitivas.

Seu estado precário, claramente perceptível nas imagens pelos trechos da estrutura em madeira deixada à mostra com a perda do revestimento, evidencia tratar-se de construções centenárias. Com pé-direito muito baixo, aberturas em arco abatido e largos beirais de madeira, com o intuito de afastar ao máximo a água da chuva das paredes de barro, eram remanescentes das moradias pioneiras erguidas na vila de Correia Pinto, entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do século XIX.

Fachadas, telhados e ornamentação

As fachadas frontais das residências destacam-se, segundo um princípio de identidade e hierarquia. São as que apresentam os melhores acabamentos e alguma ornamentação, ainda que singela: aberturas emolduradas, presença de sobrevergas (elemento decorativo que coroa portas e janelas nas fachadas, conferindo-lhes destaque na composição arquitetônica), caixilhos trabalhados e cimbalha em lugar de beira-seveira compondo com o embasamento da parede e os cunhais o enquadramento da fachada.

Mais raramente, podiam ocorrer gravações na própria alvenaria ou em cartelas de cantaria afixadas sobre a porta principal, contendo as iniciais do proprietário e a data de construção, caso da fazenda Morrinhos, que pertenceu ao coronel Belisário José de Oliveira Ramos:



A busca de uma ornamentação mais enfática na fachada principal é quase uma redundância. Essa é a primeira a ser avistada, símbolo do 'status' do proprietário e dominante na paisagem (PEIXER et al., 2005, p. 21).



Casa da família Mattos, São Joaquim. Apresenta o enquadramento da fachada frontal mediante a utilização de elementos de caráter compositivo/decorativo, como o embasamento sobressalente, as pilastras/cunhais e a cimbalha. Foto: autor, 2009.



Sede da fazenda Santa Teresa, Lages. A construção também apresenta o mesmo enquadramento com elementos de caráter compositivo/decorativo. Foto: autor, 2007.



Sede da fazenda Pinheirinho, Lages, erguida no final do século XVIII: fachada enquadrada por robustos cunhais. Foto: autor, 2010.

Nas casas de fazenda, a presença de uma calçada pavimentada com pedras, em toda a extensão da fachada, também era empregada a fim de valorizar a frente da residência, e, além da calçada, um jardim fronteiro, cercado por taipas de pedra, onde apareciam canteiros com flores e plantas ornamentais, principalmente roseiras, camélias, siqueiras e butiazeiros.

Outro artifício utilizado no sentido de reforçar a imponência da construção foi, quando da ocorrência de cobertura de quatro

águas triangulares que resultava num volume de formato piramidal (telhado tipo pavilhão), arrematar-se a cumeeira com pinha ou pináculo em cantaria – elemento encontrado nas fazendas Santa Teresa, Morrinhos e Igrejinha, e em residência e casa de comércio (já demolida) que se localizava na esquina da rua Coronel Córdova com a rua Marechal Deodoro da Fonseca, na cidade de Lages.

A sede da fazenda Igrejinha, reformada há alguns anos, hoje apresenta telhado de

duas águas, embora tenha sido conservado o pináculo em pedra que originalmente coroava a cobertura.

Os telhados, com estrutura em madeira, seguiam os padrões tradicionais portugueses (LA PASTINA FILHO, 2005, p. 12.) caracterizados pela presença do galbo de contra-feito e de telhas capa-e-canal, arrematadas nos ângulos das coberturas de quatro águas com formato de “peito-de-pomba” (expressão popular decorrente da semelhança deste detalhe com a figura de uma pomba pousada).

Quando de duas águas, fazendo-se o escoamento pluvial para a frente e os fundos (solução frequente para as casas urbanas de meio de quadra), apresentavam peças em madeira na posição horizontal (linhas de cumeeira, terças e frechais) sustentadas pelas paredes e oitões, que por sua vez apoiavam os caibros e o ripamento.

As coberturas de quatro águas eram mais utilizadas nos edifícios urbanos de esquina e nas sedes de fazenda, sendo constituídas de duas águas trapezoidais (águas-mestras) e duas triangulares (tacaniças), formando uma cumeeira e quatro espigões.

O vidro destinado ao fechamento das janelas de guilhotina e bandeiras de portas só apareceu na segunda metade do século XIX,



Placa em cantaria afixada sobre o acesso principal da sede da fazenda Morrinhos, Lages, ostentando o ano da construção, 1889, e as iniciais do dono, BJOR – Belisário José de Oliveira Ramos.

Foto: autor, 2007.



Pintura acima da porta da sala de visitas da sede da fazenda São Domingos, Lages, indicando o ano de sua construção, 1883. Também pertenceu ao coronel Belisário Ramos. Foto: autor, 2009.

vindo do litoral, quando, aliás, vulgarizou-se em todo o Brasil. Até então, as janelas das casas eram fechadas apenas por pesadas folhas de abrir confeccionadas com tábuas de madeira, as “escuras”.

Em Lages e São Joaquim, não raro as vidraças das janelas de residências mais abastadas apresentavam delicados caixilhos ornamentais compondo losangos de diferentes formatos e tamanhos, resultando em interessante efeito estético. Isso quando não era a única ornamentação presente nas austeras fachadas das moradias. Este modismo ainda é encontrado em inúmeras moradias de Laguna e região, de onde deve ter provindo juntamente com os próprios vidros. Em Lages, pode ser visto nas sedes das fazendas Cajuru e Capão do Posto.

Outro material utilizado apenas mais tardiamente (meados do século XIX) e geralmente importado foi o ferro, sendo empregado, sobretudo, nas sacadas dos sobrados. Na forma de balcões corridos ao longo da fachada ou restritos ao vão, nos modelos entalado ou de púlpito, portavam pequenas pinhas decorativas nos cantos superiores e possuíam desenhos caprichosos, podendo ainda apresentar suportes também em ferro para a colocação de lampiões. Os últimos exemplares, ambos localizados na rua Nereu Ramos, em La-



Pináculo em pedra utilizado no arremate do telhado da sede da fazenda Morrinhos, Lages. Foto: autor, 2009.



Cimalha em madeira, na sede da fazenda Caraúno, Bom Jesus, RS. Foto: autor, 2008.



Calçada de pedras em frente à sede da fazenda São José, Capão Alto. Foto: autor, 2008.

ges, desapareceram recentemente: um em 1984, demolido para dar lugar a uma agência bancária, e, no início dos anos 2000, o outro, que pertenceu ao coronel Belisário Ramos.

Seria redundante falar que numa arquitetura tão austera, houve pouco ou nenhum espaço para a ornamentação interna. De fato, alguns exemplares são de uma singeleza tal que, mesmo tendo pertencido a fazendeiros, donos de terra e gado, não apresentam ornamentos sequer em suas fachadas principais, como seria usual, na representação da condição abastada do proprietário.

Mesmo o mobiliário era escasso, resumindo-se, na maioria dos casos, a uns poucos bancos e mesas, um oratório, cates e baús, sendo igualmente reduzidos os utensílios domésticos (panelas, vasilhas, pilões, moinhos, pratos, talheres, ferramentas, etc.), como informam inventários dos séculos XVIII e XIX (DAL BOSCO, 2008, p. 158.)

A narrativa de Avé-Lallemant em 1858 ilustra essa realidade, tendo destacado a má vedação das aberturas e a ausência de equipamentos de aquecimento nas residências:



Detalhe da sede da fazenda São João, Lages, onde se nota o tratamento diferenciado entre a fachada frontal, que apresenta cimalha em alvenaria, e a lateral, com beiral em beira-seveira. Foto: autor, 2008.



Guilhotinas de janelas com caixilhos decorativos, compondo losangos: fazenda Capão do Posto (esquerda) e fazenda Cajuru. Fotos: autor, 2009; Charles Steuck, 2014.



Balcão em ferro do sobrado do Cel. Belisário Ramos, Lages. Acervo: FCC.



Catre e cabide do século XIX, na fazenda Santa Bárbara dos Alhos, Bom Jardim da Serra, SC. Fotos: autor, 2010.



“ ”

Fogões de sala e lareiras não existem em Lajes. Só em quatro casas há cadeiras regulares. A grande maioria delas não possui vidraças nas janelas, mas, em lugar destas, os vãos. De dia ainda passa. Mas logo que ao pôr-do-sol chega a geada, tudo se enroupa em mantos, tudo se fecha e, silenciosa e morta, a vila parece extinta. Por causa do frio, a gente, que nunca pensou num aparelho regular de aquecimento, vai cedo para a cama (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 80).

No entanto, de forma ainda que contida, aparecem em algumas residências mais sofisticadas elementos de caráter decorativo: forros do tipo encabeirado, fugindo do usual saia-e-camisa; ornamentos entalhados em forma de flores, estrelas e figuras geométricas, embelezando os cantos e o centro dos tetos das salas; rodapés e rodapés; faixas em madeira a meia altura contornando as paredes das salas; molduras e frisos em madeira para a marcação dos vãos de portas e janelas das salas; tábuas para forração interna dos vãos das janelas e peitoris almofadados.



Da esquerda para a direita, sala de jantar da fazenda Cajuru, e arcos existentes no final dos corredores de acesso às salas de jantar nas fazendas Morrinhos, em Lages e São José, Capão Alto. Fotos: Charles Steuck, 2014 / autor, 2007.

Pinturas decorativas, do tipo escariola ou estêncil, apareceram somente com o Ecletismo, no início do século XX, diga-se de passagem, de gosto sempre ingênuo e simples.

Característica ainda encontrada em algumas casas de fazenda lageanas relacionadas à tipologia “morada inteira” é a presença, na conexão do corredor com a sala de jantar, em lugar de uma porta convencional, de um grande arco em madeira desprovido de fechamento, sustentado por colunas ou pilares também em madeira. Assim, embora não haja uma obstrução física – porta – entre os setores social e íntimo

da moradia, a transição entre um e outro é destacada pelo imponente arco. Curiosamente, este elemento parece ter sido pouco empregado em construções de outras regiões, ocorrendo muito raramente em sedes de fazendas cafeeiras do Sudeste e em algumas charqueadas da região de Pelotas, RS (caso da Estância da Gruta).

Sua presença é mais recorrente em fazendas e casas urbanas dos Campos Gerais do Paraná, especialmente em moradias abastadas do século XIX na cidade da Lapa, onde também aparecem os pináculos em pedra coroando as cumeeiras dos telhados de formato piramidal.

03

A CASA DA
FAZENDA

Fazenda Santa Teresa, Lages.
Foto: Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006.



Implantação do conjunto edificado

Nos Campos de Lages, a casa de fazenda surgiu antes da casa urbana, tendo em vista o fato de que a fundação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres ocorreu posteriormente ao aparecimento dos primeiros estabelecimentos rurais, situados ao longo do caminho Viamão-Sorocaba.

A implantação da sede da fazenda serrana obedeceu principalmente a uma necessidade estratégico-defensiva – característica presente na maioria das estâncias e fazendas pastoris do Sul do Brasil, em razão dos intermináveis conflitos pela delimitação de fronteiras e revoluções aí ocorridos – e hierárquica, enquanto casa senhorial e núcleo organizador da propriedade.

Em razão disso, situaram-se em sítios elevados, geralmente em coxilhas (colinas) mais destacadas, a fim de que se pudesse vislumbrar amplo visual das áreas de entorno da moradia, controlando-se de certa forma o que se passava ao redor, à grande distância, como se pode observar nas fazendas São João, Santa Teresa e Capão do Posto, em Lages (SC).

Podem também residir aí, além da necessidade estratégica relacionada à insegurança das fronteiras e à instabilidade política da região, traços de uma ancestralidade portuguesa, notadamente, das casas rurais da região do Alentejo, os “montes alentejanos”. Estas habitações consistem num conjunto formado pela casa do proprietário e construções utilitárias de apoio à atividade agrícola, caracterizado pela implantação em sítios elevados de

onde se descortinam todos os ângulos da vasta propriedade, modo de ocupação fundiária típico do Alentejo.

Não se pode esquecer que boa parte das antigas residências rurais abastadas não apenas no Sul, mas em todo o Brasil, ocupou preferencialmente os terrenos elevados, assumindo um sentido simbólico de dominação sobre a área em redor, afirmando o poder e a autoridade do dono das terras. Neste sentido, é muito oportuna a comparação de Joaquim Cardoso, entre a implantação do monte alentejano e da casa de fazenda brasileira tradicional:



É o tipo de construção adaptada às grandes propriedades rurais, onde se pratica a cultura extensiva e onde se emprega grande número de trabalhadores; é formação social bastante semelhante à dos núcleos rurais brasileiros que, com raras exceções, sempre foram (engenhos ou fazendas) vastos latifúndios. Engenhos e fazendas onde a vida se fechava numa limitação de espaço geográfico que as distâncias e a precariedade dos meios de transporte imperiosamente exigiam. (...) Quero crer que muitas velhas fazendas brasileiras, como outras que de ou-



Vista da sede da fazenda Santa Teresa, Lages, estrategicamente posicionada no ponto mais elevado do terreno. Foto: autor, 2009.

tros tipos portugueses logicamente derivaram, muita coisa também ainda conservam dos ‘montes’ alentejanos (CARDOSO, 1975, p. 9).

À medida que se aproxima o final do século XIX, estando definidas as questões de fronteira e em função de uma maior estabilidade política e social, o que, por consequência, proporcionou a sensação de maior segurança, a preocupação defensiva, presente nos primeiros anos de ocupação do território, deixa de ser fundamental para a escolha do local de construção da sede da propriedade.



A residência é o centro do conjunto edificado da sede, como ocorre nas fazendas Limoeiro (à esquerda) e São João. Lages. Fotos: Ricardo Almeida, 2006. Acervo: IPHAN-SC.

Datam deste período as fazendas implantadas de forma menos exposta, a meia encosta de terrenos acidentados – fazendas Cajuru e São Domingos, em Lages (SC) – ou no fundo de pequenos vales, cercadas por morros – fazendas Morrinhos e Limoeiro, também em Lages. Contudo, apesar de não estarem no alto de colinas, mantêm as vistas privilegiadas de toda a área circunvizinha.

Elemento sempre presente quando da implantação de uma sede de fazenda foi o capão de mato, bosque nativo formado por araucá-

rias e outras árvores de médio e grande porte, localizado nos fundos da residência, como a proteger sua retaguarda, com o importante papel de amenizar a incidência do frio e do vento durante o inverno. Mais do que isso, abrigava as nascentes que garantiam o indispensável fornecimento de água, elemento vital para qualquer estabelecimento humano.

Verifica-se ainda a ocorrência de árvores exóticas de grande porte como carvalhos e plátanos, plantados em frente à residência para marcar-lhe o acesso, mesmo quando vista



Sede da fazenda São João, Lages, em registro de 1906. Notar, à direita o galpão primitivo em alvenaria de pedra, coberto por telhado de quatro águas. Acervo: Jonas Malinverni.

à longa distância, e de algum riacho que era utilizado para lavar roupa, sempre que possível localizado nas imediações, próximo às áreas de serviço da moradia.

A casa de fazenda é o centro de um conjunto arquitetônico, composto por programa de necessidades diversificado, que abrange: o jardim fronteiro ou lateral à casa; horta; pomar; terreiro (onde são criados porcos, galinhas e outros animais domésticos de pequeno porte); roças (situadas nas imediações da moradia para fornecimento de gêneros alimentícios); o galpão, construção essencial à atividade pastoril, implantado numa das laterais ou atrás da moradia; e as mangueiras (currais), de dimen-

sões e formatos diversos, igualmente fundamentais à lida com o gado e suas atividades específicas – recolhimento e aparte dos animais, marcação e castração, doma de cavalos, entre outras atividades.

A interligação entre esses elementos é, de certa forma, obtida pelos muros erguidos em pedra de junta seca, conhecidos na região serrana como taipas de pedra e destinados ao cercamento dos diferentes espaços livres que compõem o complexo da sede da fazenda (jardins, hortas, terreiro, roças e mangueiras), bem como à demarcação das invernadas de criação de animais, estradas e delimitação das propriedades, conforme se observará mais adiante.

Configuração da casa da fazenda: dois modelos

O programa de necessidades que definiu as formas de distribuição interior e a configuração final das casas de fazenda serranas, em termos volumétricos e compositivos, fundamenta-se num esquema encontrado em todas as moradias estudadas.

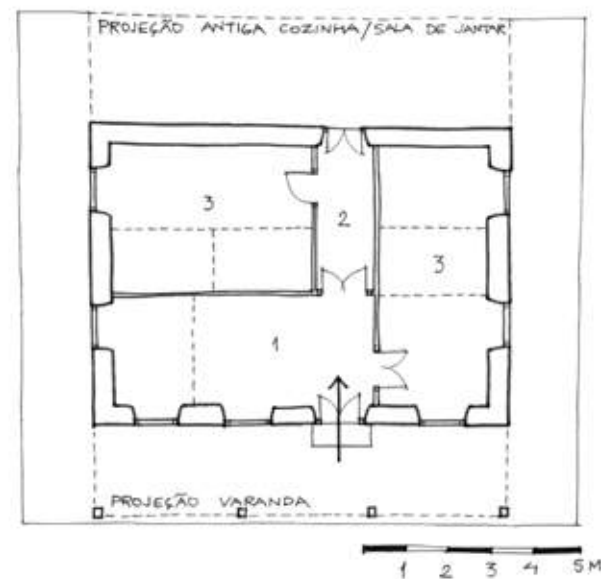
Na parte anterior da moradia encontram-se o acesso principal e os espaços de receber e de uso social, como salas de visitas e quartos de hóspedes, enquanto no centro e na parte posterior têm lugar os ambientes de uso íntimo e destinados ao serviço doméstico, como dormitórios da família, sala de jantar e cozinha.

Este programa é na verdade uma constante na arquitetura luso-brasileira, rural ou urbana, sendo que a variação maior fica por conta das dimensões e quantidade de cômodos, o que geralmente está relacionado ao poder aquisitivo do proprietário, havendo pouca variação quanto ao arranjo dos espaços internos.

Basicamente, dois modelos, com formato retangular ou quadrangular, ambos térreos e obedecendo ao programa apresentado, aparecem entre as construções analisadas: um desprovido de circulações especializadas, fazendo-se o acesso através de uma



Casa da fazenda Pinheiro, Lages. Trata-se da construção mais antiga encontrada na região estudada, tendo sido erguida no final do século XVIII. Foto: autor, 2009.



Planta baixa da casa da fazenda Pinheirinho, Lages:
1) sala de visitas; 2) circulação; 3) dormitório. Desenho: autor, 2015.



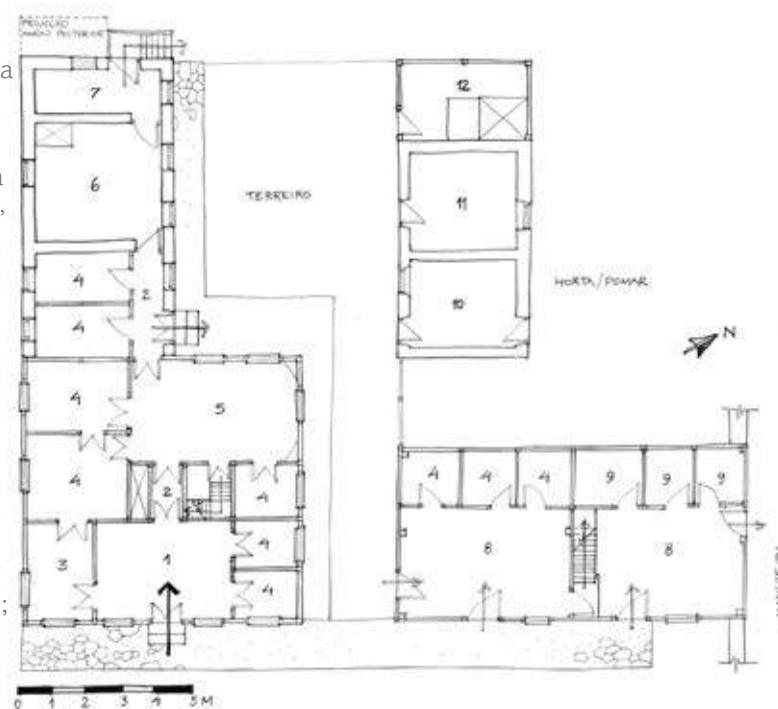
Planta baixa da casa da fazenda Caraúno, Bom Jesus. Apesar de erguida na segunda metade do século XIX (c. 1875), apresenta o modelo de planta baixa desprovido de corredor frontal, característico das residências mais antigas.

Planta baixa:

- 1) sala de visitas;
- 2) circulação;
- 3) sala;
- 4) dormitório;
- 5) sala de jantar;
- 6) cozinha;
- 7) depósito;
- 8) galpão;
- 9) estábulo;
- 10) cozinha suja;
- 11) fábrica de queijo/charque;
- 12) forno.

Fotos: autor, 2009.

Desenho: Autor, 2015.





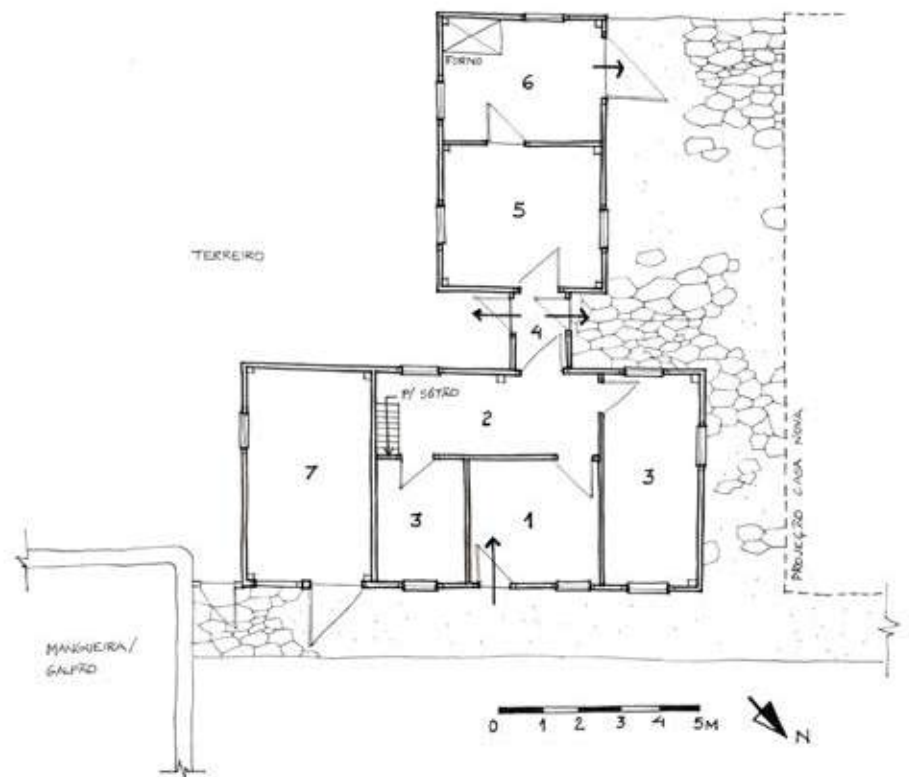
Sede primitiva da fazenda São José da Boa Vista, Lages, final do século XIX. Conta com a particularidade de ter um estábulo associado à moradia.

Planta baixa:

- 1) sala de visitas;
- 2) sala de jantar;
- 3) dormitório;
- 4) circulação;
- 5) cozinha;
- 6) cozinha suja/forno;
- 7) estábulo.

Foto: autor, 2009.

Desenhor: autor, 2015.

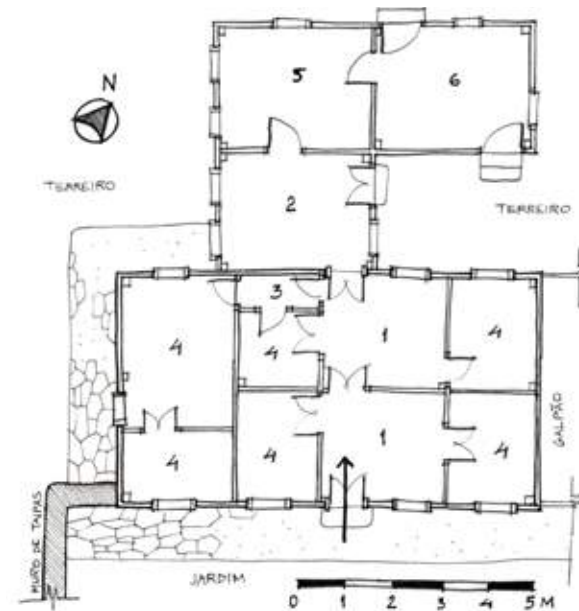




Casa da fazenda São Domingos, Lages.
Foto: autor, 2009.



Casa da fazenda Cajuru II, Lages.
Foto: Nery Auler da Silva/IPHAN-SC, 2008.



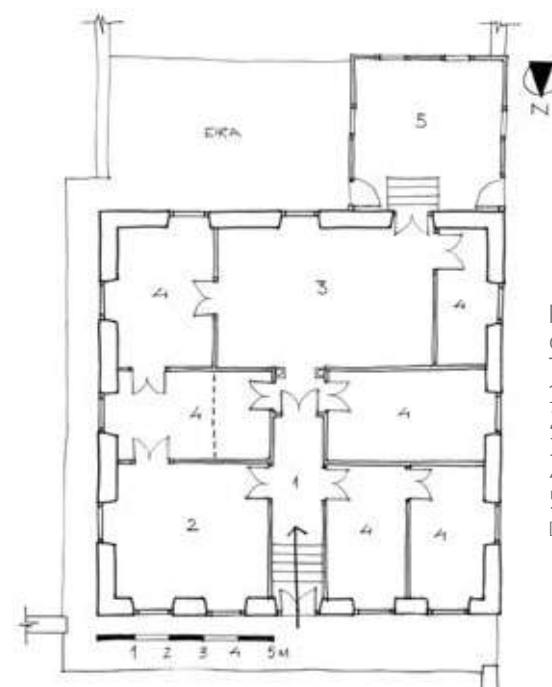
sala central, à qual a maior parte dos demais ambientes está diretamente conectada; e outro em que o acesso é feito por um corredor que interliga a parte anterior e posterior da moradia, estruturando-a.

O primeiro ocorre principalmente nas edificações mais antigas, entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX. São em geral moradias de dimensões menores, com a fachada frontal apresentando, na maioria dos casos, quatro vãos, sendo, portanto, assimétrica. A assimetria revela uma menor preocupação estética e formal com a composição da fachada, que desta forma assume um aspecto marcadamente vernáculo, reforçado pela frequente ausência de cunhais, cimalha ou qualquer outro ornamento. Esse aspecto pode indicar tratar-se de construção mais primitiva, erguida num momento onde os recursos para a construção ainda eram escassos ou em que o fazendeiro ainda não tinha condições de possuir moradia mais abastada.

As sedes das fazendas Pinheirinho (muito semelhante à da desaparecida fazenda Cruz de Malta) e São Domingos, em Lages, exemplificam essa construção. Apresentam dimensões modestas, o que é evidente no tamanho dos cômodos internos, além de pé-direito baixo, em torno de 2,5 metros. Dos quatro vãos da facha-



Casa da fazenda Santa Teresa, Lages. Pertenceu ao ex-governador catarinense Vidal Ramos Júnior. Foto: autor, 2009.



Planta baixa da casa da fazenda Santa Teresa, Lages:
1) corredor;
2) sala de visitas;
3) sala de jantar;
4) dormitório;
5) cozinha.

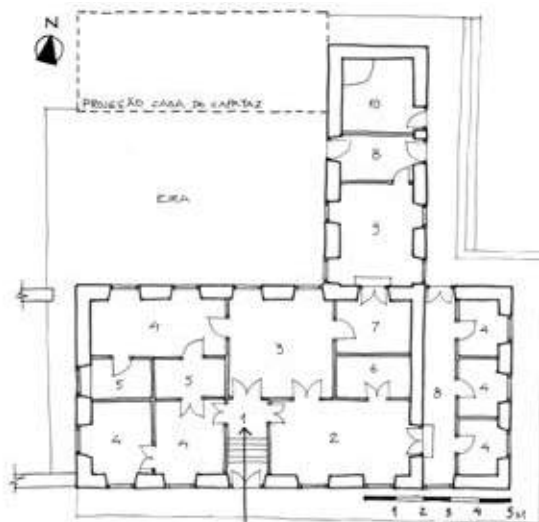
Desenho: autor, 2015.



Casa da fazenda São João, Lages: vistas das fachadas frontal, lateral esquerda e posterior. Fotos: autor, 2009.



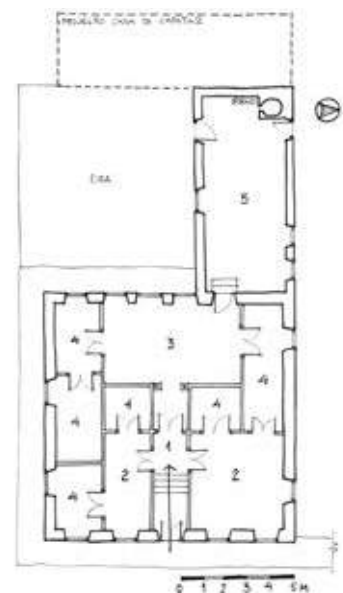
Casa da fazenda Morrinhos, Lages: acima, em foto de 1985, quando ainda mantinha o telhado original, coroado por uma pinha de pedra, à semelhança da casa da fazenda Santa Teresa. Fotos: Diretoria de Patrimônio Cultural/FCC; autor, 2009.



Planta baixa da casa da fazenda São João, Lages:

- 1) corredor;
- 2) sala de visitas;
- 3) sala de jantar;
- 4) dormitório;
- 5) alcova;
- 6) capela;
- 7) despensa;
- 8) circulação;
- 9) cozinha;
- 10) forno.

Desenho: autor, 2015.



Planta baixa da casa da fazenda Morrinhos, Lages:

- 1) corredor;
- 2) sala de visitas;
- 3) sala de jantar;
- 4) dormitório;
- 5) cozinha.

Desenho: autor, 2015.

da frontal, os dois mais ao centro destinam-se à porta de entrada e à janela da sala de visitas, enquanto os demais, um em cada extremidade, destinam-se às janelas de dormitórios frontais, quase sempre destinados a hóspedes e acessados diretamente pela sala. A partir desta, chega-se a um pequeno ambiente de circulação, espécie de vestíbulo, que dá acesso, de um e de outro lado, aos dormitórios, além de fazer a transição para a sala de jantar, disposta ao longo da parte posterior da casa, junto à cozinha.

O segundo modelo é caracterizado pela presença marcante de um extenso corredor que liga o exterior, na fachada frontal, à sala

de jantar, nos fundos, organizando em torno de si todos os espaços da moradia. Funcionando como um eixo de simetria, tendo em cada uma das laterais praticamente os mesmos ambientes rebatidos – salas e alguns dormitórios na frente, alcovas (pequenos quartos desprovidos de janelas, característicos das residências luso-brasileiras construídas até o século XIX) no centro, e ambientes de serviço, atrás – esse corredor aparece na maioria das residências brasileiras do século XIX. Mesmo nas mais modestas “moradias” urbanas de porta e janela, resultava em ganho considerável para a melhor estruturação da casa e setorização de seus



Casa da fazenda Limoeiro, Lages.
Foto: autor, 2009.



Vistas das fachadas laterais e posterior da casa da fazenda Limoeiro, Lages. Fotos: autor, 2009.

diferentes espaços, de uso social e íntimo. A planta que resulta desse agenciamento foi largamente utilizada no meio urbano, em função de facilitar a ocupação dos lotes estreitos e compridos, o que implicava na quantidade de aberturas voltadas para a rua:



As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes com iluminação natural, situavam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. A circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, nos exemplos maiores (REIS FILHO, 1973, p. 24).

Como na fazenda a restrição de tamanho do lote não existia, as construções, dependendo dos recursos financeiros do fazendeiro, tendiam a se configurar como “morada inteira”, ou seja, fachada frontal apresentando uma porta central



Sede da fazenda São José, Capão Alto. Fotos: autor, 2010.





Sede da fazenda São José, Capão Alto. Construída por volta de 1870, sofreu na década de 1960 a reforma que resultou na perda do telhado original. Pertenceu ao Coronel Juca Antunes, cuja casa na cidade de Lages foi preservada e consiste em um dos últimos exemplares de arquitetura luso-brasileira urbana do planalto catarinense (pag. 163). Foto: autor, 2010.

Fazenda Limoeiro, Lages: sua tradição remonta ao século XVIII, figurando entre as primeiras fazendas da região serrana de Santa Catarina. A sede atual foi construída por volta de 1850, quando pertencia à família Furtado. Atribui-se a autoria da obra ao mestre pedreiro “Pai João”, escravo proveniente de Angola que, além de curandeiro, tornou-se um dos mais requisitados construtores de Lages no século XIX. Esta fazenda teve o telhado original descaracterizado em reforma na década de 1960 Foto: Charles Steuck, 2014.

e duas janelas de cada lado – caso das fazendas São João, Santa Teresa, Morrinhos e Limoeiro.

No entanto, existiram exemplares maiores concebidos dessa forma, como a fazenda Capão do Posto, que possui de cada lado da porta frontal três janelas, e a fazenda São José, que possui de um lado da porta duas janelas e de outro, quatro, ficando a fachada principal assimétrica.

Na cidade de Lages, a antiga residência situada na esquina das ruas Coronel Córdova com Benjamin Constant, construída por volta de 1860, exemplifica a planta caracteristicamente urbana de “morada inteira” que acabou disseminada no meio rural. Seu proprietário foi o Coronel José Antunes Lima, o “Juca Antunes”, cuja fazenda, São José, conforme visto, apresenta o mesmo esquema da casa da cidade, com a diferença de ter área construída maior.

Importante inovação difundida entre as residências do século XIX e geralmente associada à “morada inteira” foi o porão alto. Consistia em apoiar os assoalhos sobre porões mais ou menos elevados, sendo o desnível em relação ao exterior vencido por meio de uma pequena escada posicionada após a porta de entrada, conduzindo ao corredor central da habitação. Ao longo de todo o nível inferior das paredes abriam-se óculos ou gaterias de ventilação,

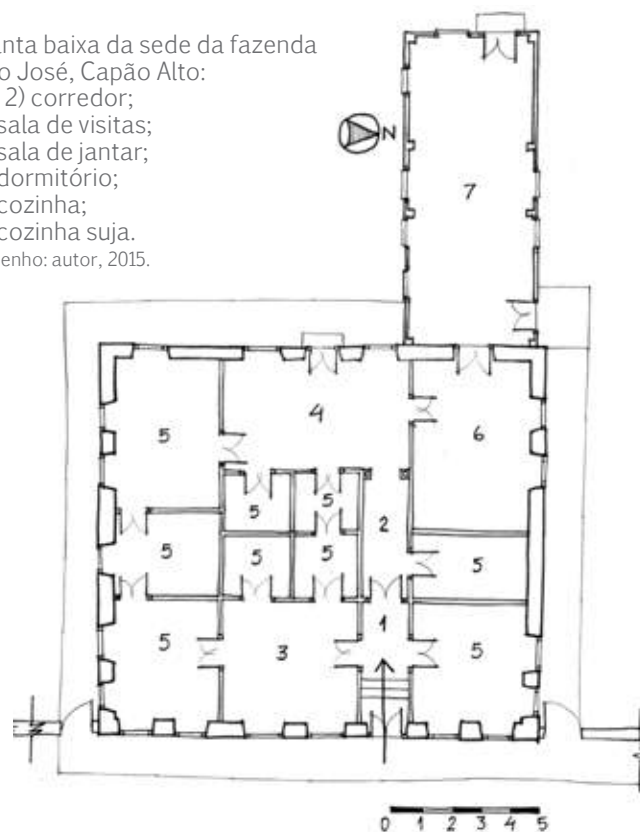
solução simples e de grande importância para a salubridade da madeira do barroteamento e dos assoalhos.

Além de minimizar os problemas com umidade que tornava as casas baixas insalubres, o porão alto proporcionava imponência à residência, conferindo-lhe aspecto mais nobre, como se nota nas fazendas São João, Santa Teresa, Morrinhos e São José.

Planta baixa da sede da fazenda São José, Capão Alto:

- 1 e 2) corredor;
- 3) sala de visitas;
- 4) sala de jantar;
- 5) dormitório;
- 6) cozinha;
- 7) cozinha suja.

Desenho: autor, 2015.



Algumas variantes

Além dos dois modelos apresentados, é possível encontrar algumas variações decorrentes ou associadas a estes, como a casa de sobrado com dois pavimentos, a casa com quarto de hóspedes, com acesso externo independente, e a moradia dotada de pátio interno avarandado.

Os sobrados tiveram ocorrência mais rara no meio rural, o que pode ser explicado pelo fato de haver área completamente livre para construção, diferentemente das vilas e cidades, onde em muitos casos as limitações de disponibilidade e tamanho dos terrenos favoreciam a um maior aproveitamento possível do lote, o que era obtido com construções de mais de um pavimento.

Registra-se em toda a região estudada a ocorrência de apenas três fazendas de sobrado, das quais a do Cadete, em Lages, consistiu numa ampliação posterior ao recorte temporal estudado. Restaram assim as fazendas do Guarda-Mor, também em Lages, demolida há alguns anos, e a da Estrela, que embora se localize no município de Vacaria, foi incluída no presente trabalho por sua associação histórica e tipológica à fazenda do Guarda-Mor.

Quanto à fazenda do Guarda-Mor, embora haja algumas incertezas sobre seu primeiro proprietário, sendo a data provável de sua construção o final do



Casa já desaparecida da fazenda do Guarda-Mor, originária do século XVIII, que existiu na Coxilha Rica, Lages. Foto do início do século XX. Notem-se as semelhanças entre esta construção e as casas apresentadas nas imagens seguintes. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Residência que pertenceu à família Ramalho (atual Museu Etnográfico Casa dos Açores), construída no início do século XIX na antiga vila de São Miguel, município de Biguaçu, SC. Foto: autor, 2014.



A) Fazenda Santa Maria, Pelotas, RS. – B e C) Casas saloias torreadas, localizadas em Sintra e Cascais, Portugal. Fotos: Martin Streibel, 1999 / José A. S. Figueira, 1980.

século XVIII, afirma-se ter sido adquirida por Laureano José de Ramos, em 1817 (COSTA, 1982, p. 1.567).

Analisando-se a edificação a partir de fotografia do início do século XX, que ilustra a obra “O Continente das Lagens”, de Licurgo Costa (1982, p. 1.572), percebe-se em sua forma geral um profundo arcaísmo, tendo uma parte assobradada, com telhado de quatro águas, e outra térrea, coberta por telhado de duas águas. Esse aspecto remete às casas torreadas medievais, que foram comuns em Portugal, na Espanha e Itália até o século XVI, e que no caso português (AZEVEDO, 1988), teriam influenciado na configuração de um tipo antigo de moradia rural muito encontrado nos arredores de Lisboa, a casa torreada saloia, também encontrada no arquipélago dos Açores.

Uma das prováveis origens da palavra saloio é “çahrói”, adjetivo árabe que significa “habitante do campo”, relativo aos primitivos habitantes da Estramadura, e que, extensivo às moradias rurais típicas desta região, foi posteriormente romanizado como “çahroío”, evoluindo para “çaroio”, “çaloio” e “salioio” (David Lopes, Apud FERNANDES; JANEIRO, 1991, p. 22).

Sobre a planta da sede da fazenda do Guarda-Mor não restaram informações.

A sede da fazenda da Estrela foi erguida na

primeira metade do século XIX, pertencendo a Fidélis José Ramos, filho de Laureano José de Ramos, consistindo num sobrado que se eleva sobre a parte central da construção, em elegante composição volumétrica ressaltada pela inclinação dos telhados.

Relacionando-se claramente, em termos volumétricos, à antiga casa da fazenda Guarda-Mor de Lages (até porque seu primeiro proprietário era filho do dono dessa fazenda), remete, contudo, pela situação de simetria, a um tipo de moradia rural abastada, de gosto classicizante, encontrado com frequência em engenhos de cana de açúcar do Nordeste e do Rio de Janeiro, bem como em fazendas de café paulistas e em algumas charqueadas da região de Pelotas, Bagé e São Gabriel, no Rio Grande do Sul.

Curiosamente, não se percebe uma maior preocupação com a configuração das aberturas na fachada frontal, no sentido usual de se obter equilíbrio, proporcionalidade e simetria, posto que as três janelas do andar superior não correspondem às três janelas e uma porta dispostas no extenso andar térreo. De certa forma, o “peso” do predomínio de cheios sobre vazios no térreo não dialoga com o ritmo bem dosado de cheios e vazios no pavimento superior, conferindo à edificação, em contraponto à composição volumétrica de aparente preten-



Sede da fazenda Estrela, Vacaria, construída por volta de 1830. Historicamente, está relacionada à fazenda do Guarda-Mor, em Lages, e em razão do corpo central elevado, também apresenta semelhanças com o casarão de Biguaçu e com as casas portuguesas saloias. Fotos: autor, 2010.





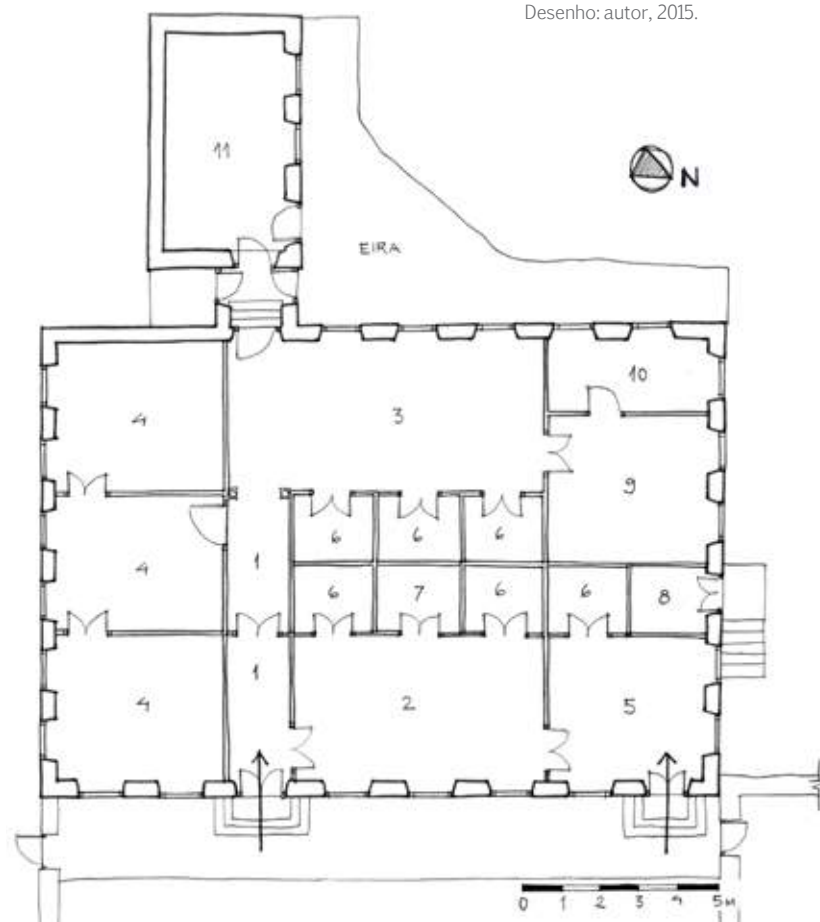
Sede da fazenda Cajuru, Lages: uma das maiores e mais sofisticadas casas rurais do planalto lageano.
Fotos: Charles Steuck, 2014 / autor, 2009.



Planta baixa da sede da fazenda Cajuru:

- 1) corredor;
- 2) sala de visitas;
- 3) sala de jantar;
- 4) dormitório;
- 5) quarto de hóspedes;
- 6) alcova;
- 7) capela;
- 8) depósito;
- 9) cozinha;
- 10) despensa;
- 11) cozinha suja (fogo de chão).

Desenho: autor, 2015.

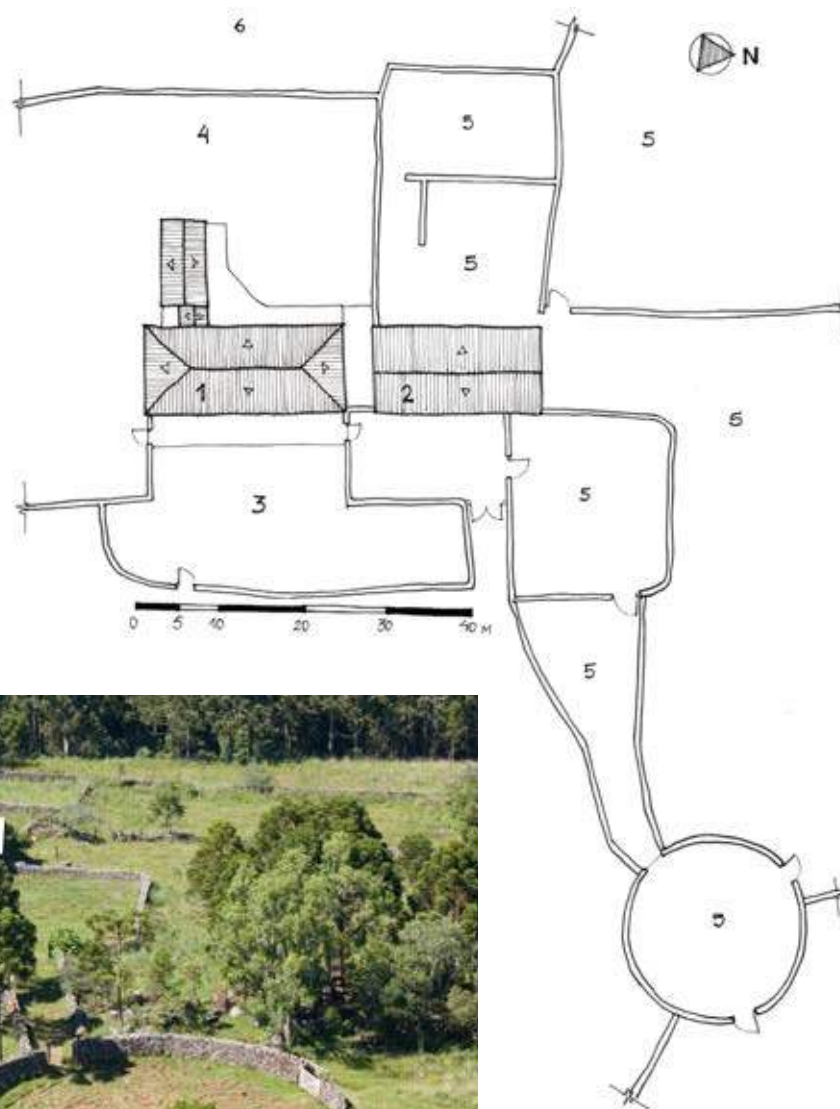


Fazenda Cajuru, Lages: vista aérea do conjunto edificado e implantação geral.

- 1) residência;
- 2) galpão;
- 3) jardim;
- 4) pomar;
- 5) mangueiras;
- 6) capão de mato.

Foto: Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006.

Desenho: autor, 2015.





Capela com oratório na fazenda Cajuru, Lages, ocupando uma das alcovas junto à sala de visitas da residência.

Fotos: Charles Steuck, 2014.

são erudita – reforçada pela presença de uma planta baixa do tipo “morada inteira” – aspecto vernacular e arcaico.

Registra-se ainda a existência de um pequeno quarto com acesso externo independente, nos fundos, junto ao galpão e à cozinha, isolado do restante da habitação, o qual possivelmente era destinado aos viajantes que necessitassem pernoitar na fazenda.

Tanto a sede da fazenda Guarda-Mor como a da Estrela aproximam-se em particular de outros três exemplares arquitetônicos, pela impressionante semelhança na composição volumétrica e de fachada: a antiga residência da família Ramalho, outrora sede de opulento engenho de farinha de mandioca situado na vila de São Miguel, município de Biguaçu, próximo a Florianópolis, (SOUZA, 1992, p. 3), a sede da fazenda do Juncal, em Jaguarão, na fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai (GUTIERREZ et al., 2009, p. 184), e a sede da estância Santa Maria, em Pelotas (LUCCAS, p. 87). Datadas da primeira metade do século XIX, remetem igualmente às casas saloias, com seu aspecto altivo e que sugere, pela presença da parte assobradada, ou torreada, um papel defensivo.

A sede da fazenda Cajuru, em Lages, pode ser relacionada à morada inteira, pela presença do grande corredor que liga a fachada frontal à sala de jantar, nos fundos. Porém, apresenta dimensões muito maiores em relação às demais residências estudadas, o que resulta no maior número de espaços internos, principalmente alcovas (sete ao todo), e no arranjo diferenciado destes espaços numa planta de composição assimétrica. Sua excepcionalidade,

no entanto, reside no fato de comportar um grande quarto para hóspedes com acesso independente pelo exterior, na fachada frontal, e ligação interna com a sala de visitas, sendo complementado por uma alcova auxiliar.

A presença deste cômodo com acesso externo, caso único entre as fazendas lageanas, pode indicar uma efetiva contribuição da arquitetura paulista, especialmente de Sorocaba, durante o ciclo tropeiro. Tal solução aparece com frequência no Planalto de Piratininga, a exemplo da casa da fazenda Passa-Três, do Brigadeiro Tobias, em Sorocaba, importante referencial da arquitetura tropeira paulista estudada por Carlos Lemos (1999, p. 78).

Cabe referir ainda que, diferentemente de outras regiões do Brasil, não existiram capelas externas ou anexas à residência nas fazendas de Lages, ocupando construção específica para essa finalidade. Aparecem sim oratórios móveis e capelas instaladas internamente, numa das alcovas junto à sala de visitas, como se vê nas fazendas Cajuru e São João.

Nestes recintos, completamente despojados de maior esmero artístico, as imagens dos santos de devoção da família, por vezes invocados como orago das fazendas, eram abrigadas e veneradas.

Aliás, a ausência de luxo e maior refinamento interno nas casas de fazenda é constatada também pela simplicidade do mobiliário, o que, diga-se de passagem, é uma constante em todo o Brasil, pelo menos até meados do século XIX. Em geral resumia-se a mesas para o preparo e realização das refeições, bancos, arcas e canastras (baús em couro) para a guarda de roupas, cobertores e utensílios, e catres para dormir. Raras eram as casas que contavam com canapés (sofás confeccionados em madeira, com assento em palha) e cadeiras nas salas de visita, ou cômodas e armários nos dormitórios e cozinhas.



Oratório e retratos, na sala de visitas.
Fazenda do Cedro, Urupema. Fotos: autor, 2015.

Cozinhas

A cozinha, por sua função fundamental para o funcionamento da habitação, é indiscutivelmente um dos principais elementos para a caracterização de tipos na arquitetura doméstica de origem portuguesa (LE MOS, 1978, p. 31), ainda que hierarquicamente ocupe espaço secundário na casa por se constituir em local não nobre, destinado aos serviços domésticos, merecendo aqui, portanto, uma abordagem específica.

Embora na casa luso-brasileira, em função das questões climáticas, a presença do forno e da chaminé ancestral não se tenha mantido, adotando-se outras soluções mais adequadas aos trópicos, continuou o local destinado ao preparo de alimentos a desempenhar papel de destaque na moradia, embora plasticamente, segundo um critério hierárquico de configuração dos espaços e volumes construídos, fosse o mais austero e funcional possível. Tanto que, nas residências rurais ou urbanas, mais ou menos abastadas, lhe era reservado sempre a parte posterior, nos fundos, onde a partir de calçadas pavimentadas com pedras se alcançavam os terreiros e quintais, destinados aos galinheiros, chiqueiros, hortas e pomares.

Primitivamente foram concebidas em separado da moradia, com o intuito de prevenir incêndios, já que o fogo ficava exposto, facilitando a ocorrência de sinistros.



Cozinhas de fazendas lageanas do século XIX, tradicionalmente posicionadas na parte posterior das moradias. Em cima, fazenda São João; em baixo, fazenda Cajuru, Lages. Fotos: autor, 2009.





Cozinha de fora ou “de fogo de chão” na fazenda dos Palmas, São Joaquim. Foto: autor, 2014.



Fazenda do Barreiro, em Urupema, preserva nos fundos da moradia a cozinha primitiva, erguida em pedra. Foto: autor, 2009.



As duas cozinhas da fazenda Capão do Posto: anexa à parte posterior da moradia (à esquerda) e separada desta, configurando o espaço do “fogo de chão”. Fotos: autor, 2009.



Tanque abrigado na fazenda Cajuru, Lages.
Foto: autor, 2011.



Tanque aberto na fazenda dos Palmas, São Joaquim.
Foto: autor, 2014.



Forno na cozinha da fazenda Morrinhos, Lages.
Foto: autor, 2009.



Forno na cozinha da fazenda São José da Boa Vista, Lages.
Foto: autor, 2009.

A partir da utilização de fogões, principalmente no século XIX, as cozinhas foram incorporadas à configuração da casa de duas formas: paralelamente, compreendendo uma continuação da água posterior do telhado, ficando, conseqüentemente, com pé direito inferior em relação ao restante da residência, à semelhança do que ocorre em grande parte das construções rurais luso-brasileiras do litoral catarinense, às quais se atribui influência açoriana, dada a colonização predominante de contingentes populacionais oriundos do Arquipélago dos Açores durante o século XVIII, ou perpendicularmente, ocupando um volume distinto e menor, coberto por telhado de uma, duas ou três águas, compondo com o volume principal uma planta em “L”.

Este segundo arranjo foi o mais empregado, conforme se deduz pela observação das construções remanescentes e da iconografia do século XIX e início do século XX, certamente por liberar parte da fachada dos fundos e permitir a abertura de vãos, melhorando assim a salubridade do interior da habitação.

Curiosamente, sua larga utilização ocorreu proporcionalmente nas cidades e no meio rural, sendo provável que nas fazendas tenha se dado por influência das construções urbanas, onde consistia em inteligente solução diante

das limitações impostas pela falta de recuos laterais, permitindo a existência de aberturas. Isso à semelhança do uso generalizado das plantas urbanas do tipo “morada inteira” nas casas de fazenda, conforme já tratado.

Há ainda outro caso, em que a cozinha está completamente inserida no corpo da residência, caso da fazenda São José, ficando o anexo que configura a planta em “L” destinado a outras dependências de serviço, dentre elas a “cozinha suja”.

O uso primitivo de um espaço com função similar à cozinha, em separado do restante da casa, se manteve com a existência da cozinha de fora” ou “cozinha suja” (SILVA, 2003, p. 225), por vezes denominada de “fogo de chão”, por ser o local onde o fogo é mantido no próprio chão. Sobre o fogo se coloca uma trempe ou se fixam ganchos para suporte de tachos e preparo de alimentos, sobretudo o beneficiamento de animais recém-abatidos, derretimento de banha e preparo de doces e embutidos. Esta cozinha pode eventualmente apresentar subdivisão de espaços destinados à fabricação de queijo, charque e local do forno, como ocorre na fazenda Caraúno, em Bom Jesus (RS). Estes espaços aparecem também contínuos à cozinha propriamente dita, caso das fazendas São João, em Lages, e Estrela, em Vacaria (RS).



Acima, pilão e queijeira na fazenda Cajuru, Lages. Abaixo, fogão a lenha, metálico, que substituiu os fogões primitivos em alvenaria (fazenda do Cedro, Urupema). Fotos: autor, 2009; 2015.

Este recinto de pequenas dimensões, erguido em alvenaria de pedra sem reboco ou em madeira, é geralmente coberto por telhado de duas águas, sempre desprovido de forro, de forma a permitir a saída da fumaça pela cobertura, e pavimentado com pedras irregulares ou terra batida (por vezes reforçada com esterco bovino), o que evidencia sua rusticidade e o tipo de função a que se presta.

A “cozinha suja” da fazenda Capão do Posto, em Lages, construída em separado, mantendo certo afastamento da cozinha propriamente dita (anexa à residência), apresenta o alteamento da parte central da cobertura de duas águas, tipo de água furtada ou elemento de ventilação, a fim de facilitar a eliminação da fumaça produzida.

Outra solução interessante aparece na “cozinha suja” da fazenda Cajuru, em Lages. Essa cozinha é ligada ao corpo da residência por uma espécie de passadiço erguido em alvenaria de pedra, com portas nas laterais, dando para o terreiro, e coberto por telhado de duas águas, visando por certo maior conforto para a realização dos serviços domésticos.

Já na fazenda do Barreiro, no atual município de Pánel, a “cozinha suja” que se conhece hoje, em alvenaria de pedra aparente e telhado de duas águas, teria sido originalmente a casa de moradia da propriedade, tendo a cozinha primitiva, erguida à parte, já desaparecido, conforme relato do proprietário, Sr. Laélcio Bianchini. Por ocasião da construção da atual sede, em 1900, disposta na frente da edificação anterior, esta acabou se tornando a cozinha da casa nova, situação que também ocorreu na fazenda da Ronda, em Bom Jesus.

Construções utilitárias e de apoio à produção: galpões

Tão rústico quanto o fogo de chão é o galpão, porém de grandes dimensões, por vezes com área construída superior à da própria residência. Rodeado pelas “mangueiras” para a lida com os animais, destina-se a estábulo dos cavalos e vacas de leite, guarda e manutenção dos artigos de montaria e dormitório dos peões, sendo o seu principal espaço de convivência e trabalho.

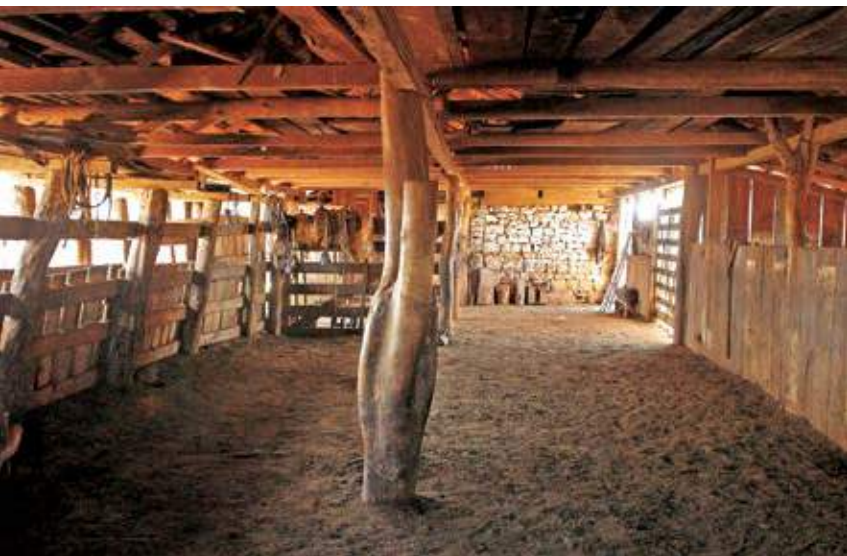
Trata-se de um espaço de uso quase que exclusivamente masculino, tendo, em função disso, um local semelhante ao fogo de chão, porém não destinado ao preparo de alimentos e sim ao convívio social dos trabalhadores homens, que antes e após as lidas de campo nele se reúnem para conversar e tomar chimarrão.

É interessante notar a partir da análise de fotografias antigas e das construções remanescentes, que, no início do século XX, as novas influências arquitetônicas que incidiram sobre as casas-sede, alterando suas feições originalmente luso-brasileiras, também se fizeram sentir nos galpões. Não em termos estéticos, é claro, uma vez que se trata de construções essencialmente utilitárias e, portanto, muito singelas, mas em termos de dimensões e materiais empregados.

De forma a acompanhar os avanços e melhorias



Galpões de fazendas serranas: de cima para baixo, fazenda Morrinhos, Lages; fazenda Limoeiro, Lages. Fazenda Caraúno, Bom Jesus. Fotos: autor, 2009.



Galpão da fazenda Tijolo, Lages: piso de chão batido e estruturas em madeira falquejada. Foto: Ricardo Almeida, 2006. Acervo: IPHAN-SC.



Ordenha no galpão da fazenda do Cedro, Urupema. Foto: autor, 2015.

introduzidas para qualificação dos rebanhos e das técnicas de pecuária, o rústico galpão primitivo, erguido em alvenaria de pedra sem reboco ou em madeira, coberto por telhas capa-e-canal ou tabuinhas e que em dimensões reduzidas concentrava todo um universo de lidas e usos, foi substituído por construções maiores, ou complexos formados por mais de um galpão com funções especializadas, por vezes adotando soluções construtivas inglesas e alemãs que se refletiam na melhora substancial dos serviços e da produtividade da fazenda.

A alvenaria de pedra foi praticamente abandonada em detrimento da madeira, que deixou de ser serrada manualmente para ser beneficiada de forma padronizada e em grande quantidade nas primeiras serrarias que se instalaram na região, além do que as telhas cerâmicas francesas e as telhas metálicas de zinco se mostraram muito mais práticas e duráveis enquanto soluções de cobertura.

Complementa o conjunto edificado da sede da fazenda uma série de pequenas construções igualmente muito rústicas, em madeira, destinadas às mais variadas atividades domésticas e implantadas em torno da casa grande e do galpão, como galinheiros, chiqueiros, abrigos para o poço de água e para o tanque de lavar, latrina, e outras dependências.

Senzalas

A raridade em se encontrar remanescentes de antigas senzalas nas propriedades rurais não deve levar à conclusão precipitada de que a escravidão nos campos serranos tenha sido insignificante, ao ponto de não justificar a necessidade de construção de locais específicos para abrigar os trabalhadores negros, ao contrário, existem evidências suficientes para se afirmar que a presença do escravo foi sim relevante e fundamental para a sustentabilidade da economia pastoril nos Campos de Lages, embora em menor número, se comparado a outras regiões.

É bastante provável que, com a abolição da escravatura em 1888, tenha havido a preocupação em se demolir as antigas senzalas ou adaptá-las a novos usos, pois se tratavam de construções modestas, ranchos rústicos de tábuas ou taipa, isso quando não passaram de palhoças precárias (MACEDO, 1987, p. 77).

Conforme observado por Günter Weimer (1992, p. 36), os vestígios de senzalas que chegaram aos dias atuais não apenas comprovam a presença do negro, como evidenciam, nos partidos construtivos que adotaram, a submissão e os maus tratos a que estavam sujeitos os cativos nas fazendas pecuaristas do Sul.

Na fazenda Cajuru atribui-se a um cômodo

de dimensões muito pequenas, originalmente isolado do restante da habitação e com ligação direta ao galpão, numa das laterais, a função original de senzala. Hoje adaptado para banheiro, apresentava ainda há alguns anos, antes da abertura de uma porta, pequena abertura a meia altura da parede que o divide com a cozinha e que teria a função de “passa-pratos”, havendo relatos de que se destinava a fornecer refeições aos escravos e aos peões que o acessavam pelo galpão. O porão da casa, acessível por pequena porta nos fundos, junto à “cozinha suja”, também teria sido utilizado para acomodar cativos, conforme relatos de antigos moradores.

Na fazenda Estrela, a tradição oral aponta que a senzala ocuparia uma pequena construção já desaparecida que se situava nos fundos da residência, junto aos galpões e mangueiras, destinando-se assim, muito possivelmente, aos escravos utilizados nas lidas campeiras. Já um anexo contíguo à antiga cozinha principal (transformada em sala de jantar) e que hoje desempenha esta função, teria abrigado originalmente a “cozinha suja” e um compartimento utilizado como moradia para escravos domésticos.

Corredores, muros e mangueiras de “taipa de pedra”

Vestígios materiais dos mais importantes que se relacionam aos antigos caminhos de tropas do Planalto Serrano Sul-rio-grandense e Catarinense são os muros erguidos manualmente em alvenaria de pedra de junta seca, técnica conhecida na região como “taipa de pedra” ou simplesmente “taipa”, guarneecendo as estradas – corredores – e facilitando a condução das tropas de gado.

Popularmente denominados de “corredores de taipas”, esses caminhos murados beiram a monumentalidade ao atingirem em alguns trechos dezenas de quilômetros lineares ininterruptos. Sua construção se deu à custa dos fazendeiros locais e tropeiros (CURTIS, 2008, p. 173), mediante o emprego da mão de obra escravizada, e em aproveitamento da rocha basáltica que aflora em abundância nos campos locais, na forma de pedras soltas.

Iniciando no trecho do Caminho de Viamão ainda no estado do Rio Grande do Sul, assim que atinge os Campos de Cima da Serra, no município de São Francisco de Paula, e em estradas secundárias, de ligação entre as fazendas e entre essas e a estrada principal, os corredores aparecem também no município de Bom Jesus, fazendo a conexão do Caminho de Viamão com



Acima, muro em pedra de junta seca na Ilha Terceira, Açores, Portugal. Em baixo, muro em “taipa de pedra” na fazenda São João, Lages. Notar a forte semelhança entre as estruturas. Fotos: autor, 2008 e 2009.



os que provêm do litoral, a Leste, passando por São José dos Ausentes, e das Missões, a Oeste (Caminho Novo da Vacaria), antes da travessia do rio Pelotas, na divisa com Santa Catarina.

No entanto, é ao chegar ao município de Lages que o caminho principal e seus ramais assumem monumentalidade de fato. Compondo desde o Passo de Santa Vitória um complexo viário murado que, ora contínuo, ora alternado, atinge seguramente mais de uma centena de quilômetros lineares, esses caminhos se estendem para Norte e ultrapassam o perímetro da cidade de Lages, atingindo o atual município de Correia Pinto, rumo a Curitibaanos (HERBERTS, 2009).

De Curtis, ao abordar a herança material deixada pela economia do gado no Sul, informa:

““““

Mais do que igualmente notáveis, em Santa Catarina, são os quilométricos “corredores” de taipa, com cerca de 12m de largura e 1,2m de altura, que mantinham embretado o gado conduzido pelos tropeiros e, ao que tudo indica, funcionavam também como calha coletora de pequenos contingentes de animais que se incorporavam às tropas quando adquiridos nas fazendas do



Monumentais “corredores de taipas” na Coxilha Rica, Lages: caminhos murados utilizados pelos tropeiros para conduzir os animais. Fotos: Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006; autor, 2010.



percurso. Sua presença física remanesce em vários trechos do planalto de Lages, com alargamentos estrategicamente espaçados para, quando necessário, atender às funções de mangueiras, onde se realizavam o descanso, o aparte e o tratamento dos animais (CURTIS, 2008, p. 171 e 172).

Por meio do emprego destas estruturas, cuja origem deve remontar às construções murárias primitivas de Portugal (CASELLA, 2003), também marcantes na paisagem do arquipélago dos Açores (ARQUITECTURA POPULAR DOS AÇORES, 1999), de onde vieram muitos dos povoadores da região, se configuravam as estradas, se dividiam as propriedades e se delimitavam as invernadas de criação do gado. Tais estruturas eram também utilizadas na confecção das mangueiras destinadas ao manejo do rebanho e para cercar os cemitérios rurais, destinados ao sepultamento do fazendeiro e sua família (CASTRO, 2011).

Para os corredores, divisas de campo e mangueiras, empregam-se para a construção da taipa uma seção de desenho trapezoidal, cuja altura é proporcional às larguras da base, maior, de forma a garantir a sustentação da estrutura, e do topo, menor. A medida da largura do topo geralmente é metade ou cerca de um terço da medida da largura da base.



Detalhe de mangueira em taipa de pedra na fazenda São João, Lages. Em destaque, na base do muro, a abertura para drenagem do curral. Foto: autor, 2009.



Taipa de pedra utilizada na divisa de invernadas (áreas de pastagem) na fazenda Santa Teresa, Lages: produto do conhecimento tecnológico do colonizador português e do suor de trabalhadores negros escravizados. Foto: autor, 2009.

Diz-se “empregam-se” porque a construção de divisas e currais em taipa de pedra é uma técnica ainda em uso na região serrana, apesar de há muitas décadas o uso do arame farpado ter sido generalizado, pela facilidade de instalação e baixo custo.

É comum inclusive o reforço do fechamento com muros de alvenaria mediante a instalação de moirões de madeira com arame farpado correndo sobre as taipas, o que acaba tendo custo mais baixo que a manutenção das pedras. Afinal, hoje não existem mais peões cativos que se sujeitem às ordens do fazendeiro com esse propósito. Por tratar-se de tarefa habilidosa, geralmente consistindo em conhecimento transmitido ao longo de gerações de “taipeiros”, seu preço, cobrado por metro linear, atinge valores elevados, o que torna o uso do arame mais vantajoso.

Tendo sido a construção de divisas e corredores de taipa de pedra uma tarefa árdua e trabalhosa, cabendo quase que exclusivamente aos escravos das fazendas, até hoje é comum ser o taipeiro negro ou mulato, pois herdou dos antepassados cativos o rude talento de encaixar pedras.

Há de se destacar com relação aos muros de taipa a existência de drenos, empregados em terrenos baixos onde seja necessário dar



Taapeiro refazendo muro na fazenda da Rata, São Francisco de Paula, RS, e detalhe em que se vê o acabamento da parte superior do muro de taipas de uma mangueira, na fazenda dos Palmas, São Joaquim. Fotos: autor, 2008; 2014.





Mangueirões de pedra na fazenda São João, Lages. Foto: autor, 2009.

vazão ao acúmulo de água da chuva ou a pequenos córregos. Outro elemento presente é o “subidor”, pedra saliente na taipa mais plana, e que serve como “degrau” para facilitar a subida de um e outro lado. Ocorrem com frequência nas taipas das mangueiras, que por serem altas, algumas ultrapassando os dois metros, são, assim, mais facilmente transpostas durante a lida com o rebanho.

Dentre as mangueiras de taipa mais importantes em termos de robustez dos muros e grande extensão, destacam-se as das fazendas Santo Antônio e Silveira, em São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul, com áreas muradas superiores a 09 e a 06 mil m², respectivamente, as das fazendas Limoeiro, São João e Santa Teresa, em Lages, Santa Catarina, em complexos gigantescos de mangueiras retangulares de diversos tamanhos, e a da fazenda Cajuru, também em Lages, que apresenta em seu conjunto de muros ciclólicos, mangueira cujo formato é o de um círculo perfeito com quase trinta metros de diâmetro.

Quando no sítio não havia abundância de pedras para a construção de taipas, caso das regiões de Campos Novos e Curitibanos, as mangueiras eram confeccionadas com pinheiros lascados, no formato de pranchas rústicas, que eram fixadas em troncos de madeira e resultavam num tipo de cerca denominado varejão. Em função da exposição da madeira à ação do tempo sem maiores cuidados, apresentava pouca durabilidade, demandando constante manutenção.



“Tranqueira”, ou “tronqueira”, tipo de porteira feita com varas encaixadas em moirão junto às taipas, na fazenda São Domingos, Lages. Fotos: autor, 2009.

04

CASAS
URBANAS

Casa do Coronel Juca Antunes, Lages.
Foto: autor, 2009.



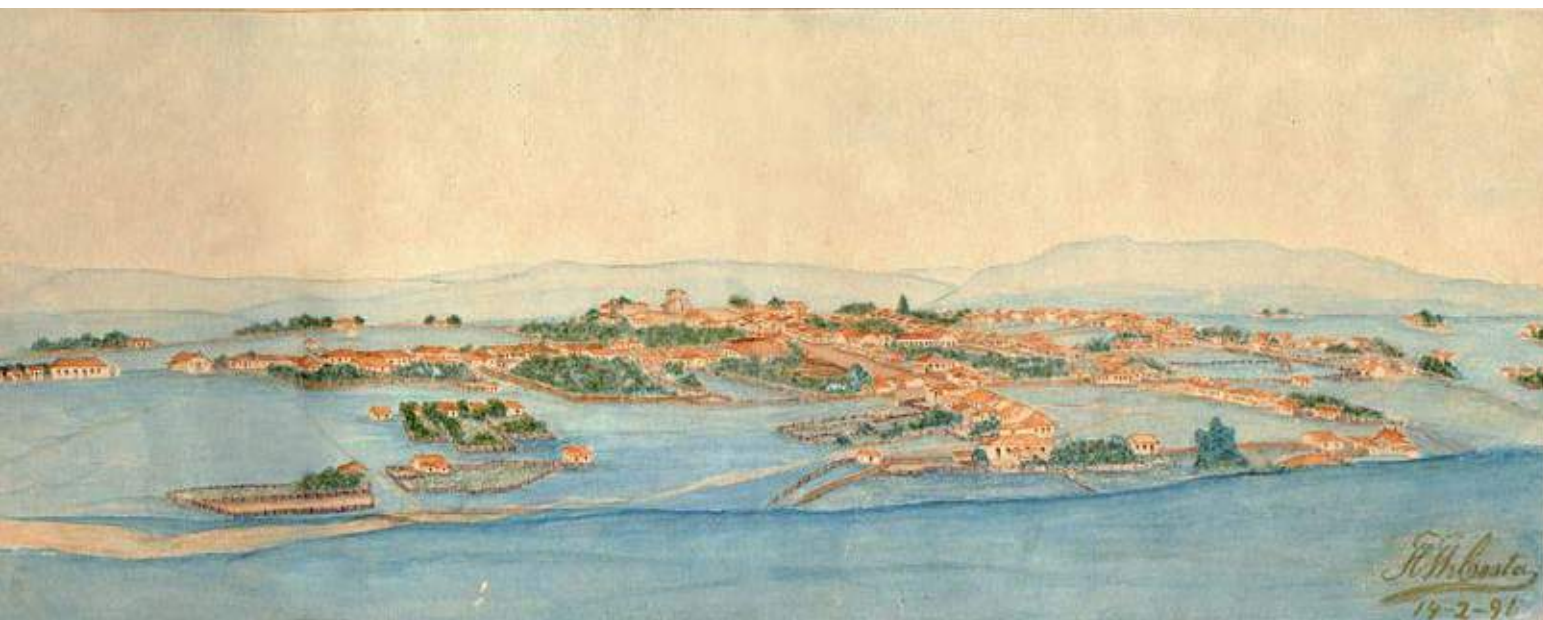
Casas urbanas

Quando se trata da arquitetura brasileira implantada no meio urbano nos séculos XVIII e XIX, o traçado das ruas e a definição dos lotes são elementos fundamentais para a sua compreensão, ao ponto de casa e lote estarem indissociáveis.

Conforme Reis Filho a arquitetura residencial urbana se baseava num tipo de lote muito bem definido, o que resultou em núcleos urbanos uniformes, sendo as residências levantadas junto ao alinhamento das vias públicas e tendo as paredes laterais apoiadas umas às outras, nos limites dos terrenos, quando não compartilhavam a mesma parede.

Assim como com as construções, também sobre a concepção de cidade pesava a tradição urbanística portuguesa, imposta, ou antes, formalizada, pela legislação.

Daí a necessidade de se considerar para o estudo das casas urbanas de Lages, antes dos aspectos tipológicos e demais características construtivas, a evolução do traçado urbano – entre o assentamento do núcleo inicial na segunda metade do século XVIII e a expansão ocorrida até o final do século XIX – e as leis municipais, com destaque para as Posturas, que exerceram papel determinante no processo de conformação dos espaços edificados, urbanos e arquitetônicos.



Vista de Lages em 1896. Aquarela de A. H. Costa. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Origem e evolução do traçado urbano de Lages

A cidade de Lages foi concebida e implantada estrategicamente junto ao caminho Viamão-Sorocaba, visando apoiar o comércio de tropas, fortalecer a presença lusa no interior do Sul do Brasil e facilitar a administração desse território pela coroa portuguesa. A origem e desenvolvimento da malha urbana que hoje compreende seu casco histórico fundamentam-se em planta claramente inspirada nos planos ortogonais de povoações ibero-americanas do

período colonial. Seu traçado só não foi completamente regular porque em razão das dificuldades impostas pela geografia do sítio, foi mais conveniente aos povoadores a adaptação do que a rígida implantação do modelo ideal.

Reis Filho aborda essa possibilidade de adaptação como uma característica recorrente nas fundações ou reformulações de planos urbanos no Brasil português, sobretudo a partir do século XVII, diferenciando-as das povoações de

origem espanhola, que sem fugir à regra, eram rigorosamente estabelecidas segundo planos de traçado ortogonal (REIS FILHO, 2000).

Evidência disso é a planta datada de 15 de dezembro de 1769, intitulada “*Planta da Villa De NS^a dos Prazeres na paragem da Fortaleza dos Campos das Lages sobre o Rio das Caveiras destrito da Capt^a de S. Paulo*”. Trata-se da representação gráfica mais antiga que se conhece de Lages, elaborada apenas três anos após sua fundação.

No desenho aparece uma angulação de 90° entre as duas ruas principais, as atuais Correia Pinto, então denominada “da Praça”, e Nereu Ramos, apresentada em dois segmentos como rua “Direita” – trecho entre a praça da casa de Câmara e Cadeia, atual Praça João Costa, e o largo da igreja Matriz, hoje Praça João Ribeiro – e rua de “Baxo”, ou de “Baixo”, descendo da Praça João Costa em direção ao rio Carahá.

Seguramente, esse esboço teve muito mais a função de orientar a malha viária conforme um princípio de regularidade, conciliando-o com as imperfeições impostas pelo terreno, do que estabelecer um padrão imutável (SANTOS, 2008, p. 47). De qualquer maneira, não representa a realidade, uma vez que a angulação entre as ruas Correia Pinto e Nereu Ramos, junto à

praça João Costa, ultrapassou os 90°, por certo para permitir um melhor assentamento do leito de ambas as ruas.

Contudo, a antiga planta atesta a ocorrência de um aspecto de suma importância na estruturação do traçado urbano original de Lages: a criação de duas praças, destinadas a abrigar cada uma, em separado, os dois mais importantes prédios públicos da vila.

Daí resultaram as praças da igreja Matriz (atual Praça João Ribeiro) e da casa de Câmara e Cadeia (“Praça quadrada”, atual Praça João Costa), conectadas por uma rua principal denominada “Direita” (que hoje corresponde ao trecho da rua Nereu Ramos entre a rua Correia Pinto e a Praça João Ribeiro).

Tal característica provinha das cidades medievais portuguesas (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 25) e já se encontrava em desuso no século XVIII. Tanto é que considerando as vilas pioneiras fundadas em Santa Catarina, pode ser encontrada além de em Lages apenas em Laguna.

Nas demais, prevaleceu a solução baseada no modelo espanhol da Plaza Mayor, a grande praça central de desenho regular que não apenas definia ortogonalmente o traçado urbano, como recebia os principais edifícios públicos, dentre eles, impreterivelmente, a igreja paroquial e o cabildo (sede do poder municipal,

equivalente às casas de Câmara e Cadeia).

Este padrão, empregado principalmente nas colônias espanholas da América, foi adotado posteriormente por Portugal, por influência castelhana, após o término da unificação ibérica (1640).

Considerando este plano inicial conformado segundo um padrão pré-estabelecido e adaptado aos condicionantes do terreno, supõe-se ter havido dois vetores para o crescimento urbano após o ato inaugural: na porção mais elevada da colina sobre o rio Carahá, voltada para Norte, a igreja Matriz e seu largo fronteiro, e a nordeste desta, ao final da rua da “Praça”, a residência do fundador Antônio Correia Pinto de Macedo (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 38).

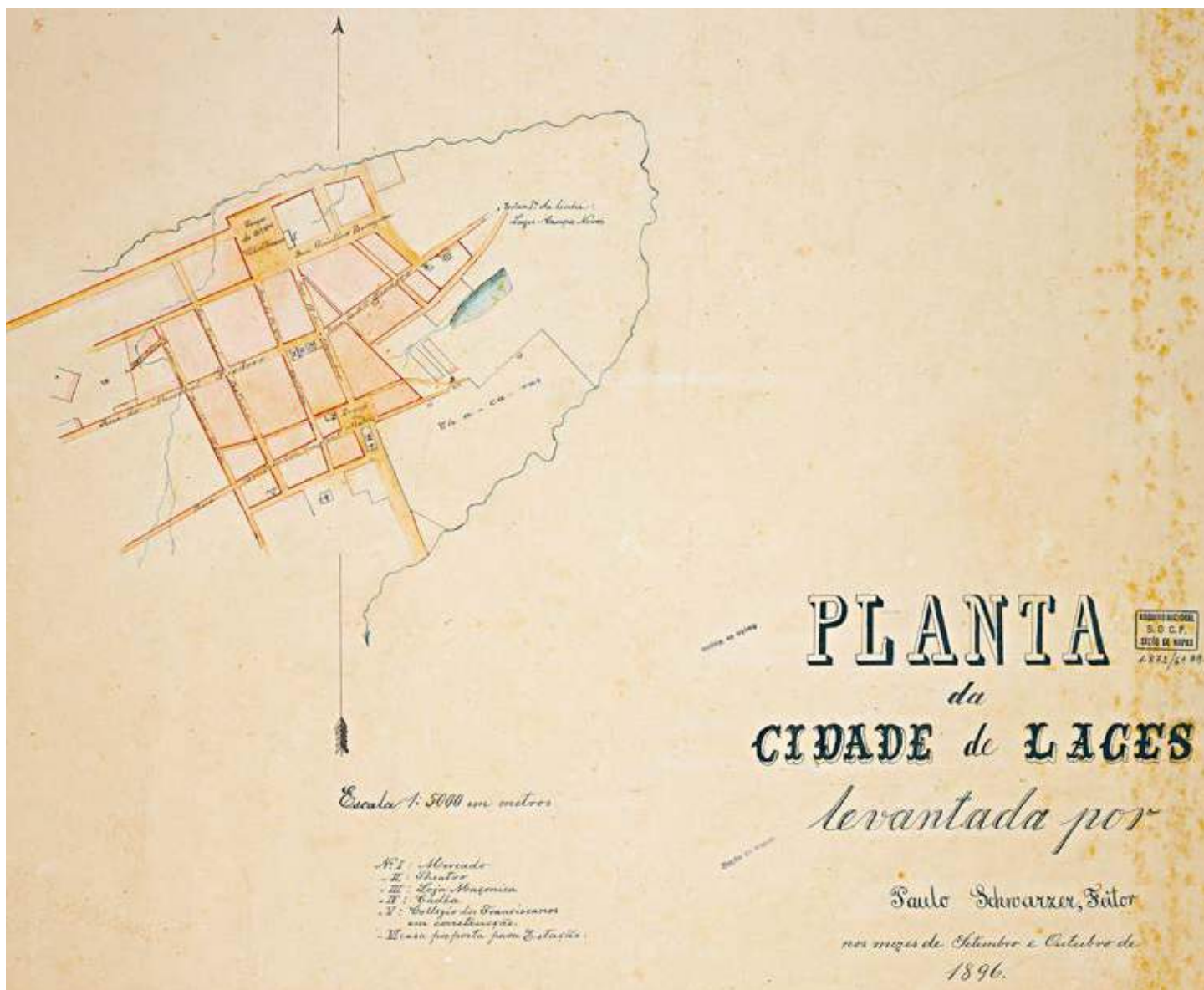
A rua “Direita” foi assentada sobre o declive mais uniforme em direção ao Carahá, a partir da Praça da Matriz, na direção sul-norte, enquanto a rua da “Praça” correu ao longo do espigão que desce suavemente a nordeste, saindo da Praça “Quadrada” rumo à curva que o rio faz quando inflete para circundar a colina.

A existência das nascentes do “tanque velho” (que atualmente formam o lago do Parque Jonas Ramos), a leste da rua “Direita” (Nereu Ramos), acabou desempenhando papel ambíguo no desenvolvimento do povoado. Se por um lado consistiu em elemento fundamental

para a fixação dos moradores, assegurando o fornecimento de água, resultava numa extensa área de banhados que inviabilizava o crescimento urbano para leste. Tanto é, que embora na planta de 1769 tenha se registrado o início de uma via de acesso à fonte, denominada “rua do Poço” (atual Frei Rogério), seu prosseguimento para além do terreno pantanoso só ocorreu no início do século 20, mediante as primeiras obras de aterro e esgotamento, que por fim viabilizaram sua ocupação.

As moradias que eram erguidas, pelo que se deduz dos poucos relatos textuais e ainda mais raros registros iconográficos, eram, em sua maioria, modestas construções de pau-a-pique com feição luso-brasileira, acomodadas uniformemente, umas às outras, em lotes estreitos e profundos. Há que se destacar a preocupação de Correia Pinto, quando do assentamento da vila, em providenciar dentre os membros de sua comitiva a presença do mestre-construtor Caetano Saldanha e a instalação de uma olaria para a confecção de telhas e tijolos para as casas (COSTA, 1982, p.60 - 63).

A concentração de interesses econômicos nas fazendas e a consequente proeminência do meio rural, desde a fundação da vila, haviam decretado a estagnação do crescimento urbano de Lages, fato agravado pelos reflexos da



“Planta da cidade de Lages levantada por Paulo Schwarzer, Feitor, nos meses de Setembro e Outubro de 1896”.

Acervo: Arquivo Nacional/Seção de Mapas, Rio de Janeiro.

Revolução Farroupilha (1835-1845) na região serrana catarinense, diretamente influenciada pelo conflito iniciado no vizinho estado do Rio Grande do Sul e que envolvia justamente os interesses das elites pastoris.

O médico europeu Avé-Lallemant, que permaneceu em Lages durante alguns dias no inverno de 1858, registrou nas memórias de sua viagem a má impressão que teve do aspecto urbano, chamando-lhe a atenção a precariedade e falta de recursos em que se encontrava o povoado:



– Mais c'est un trou, Monsieur! – exclamou o meu 'spahi' quando avistamos o lugar. E na verdade tive de refletir para reconhecer a aldeia que estava diante de nós como a vila de Lajes. (...) Mas o meu 'spahi' vira bem. Lajes é um pequeno ninho muito triste.

(...) A Rua Direita de Lajes! Decerto se deve convir que é uma vila, que tem ruas, duas ou três, até bastante largas e regulares. Mas falta-lhes, na maioria, boa aparência. Quase todas as moradas são térreas, geralmente faltam vidraças nas janelas, o que dá aparência erma. Creio que não vivem 500 habitantes no ninho, na vila, cujo território

municipal perfaz centenas de léguas quadradas, com 8 a 9 mil habitantes.

(...) Por mais que se olhe a vila, nada há que ver, mesmo a coisa mais insignificante. Está sendo edificada uma nova igreja muito pequena e tão mal construída que ameaça desmoronar-se com uma dúzia de escoras que tem aos lados e que, no lugar, são chamadas, por brincadeira, os doze apóstolos.

(...) Os arredores próximos da cidade têm o colorido do fim do outono e por isso mesmo parecem ermos e apagados. A alguma distância se elevam colinas, serras e matas, mas não se descobrem casas, nem região com o colorido de terra lavradia. O que não é floresta, é pastagem; não se vê a mancha de uma cultura mesmo nos arredores mais próximos da vila. Notam-se por trás das casas lugares geralmente cercados irregularmente com estacas, – currais ou pequenas hortas separando as casas da pastagem aberta. Com isso ganha a pequena cidade a expressão da maior negligência e indiferença de seus habitantes pelo asseio e limpeza (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 68, 69, 70 e 71).

Por volta de 1850, porém, passou-se a registrar alguma dinâmica neste sentido, após o início de uma fase de prosperidade que cul-

minou com a elevação da vila de Lages à cidade em 1860.

O arruamento pôde ultrapassar os limites do povoado tropeiro da época colonial, voltando-se para oeste, paralelamente à rua Direita, em área de terrenos mais secos e regulares, e daí estendendo-se colina abaixo até as proximidades do rio Carahá, na direção norte, originando a Praça do Mercado Público (atual Praça Vidal Ramos Sênior), o qual foi inaugurado em 1878 na esquina com a atual rua Quintino Bocaiúva. Surgiram primeiramente a rua Nova, ou do Lajeado (o nome “Lajeado” devia-se ao fato de ter ocupado o leito de pequeno riacho que vertia da colina em direção ao rio Carahá) hoje Coronel Córdova, seguida da rua da Boa Vista, atual Hercílio Luz. Ocorrendo desta forma, a expansão urbana permitiu a projeção ortogonal do traçado, conforme se havia idealizado quando da fundação. (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 64).

O largo formado na base da colina em que se assentou a cidade acabou por concentrar comerciantes já estabelecidos na rua Direita e os agricultores que vinham à cidade vender a produção, servindo também como ponto de parada para os tropeiros em viagem pela região e que ao passarem por Lages, cruzavam o rio Carahá nestas imediações. Este fato rendeu à via que se estendeu para oeste da Praça do



Lages: praça do Mercado (atual Vidal Ramos) em dia de feira, tomada por tropeiros com seus animais e carroças. À direita, em cima, o edifício do antigo mercado municipal. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Lages: cartão postal do início do século XX mostrando a praça da Matriz e o início da rua Direita (atual Nereu Ramos). Acervo: Jonas Malinverni.

Mercado o nome de rua das Tropas e que mais tarde, com a configuração desta face da praça e de uma quadra, transformou-se em parte nas ruas Otacílio Costa e Manoel Thiago de Castro.

Também a essa época, a primitiva rua da Praça passou a denominar-se da Cadeia, em referência ao prédio público erguido ao fundo, no largo da casa de Câmara e Cadeia, expressão que perdurou até aproximadamente 1870, quando a construção da capela da Irmandade dos negros rebatizou-a como rua do Rosário.

Para trás do vértice da colina, ao fundo da igreja Matriz, foi aberta a rua das Parelhas, atual Lauro Müller, ao passo que os caminhos que partiam das praças da Matriz e da casa de Câmara e Cadeia para oeste originaram, respectivamente, as ruas da Igreja, ou da Matriz (hoje Benjamin Constant) e a Nova da Cadeia (atual Marechal Deodoro), uma vez que a outra rua com esse nome passara a ser chamada “rua do Rosário”.

Os caminhos que se formaram entre a rua do Rosário e a Praça do Mercado Público deram origem às atuais ruas Coronel Fausto de Souza e Caetano Costa, abrindo-se também a rua do Tanque Velho (hoje Coronel Emiliano Ramos), que tentava se impor à existência do banhado para forçar também a ocupação a leste do núcleo original.

O abastecimento de água foi ampliado com a construção de uma cacimba na nascente que havia a oeste, oposta ao tanque velho, e que em razão disso



Lages: antiga rua da Cadeia, depois rua do Rosário (atual Correia Pinto), vendo-se ao fundo a Casa de Câmara e Cadeia, foto do final do século XIX.

Acervo: Museu Thiago de Castro.



A continuação da rua da Cadeia, atual rua Marechal Deodoro, início do século XX. Acervo: Museu Thiago de Castro.

foi chamada de Tanque Novo, nome que passou a designar também a rua que lhe dava acesso a partir da então rua da Boa Vista.

Nas imediações do Tanque Novo, na confluência com o acesso de quem vinha do sudoeste à cidade, foi construída outra capela, a da Santa Cruz. De forma a costurar a ligação entre a fonte de água, a capela e o caminho existente, teve origem uma praça de formato irregular, a Praça da Santa Cruz, designando-se por esse nome também o caminho que mais tarde veio a se tornar a avenida Marechal Floriano.

Nas últimas décadas do século XIX, registraram-se alguns progressos substanciais, como a transferência do cemitério primitivo, no alto da rua do Lajeado, para fora do perímetro urbano, no local em que ainda hoje se encontra em funcionamento.

Promoveu-se a inauguração da iluminação pública por lâmpões, colocação de placas indicativas dos nomes das ruas, execução de passeios em frente às casas e de uma calha pavimentada com pedras no centro da rua do Lajeado, ao longo de toda sua extensão, para facilitar o escoamento do pequeno córrego que aí vertia, trazendo transtornos à população (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 66).

Constatou-se ainda um aumento considerável e o refinamento da construção civil



Lages: antigo desenho que mostra a capela primitiva da Santa Cruz com seu largo fronteiro e a cacimba (fonte) do Tanque Novo, que passou a abastecer a cidade com água, aproximadamente a partir de 1850. Autor desconhecido. Acervo: Fundação Cultural de Lages.

em geral, aparecendo em maior número os sobrados e as residências de porão alto, que acabaram impondo-se sobre as casas térreas como moradia ideal.

A iconografia da cidade entre 1870 e 1900 mostra que o traçado urbano havia atingido feição aproximada ao tabuleiro de xadrez, com ruas e praças assentadas ortogonalmente, formando ângulos de 90° nas esquinas, sempre que possível. Estava consolidada, enfim, a área que hoje se entende como casco histórico central de Lages.

As Posturas e a regulamentação da construção no meio urbano

Tanto quanto a tradição e os condicionantes socioeconômicos, a legislação teve papel determinante para a afirmação de uma identidade arquitetônica comum às moradias das vilas e cidades brasileiras até o século XIX, podendo-se mesmo afirmar que acabou por formalizar o modo de construir tradicional, o qual se convencionou chamar de luso-brasileiro, por sua origem na experiência portuguesa introduzida e adaptada às realidades brasileiras.

Essa legislação compreendia os Códigos de Posturas Municipais, conjunto de leis pensado pelas autoridades locais para a organização de todas as questões relacionadas ao cotidiano das cidades, abrangendo desde a regulamentação da atividade comercial e de prestação de serviços até a observância de normas de higiene, costumes, conduta dos trabalhadores escravos e, obviamente, construção. Estabeleciam de igual modo a cobrança de taxas, emissão de alvarás e as penalidades para os casos de descumprimento, incluindo a aplicação de multas e a prisão para os casos de maior gravidade.

As Posturas Municipais remontam às Ordenações Régias elaboradas para as cidades portuguesas a partir do século 15, período que assistiu a um grande desenvolvimento urbano, o que exigiu, desta forma, a elaboração de um aparato legal que pudesse reger e assegurar a ordem nesses núcleos de vida coletiva (LIMA, 2001, p. 35).

O primeiro conjunto de leis desta natureza consistiu nas Ordenações Afonsinas, emitidas em 1446, sendo considerado o primeiro Código de Leis europeu depois das codificações do Império Romano e responsável pela introdução do sistema de vereança como forma de representação indireta do povo nos governos municipais, em substituição aos “homens bons” das antigas assembleias. Sucederam-nas as Ordenações Manuelinas (século XVI) e Filipinas (século XVII), que consistiram em atualizações e complementações necessárias a acompanhar as mudanças transcorridas na sociedade portuguesa após os descobrimentos e a fundação das colônias (LIMA, 2001, p. 53).

No Brasil, embora haja registro da emis-



Lages: rua Correia Pinto, antiga “do Rosário” nos primeiros anos do século XX. Acervo: Museu Thiago de Castro, Lages.

são de Códigos de Posturas Municipais ainda no século XVIII, conforme Lima (2001, p. 36), a maioria das vilas e cidades parece ter se pautado apenas nas Ordenações Régias para regulamentar os modos e o fazer urbano. A proliferação das Posturas ocorreu de fato após a Independência, quando estas passam a surgir sistematicamente em todas as províncias, sendo constantemente atualizadas ao longo do século XIX, à medida que o cotidiano se tornava mais complexo e exigia a atenção das leis sob novos aspectos.

Percebe-se a pouca variabilidade de conteúdo nestes Códigos, de local para local, sendo muito provável que fossem sendo copiados uns dos outros, ou reproduzidos de modelos fornecidos pelas Assembleias Legislativas Provinciais, que eram as responsáveis pela publicação das leis de âmbito municipal. Analisando as Posturas das cidades paulistas do século XIX, Roberto Pastana Teixeira Lima faz a seguinte observação:



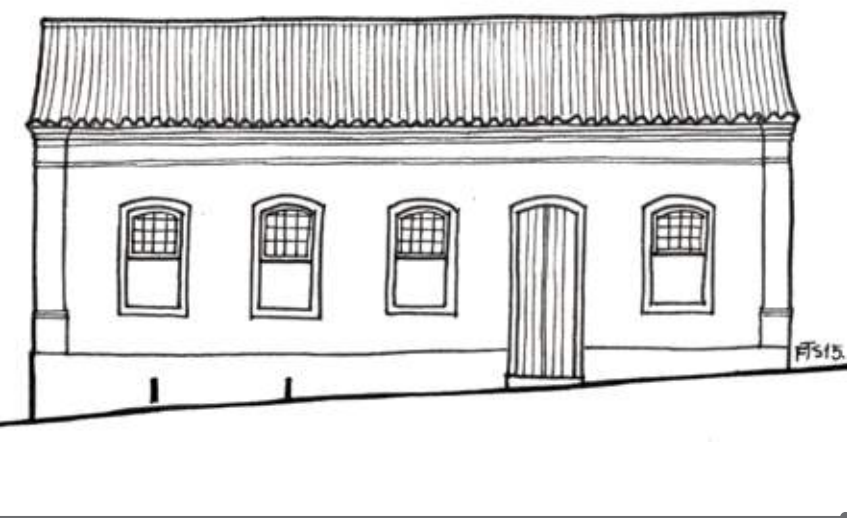
A semelhança entre os artigos dos códigos de Posturas das cidades do interior paulista nos faz pensar em duas hipóteses. Uma delas, certamente a menos provável, é a de que as câmaras municipais tenham trocado correspondências ou mesmo visitas. Entretanto, é muito mais lógico pensarmos que tinham um ponto de referência comum: a Assembléia Provincial que os aprovava segundo um modelo pré-estabelecido (LIMA, 2001, p. 39-40).

Da mesma forma, é geral a evolução das Posturas no sentido de que inicialmente consistiam em poucos artigos, bastante objetivos, que no transcorrer do desenvolvimento das



Casa localizada na rua Nereu Ramos, Lages. Em 1916 (data inserida na fachada) sofreu reforma que eliminou as características luso-brasileiras, conforme se pode observar no desenho abaixo e na foto da página 92, sendo modernizada segundo o Ecletismo e recebendo a platibanda, em conformidade com a Postura de 1903.

Foto: autor, 2008. Desenho: autor, 2015.



localidades multiplicaram-se, tornando-se mais específicos. As Posturas referentes à construção civil, sobretudo para o tratamento das fachadas, exemplificam perfeitamente este processo, revelando a preocupação que havia em tornar o aspecto físico da povoação cada vez melhor, mais bem edificado e homogêneo, conforme uma concepção de moradia e de cidade ideal, que se tornava viável com o progresso econômico do lugar.

Essa necessidade de espaço urbano ideal era obtida com a imposição das Posturas, fazendo com que o indivíduo que possuísse um terreno na cidade e que aí quisesse edificar se submetesse ao que preconizava a autoridade pública local, que assim co-atuava na conformação da arquitetura urbana, vinculando-se inseparavelmente arquitetura e urbanismo:



Todas as normas explícitas nas Posturas, que regulamentam e valorizam a fachada, trazem no seu bojo, o aspecto pré-estabelecido para a rua e, conseqüentemente, para a cidade. A fachada torna-se, portanto, um lugar de junção, legal, entre arquitetura e urbanismo, um lugar que é o limite da intervenção do poder público sobre a pro-

priedade privada; onde o proprietário, para elaborar sua fachada, deve respeitar, primeiro, o projeto da cidade (LIMA, 2001, p. 45).

Visando a dar boa forma à recém-fundada vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, já em 1768 o governador de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, claramente apoiado pelas ordenações régias, repassou ao capitão-mor Antônio Correia Pinto instruções para a implantação da malha viária e dos primeiros edifícios, de forma a que fossem condizentes com sua condição de povoação oficial, pelo que se pode ver a seguir:



Porquanto tenho encarregado ao Cap.m mor Reg.te Ant.o Cor.a Pinto forme hua V.a no Certão das Lagens na paragem onde achar melhor Comodid.e; e hé preciso dar norma certa p.a a formatura da referida V.a ordeno qesta seja formada em quadras de sessenta, ou oitenta varas cada hua, e dahy p.a cima, e qas ruas sejam de sessenta palmos de largura, mandando formar as prim.ras cazas nos ângulos das quadras, de modo q fiquem os quintaes p.a dentro a in-testar huns com os outros (COSTA, 1982, p. 57).

E segue, ordenando a construção de casas na vila:



Porquanto tenho mandado formar hua povoação no Certão das Lagens, front.a desta Cap. P.a Cumprim.to de repetidas ordens de S. Mag. E qD.sg.e qmanda juntar os Povos todos em Povoações Civis qtenhão de sesenta vesinhos p.a cima: Ordeno qtodos os moradores dod.o Certão facção cazas na refrida V.a, cuja paragem lhes demarcará o Cap.m mor reg.te dod.o Certão Ant.o Cor.a Pinto aq.m tenho dado a forma da sua planta, subpena de qaquele, qassim o não fizer ser expulso de taes paragens e ser obrigado a morar em p.te povoada, e em qtenha de sessenta vesinhos para cima (COSTA, 1982, p. 59).

Embora não se tenha maiores informações sobre a planta citada por Dom Luiz Antônio de Souza, outro documento desta natureza, datado de 1769, a saber, a mais antiga planta que se conhece de Lages, mostra exatamente a situação urbana de arruamento e edificação dirigida a Correia Pinto pelo governo da capitania. Situação essa que, adequando-se



Casa do século XIX, outrora existente na rua Nereu Ramos, Lages. Reformada ao gosto eclético, na década de 1910 passou a ostentar platibanda, conforme determinava a Postura de 1903.

Acervo: Museu Thiago de Castro.

às condições físicas do sítio, que nem sempre permitiram a implantação perfeitamente regular e homogênea do plano projetado, foi de fato implantada, como se pode constatar observando-se o traçado da área central da cidade, seu núcleo original.

O primeiro Código de Posturas de Lages foi instituído em 1836, através da Lei nº 51, de 17 de junho (Lei nº 51, p. 99-105. Coleção de Leis da Província Santa Catharina, 1836: p.

99-105). Contudo, e diferentemente do que se constatou nas Posturas aprovadas no mesmo ano para a vila de São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina, não há uma única referência sequer sobre a edificação em seus 37 artigos.

O Código de Posturas de São Francisco do Sul foi aprovado pela mesma Lei nº 51 que instituiu as Posturas de Lages, diferindo-se por apresentar, dentre 23 artigos, um que determina a forma de construção dos edifícios:



Artigo 10º (sic) As Propriedades, que dõra em diante se edificarem na Villa, serão alinhadas pelo Arruador da Camara; e terão desesseis palmos de pé direito, sob pena de seis mil reis de condenação. Os proprietarios são obrigados a construir nas ditas propriedades canos sufficientes para esgoto das agoas, ficando sujeitos, os que o não fizerem, a pagar os prejuízos que dahi resultarem (Santa Catharina, 1836: Lei nº 51 de 17 de junho, p. 95-99).

Sua redação gira em torno da normatização de sepultamentos, higiene, comércio, comportamento de escravos, manutenção de

estradas, pontes e fontes públicas, trânsito de carroças e animais dentro da vila, controle sobre jogos de azar e carreiras de cavalo, manutenção da moral e dos bons costumes (como por exemplo, proibir a permanência de cavalos encilhados e seu uso em domingos e dias santos, durante as missas), e outros assuntos.

Isso pode indicar uma indiferença das autoridades locais em relação ao que, nesse primeiro momento, poderia ser considerado não tão relevante para uma vila então muito pequena e precária, distante dos centros maiores

e que exatamente neste período sofreu diretamente a estagnação econômica e a incerteza política provocadas pela Revolução Farroupilha. Ademais, para prejuízo do desenvolvimento urbano, as atenções, e consequentemente os investimentos mais substanciais, eram voltados para as fazendas, foco principal do interesse dessa sociedade eminentemente agrária e cuja economia girava em torno da atividade pastoril.

Quanto à revolução promovida pelos republicanos da vizinha província do Rio Grande do Sul, esta encontrou terreno fértil entre os lageanos. Boa parte dos fazendeiros e líderes políticos da vila de Lages simpatizava com os ideais Farroupilhas, o que pode ser explicado pela existência de fortes laços de parentesco e pelo tipo de sociedade e economia locais, bastante semelhantes com a realidade sul-riograndense, além, é claro, da influência da proximidade geográfica. Pode-se dizer ainda que havia no Planalto Catarinense um descontentamento com o governo da Província, que igualmente indicado pela corte no Rio de Janeiro, parecia menosprezar a região serrana, não lhe dando a devida importância e atenção. Isso foi certamente fator que aproximou, para além das relações familiares, ideológicas e econômicas, lageanos e sul-riograndenses (COSTA, 1982, p. 253-274).



Rua Correia Pinto, em Lages, na década de 1920. Anterior às Posturas de 1862, a casa no centro da foto apresenta proporções modestas quando comparada com as construções vizinhas, erguidas depois. Acervo: Museu Thiago de Castro.

O segundo Código de Posturas, aprovado pela Lei nº 213 de 05 de maio de 1845, já apresenta, embora timidamente, algumas observações para a construção civil e o asseio geral da vila, exigindo dos proprietários, dentre outras determinações, a proibição de criar porcos nos quintais, manter edifícios arruinados e a obrigatoriedade de cercar terrenos baldios e calçar a frente de suas casas:



Artigo 7º Ninguém poderá criar porcos nos quintaes, áreas, ou lojas das cazas, nem conservá-los nelas por mais de oito dias, nem deixá-los vagar pelas ruas; (...).

Artigo 8º Ninguém poderá trazer soltos, dentro da Villa, cães, cabras e carneiros, sob pena de 4\$000 reis de multa. (...).

Artigo 18º (sic) Toda a pessoa que possuir terrenos dentro da Villa, e nelles, da publicação desta á seis mezes, não levantar cerca será multado em 3\$000 reis; e o dobro quando no fim de outros seis ainda o não tenha feito, e assim por diante.

Artigo 23º (sic) Todo o proprietario que, da publicação desta a seis mezes, não tiver calçado seis palmos em frente de suas

cazas, dentro da Villa, será multado pela primeira vez em 1\$000 e nas demais em 2\$000 reis.

(...)

Artigo 28º (sic) Todo o proprietario que tiver dentro da Villa prédios urbanos arruinados, sem serem espedaçados, ou escorados de maneira que não possam prejudicar os vizinhos, ou os viandantes; será multado em 4\$000 reis, e obrigado a fazer o espedaçamento (Coleção de Leis da Província de Santa Catharina, 1845: Lei nº 213 de 5 de maio de 1845, p. 144-151).

Considerando-se as Posturas das vilas e cidades catarinenses no tocante à normatização da arquitetura durante o período imperial, percebe-se que, gradualmente, aumentaram, ao longo do século XIX, não só a quantidade de artigos mas o seu detalhamento quanto a medidas e soluções construtivas padronizadas.

Enquanto nos primeiros Códigos, de 1836, só se fazia menção ao tamanho ideal de pé-direito (altura), que, aliás, variava de acordo com a importância da localidade, sendo maior nas cidades principais (em Desterro e Laguna, em torno de 4 metros, e em São Francisco do Sul, 3,50 metros), os Códigos de 1874 já detalhavam as dimensões necessárias para portas, janelas

e cimalhas (Colecção de Leis da Província de Santa Catharina, 1836 a 1874).

A partir de 1839, em praticamente todos os Códigos, figurou a Postura que exigia de quem intentasse empreender construção, a observação ao arruamento, ou, no caso deste ainda não haver sido delimitado, aguardar que o “arruador” o fizesse, para só então iniciar a obra. O traçado urbano, devidamente definido pelos fiscais da Câmara Municipal, é que determinou, portanto, o alinhamento dos edifícios, seguin-

do-se as normas referentes à altura das fachadas (Colecção de Leis da Província de Santa Catharina, 1839: Lei nº 126 de 2 de maio de 1839, p. 250-256).

Esse maior rigor legal pouco a pouco forçou a renovação dos edifícios e o embelezamento dos povoados, onde, nos mais antigos, pode-se deduzir já ser precário por essa época o estado de conservação de muitas moradias remanescentes das suas primeiras décadas de existência. Uma curiosa Postura de Lages, a seguir transcrita, sugere o estado ruinoso de algumas casas, provavelmente construções de pau-a-pique, oriundas do século XVIII, cujas paredes não suportavam sequer o impacto de bois e cavalos que acabavam ficando soltos à noite, dentro do perímetro urbano, e as utilizavam para se coçar:



Artigo Unico. Ficção d'ora em diante prohibidos andarem animaes pertencentes aos fazendeiros da vizinhança desta Villa, vagando de noite pelas ruas da mesma, e que costumão estragar as paredes das casas; e o respectivo fiscal, assim os encontrando, ou tendo noticia, os mandará recolher a uma mangueira, ficando seus donos sujeitos pela primeira vez á multa de 4\$000 reis por



Lages em 1903: entroncamento da rua Nereu Ramos com a praça João Ribeiro. Principal rua comercial da cidade, concentrava os sobrados, sendo as esquinas definidas por residências abastadas, de porão alto, pertencentes à aristocracia pastoril. Acervo: Museu Thiago de Castro, Lages.

cada um, e no dobro nas reincidências; além de refazerem o dano causado aos proprietários: e não sendo os animais resgatados dentro de 48 horas, serão arrematados em hasta publica, entregando-se a seus donos o líquido producto, depois de abatidas a multa, e custas da arrematação (Coleção de Leis da Província de Santa Catharina, 1851: Lei nº 325 de 3 de Maio de 1851, p. 206).

Na sequência da elevação de Lages à cidade em 1860, foi editado um novo Código de



Casas do final do século XIX, na rua Aristiliano Ramos, Lages.
Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.

Posturas (Lei nº 520) que visava justamente a um melhoramento geral da povoação, de forma a fazê-la condizente com seu novo *status* urbano e igualá-la às demais cidades catarinenses quanto ao aspecto e qualidade das edificações. Pela primeira vez, passam a constar artigos que tratam direta e detalhadamente da construção civil, padronizando-a em termos de dimensionamento e acabamento das fachadas (Coleção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1862: Lei nº 520, de 2 de Maio de 1862, p. 16-37).

Da publicação deste código até à proclamação da República foi encontrada apenas mais uma Postura para Lages com relação à construção civil, em 1872, tratando da pintura das fachadas das casas:



Artigo 1º. Os individuos que possuirem qualquer morada de casa, dentro desta cidade, ou de seus arrabaldes, até um quarto de legua, são obrigados a branquear a frente de suas casas, de dous em dous annos. Os contraventores pagarão a multa de dous mil réis e quatro mil réis no caso de reincidência (Coleção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1872: Lei nº 665 de 20 de abril de 1872, p. 13 e 14).

Mesmo após o término do regime monárquico, as Posturas de 1862 continuaram sendo aplicadas, o que é comprovado pelo dimensionamento das fachadas das construções erguidas neste intervalo. Embora poucos desses edifícios tenham chegado aos dias atuais, as fotografias do final do século XIX e do início do século XX permitem a leitura dos diferentes períodos dos prédios, principalmente pela comparação das alturas de suas fachadas geminadas nos conjuntos arquitetônicos.

Finalmente, a aprovação do Código de Posturas de 1895, que foi empregado até aproximadamente a década de 1940, com algumas poucas atualizações nos primeiros anos de 1900, encerrou o ciclo de regulamentações do espaço urbano e das construções, oriundo da época colonial. Buscou-se afastar definitivamente a cidade da imagem de pequena vila de feições portuguesas, associada ao atraso, estabelecendo o discurso do progresso e da modernidade, inclusive por meio da adoção de políticas higienistas, que, aliás, marcaram a transição do regime monárquico para o republicano em todo o Brasil.



Telhas do século XIX, datadas e assinadas. Retiradas de residências que foram demolidas, em Lages, hoje integram o acervo do Museu Thiago de Castro. A telha de baixo, preservada na fazenda São João, em Lages, apresenta o ano 1800 (ou 1860), indicando provavelmente a data de inauguração da construção ou alguma reforma sofrida em seu telhado. Fotos: Charles Steuck, 2014.

Ainda que mantendo um ou outro aspecto reproduzido das normas anteriores, como alturas e larguras de vãos e paredes (artigo 20), o Código determinou em seu Capítulo II, que trata especificamente da “regularidade” dos edifícios, a necessidade de colocação de calhas para o escoamento das águas dos telhados sobre a rua (artigo 25), e proibiu a permanência de trapeiras e águas furtadas, que outrora se sobressaíam nos velhos telhados luso-brasileiros (artigo 30). Curiosamente, exigia a manutenção dos beirais de telha – beira e ante-beira – ao menos nas frentes das casas (artigo 32).

Como importante inovação, registra a diferenciação de padrão no dimensionamento das casas entre o perímetro da cidade (artigo 20) e as demais povoações do município (artigo 21), apresentando as medidas de referência já dentro dos padrões modernos, em metros e centímetros, substituindo os palmos e braças, a saber, 01 palmo = 22 cm ou 08 polegadas; 01 braça = 10 palmos ou 2,2 metros; 01 quadra = 132 metros.

No entanto, a exigência de adição das platibandas no lugar dos beirais, elemento que marcou a transição da arquitetura de tradição luso-brasileira para os modelos neoclássicos e ecléticos do final do século XIX e início do sé-

culo XX, só ocorreu alguns anos depois, com a publicação da Lei nº 104, de 9 de julho de 1903.

Fotografias do início do século XX que integram o acervo do Museu Thiago de Castro revelam, na altura e dimensionamento diferenciado das fachadas das casas de Lages, a evolução das Posturas Municipais referentes à construção ao longo do século XIX e, consequentemente, das moradias. Nota-se em meio a fachadas proporcionalmente harmônicas e elegantes, em alvenaria, com janelas e portas de tamanho padronizado – seguramente edificadas após o Código de 1862 – a permanência de alguns exemplares arquitetônicos dos primeiros anos da vila de Correia Pinto, ainda confeccionados em pau-a-pique e com pé-direito muito baixo. Remanescentes, por certo, dos que ameaçavam ruir em 1851 quando o gado errante se coçava durante a noite nas frágeis paredes de madeira e barro, levando a Câmara Municipal a emitir Postura que buscasse resolver o problema.

No tocante à edificação, consta para referência, nos anexos deste livro, texto integral das leis: Lei nº 213, de 05 de maio de 1845, Lei nº 520, de 02 de Maio de 1862 e Lei nº 06, de 09 de julho de 1895, sendo as que apresentam maior relevância para o contexto das Posturas Municipais de Lages.

Casas térreas, de porão alto e sobrados

Conforme visto, foram as Posturas Municipais que ao longo do século XIX levaram ao melhoramento gradual da construção, na medida em que eram sucessivamente reformuladas com um nível maior de exigência sobre o dimensionamento e qualidade das obras. Disciplinando e formalizando a arquitetura tradicional, forçaram, entre as primeiras décadas do século XIX e o raiar do século XX, uma substancial evolução das casas, especialmente quanto ao aumento de pé-direito, tamanho de portas e janelas, salubridade e conforto das moradias.

Convertendo-se as medidas antigas indicadas nas Posturas percebe-se que, entre os Códigos de 1862 e 1895, a altura exigida para o pé-direito das moradias subiu de 3,08m para 4 m, enquanto o dimensionamento das portas passou de 2,42m de altura por 1,21m de largura para 3 m de altura por 1,30m de largura. O mesmo aconteceu com as janelas que aumentaram de 1,54m de altura por 1,10m de largura para 2 m de altura por 1,30m de largura.

Comparando as casas mais primitivas, de fins do século XVIII e início do século XIX, muito baixas, com poucas e pequenas aberturas,



Residência localizada na rua Correia Pinto, Lages. Apresentava recuo e acesso lateral. Acervo: Fundação Cultural de Lages.



Residência que existia na rua Aristiliano Ramos, Lages. Apresentava acesso lateral. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.



Moradia do final do século XIX, com acesso lateral, Lages.
Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.



Residência do governador Vidal Ramos Júnior, localizava-se à
rua Vidal Ramos Júnior, Lages. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.



Casa térrea do tipo “morada inteira” que existiu na
esquina das ruas Correia Pinto com Caetano Vieira da
Costa. 1940. Acervo: Museu Thiago de Castro, Lages.



Casa térrea do início do século XIX, na rua Manoel
Thiago de Castro, Lages. Está, hoje, bastante descaracterizada.
Acervo: Fundação Cultural de Lages.

com as moradas de vãos esbeltos e fachadas elegantes, erguidas principalmente a partir do Código de Posturas de 1862, notam-se quão importantes foram essas leis para o melhoramento das habitações e da cidade de uma maneira geral. Aliás, essa foi a principal justificativa de sua aplicação e verdadeiro ideal perseguido pelas Câmaras Municipais.

Atendo-se às questões arquitetônicas, comparando fachadas, plantas e técnicas construtivas, pouco ou nada diferenciava as moradias urbanas das rurais, tendo as Posturas Municipais apenas legalizado na vila o que a tradição já havia concebido como forma de construir.

No meio urbano, as testadas das edificações ficavam alinhadas e eram definidas pelas ruas, seguindo a tradição urbana portuguesa.

Justapostas lateralmente umas às outras, ficavam atreladas a lotes cuja largura podia variar entre pouco mais de três metros nas unidades menores (casinhas de porta e janela alugadas à população pobre) a dez ou doze metros (sobrados e casas térreas de fazendeiros abastados).

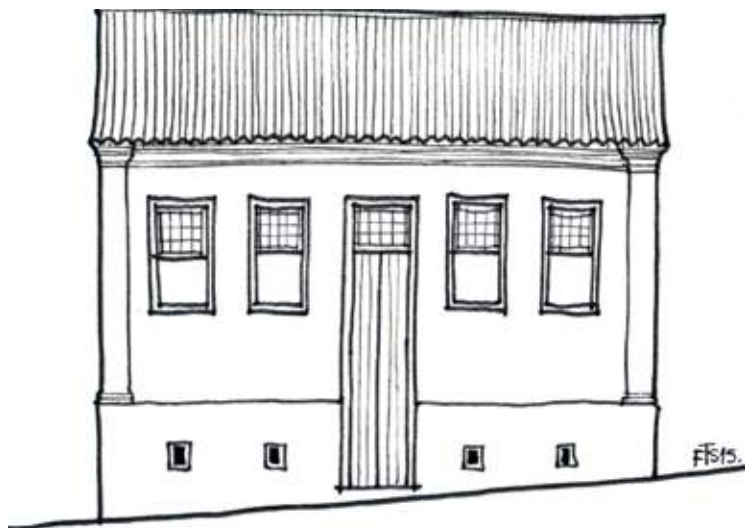
Recuos laterais eram raros, mas eventualmente apareciam, nas ruas menos adensadas, periféricas ao comércio central. Até porque a concentração urbana, presente em



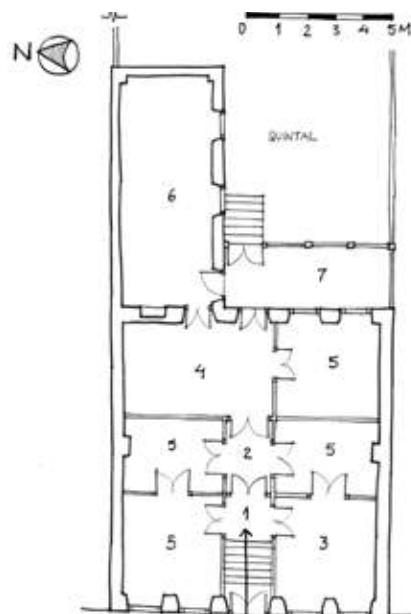
Casas na rua Coronel Córdova, Lages. Década de 1920.
Acervo: Museu Thiago de Castro, Lages.



Conjunto de moradas inteiras que ocupava a face oeste da praça Vidal Ramos Ramos Sênior, Lages. 1940.
Acervo: Museu Thiago de Castro, Lages.



Fachada no padrão morada inteira à praça Coronel João Ribeiro, Lages, hoje parcialmente descaracterizada. Desenho: autor, 2015.



Planta baixa de casa no padrão morada inteira, localizada na praça Coronel João Ribeiro, Lages:

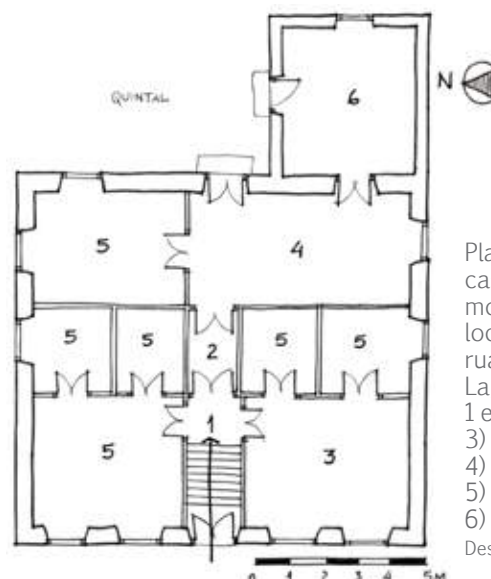
1 e 2) corredor;
3) sala de visitas;
4) sala de jantar;
5) dormitório;
6) cozinha;
7) varanda.

Desenho: autor, 2015.



Casa no padrão morada inteira, na rua Hercílio Luz, Lages, século XIX. A frente foi reformulada, adotando platibanda *art-déco*.

Foto: autor, 2008.



Planta baixa de casa no padrão morada inteira localizada na rua Hercílio Luz, Lages:

1 e 2) corredor;
3) sala de visitas;
4) sala de jantar;
5) dormitório;
6) cozinha.

Desenho: autor, 2015.

outros núcleos, não era uma característica local. Nestes casos, poderiam apresentar aberturas para os cômodos situados no meio da casa ou mesmo posicionar a porta de entrada num dos lados, reservando a fachada frontal apenas para janelas.

Quanto à configuração da moradia, tanto as construções térreas quanto as casas de porão alto e os sobrados apresentavam o mesmo esquema retangular encontrado nas habitações de outras regiões brasileiras, cozinhas acrescentadas às traseiras, telhados de duas águas nos meios de quadra e de três ou quatro águas nas esquinas (VAUTIER, 1975, p. 62).

As casas térreas menores se apresentavam em geral sob a forma tradicionalmente conhecida como “meia-morada” (fachada com uma porta e duas janelas), ocorrendo ainda algumas “moradinhas” de “porta-e-janela”, tipo de unidade mínima de habitação, em lotes geminados com pouco mais de três metros de largura (conjunto edificado encontrado na rua Hercílio Luz, em Lages). As casas maiores eram chamadas de “morada-inteira”, possuindo na fachada uma porta que tinha em cada um dos lados duas ou três janelas.

Nas habitações do final do século XVIII e início do século XIX, o acesso ao interior acontecia diretamente pela sala da frente,



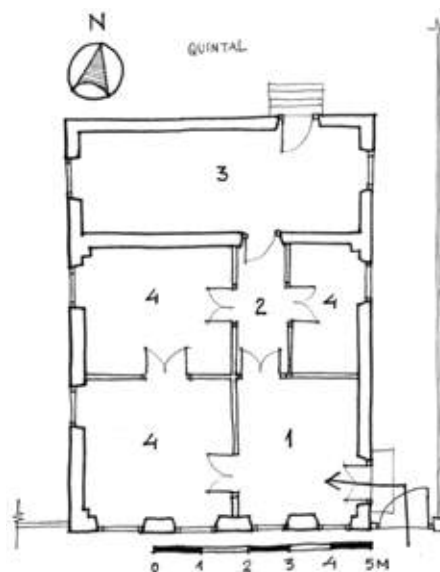
Casa do Coronel Juca Antunes, em foto de 1940. Exemplar que representa o padrão de morada inteira e porão alto.

Acervo: Museu Thiago de Castro.

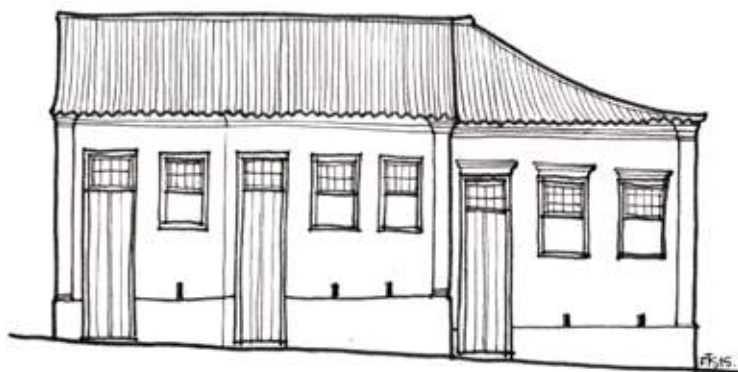




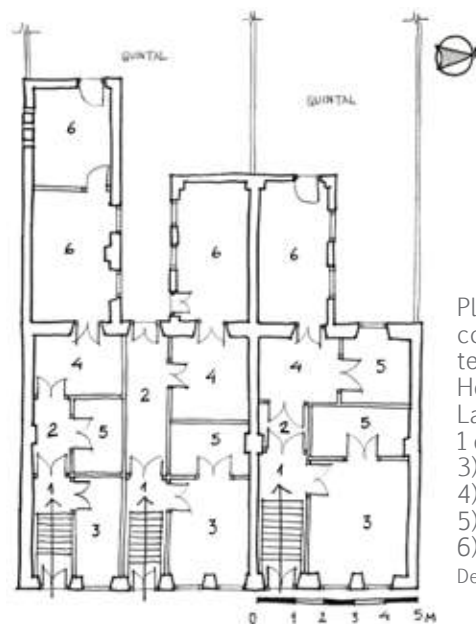
Casa à rua Manoel Thiago de Castro, Lages.
Foto: autor, 2009.



Planta baixa de casa à rua Manoel Thiago de Castro, Lages:
1) sala de visitas;
2) circulação;
3) cozinha/sala de jantar;
4) dormitório.
Desenho: autor, 2015.



Conjunto formado por uma casa de porta e janela e duas “meias” moradas do século XIX, existente na rua Hercílio Luz, Lages. Atualmente apresentam fachada art-déco da década de 1940 (foto na página 175). Desenho: autor, 2015.



Planta baixa do conjunto arquitetônico da rua Hercílio Luz, Lages:
1 e 2) corredor;
3) sala de visitas;
4) sala de jantar;
5) dormitório;
6) cozinha.
Desenho: autor, 2015.

com os ambientes conectando-se diretamente uns com os outros, e vão apresentando vergas em arco abatido.

Posteriormente, ao longo do século XIX, as aberturas passaram a ter vergas retas, enquanto um extenso corredor que iniciava na porta de entrada e se estendia até à parte posterior da moradia passou a garantir maior privacidade e a organizar em torno de si os demais espaços, reservando a parte da frente para as áreas de convívio social (salas e eventualmente dormitórios com janelas) e o restante para as áreas íntimas: o centro para as alcovas (quartos de dormir sem janelas) e a parte de trás para a sala de jantar e dependências de serviço. Ao fundo do lote localizava-se o quintal, com suas hortas, árvores frutíferas e abrigos para animais domésticos.

A residência situada na esquina das ruas Coronel Córdova com Benjamin Constant, que foi construída por volta de 1850 e pertenceu ao coronel José Antunes Lima, o “Juca Antunes”, exemplifica esse tipo de configuração interna, tendo felizmente resistido às modernizações da cidade e sendo um dos últimos remanescentes de arquitetura luso-brasileira no perímetro urbano de Lages (é tombada como Patrimônio de Santa Catarina).

Casa semelhante existiu na esquina das



Casa que se localizava na esquina da rua Nereu Ramos com a praça João Ribeiro (a mesma que aparece na página 155). Foi demolida no início da década de 1980, tendo sido uma das maiores residências urbanas de Lages no século XIX.

Acervo: Fundação Cultural de Lages.





Casa de porão alto do século XIX, na rua Nereu Ramos.
Década de 1940. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Casa de porão alto do século XIX, na rua Correia Pinto.
Década de 1940. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Sobrado à rua Nereu Ramos (demolido em 1984),
em foto da década de 1950. Foto: Tibor Jablonsky/IBGE.



Sobrado que pertenceu ao Coronel Belisário Ramos. Localizava-se
à rua Nereu Ramos, Lages. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.

ruas Coronel Córdova com João de Castro, demolida na década de 1940 para a construção da Agência de Correios, além das moradias nas esquinas da rua Nereu Ramos com a Praça João Ribeiro.

Sobre a repetição sistemática deste partido, Reis Filho relata:



As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes com iluminação natural, situavam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. A circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, nos exemplos maiores (REIS FILHO, 1973, p. 24).

A cozinha era construída primitivamente em separado da moradia, certamente com o intuito de prevenir incêndios, já que o fogo ficava exposto, facilitando a ocorrência de sinistros. A partir da utilização de fogões, principalmente no século XIX, foram incorporadas ao volume principal da casa, paralelamente, compreendendo uma continuação da água posterior do telhado, ou perpendi-



Vestígios de cozinha do século XIX nos fundos de uma moradia da rua Hercílio Luz, Lages (casa de porta e janela do conjunto arquitetônico apresentado na página 164). A existência das três aberturas de formato triangular na parede voltada para o lote vizinho auxiliava na eliminação da fumaça proveniente do preparo dos alimentos. Fotos: autor, 2008.

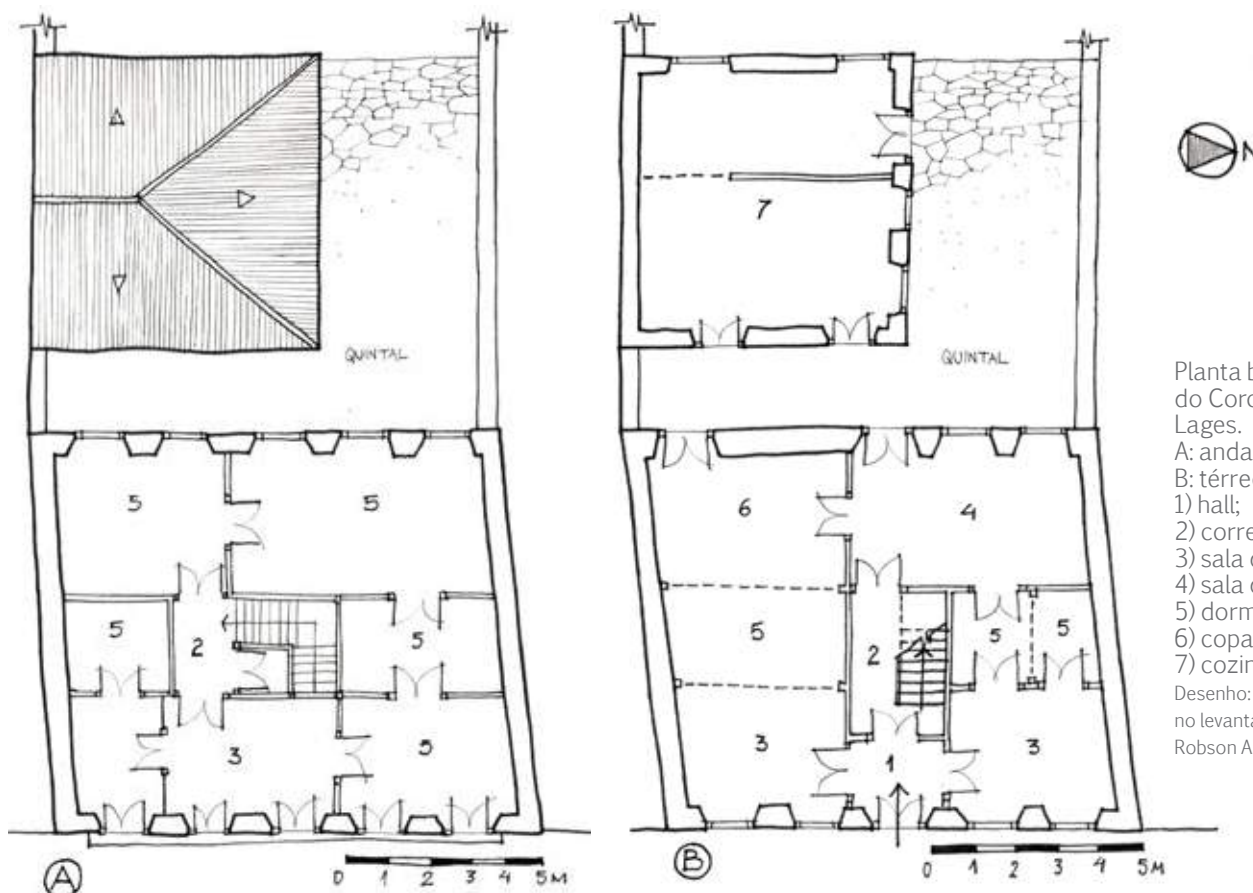




Sobrado que pertenceu ao Coronel Belisário Ramos, à rua Nereu Ramos, Lages, demolido no início dos anos 2000. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.



Outros aspectos do sobrado do Coronel Belisário Ramos, vendo-se na parte dos fundos a cozinha, que ocupava um volume independente do corpo principal da moradia. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.



cularmente, cobertas por telhado de uma, duas ou três águas e compoendo uma planta em “L”, que foi a solução mais empregada, certamente por liberar parte da fachada dos fundos e permitir a abertura de vãos, melhorando assim a salubridade do interior da habitação.

Também foi no século XIX que surgiram

as casas de porão alto, importante inovação que elevava os assoalhos sobre porões mais ou menos elevados, sendo o desnível em relação à rua vencido por meio de uma pequena escada posicionada após a porta de entrada, conduzindo ao corredor central da habitação, e abertos óculos ou gateiras maiores para

ventilação. Desta forma, além de se garantir um certo ar mais imponente à residência, ainda que modesta, ficavam minimizados os problemas com umidade, que geralmente tornavam as casas térreas insalubres.

Os sobrados que existiram em Lages destinavam-se em sua maioria apenas à habitação, revelando uma ostentação da classe local mais abastada, que podia se dar ao luxo de construir residências de dois pavimentos sem necessitar destinar ou alugar o térreo para atividades comerciais, como era usual nesse tipo de construção.

O sobrado que pertenceu ao coronel Belisário Ramos, na rua Nereu Ramos, possuía numerosos cômodos estruturados em torno de uma circulação central, destinados exclusivamente ao convívio social e íntimo dos moradores – morada inteira – tendo uma cozinha térrea separada do volume principal da edificação.

As portas superiores, a exemplo de outros sobrados da cidade, eram interligadas externamente por um balcão (sacada) corrido, com delicado gradil metálico, contendo as iniciais do proprietário e o ano da construção, 1883.

Existiram ainda sobrados desprovidos de sacadas e outros com balcões entalados ou de púlpito, dos quais um último exemplar foi demolido na rua Nereu Ramos, na década de 1980.



Sobrado típico com comércio (térreo) e residência (andar superior) que existiu na praça João Ribeiro, Lages. Início do século XX. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Imponente sobrado de uso comercial e residencial que se localizava na esquina da praça João Costa com a rua Nereu Ramos. Década de 1930. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Moradias e armazéns: atividade comercial associada à residência

Com relação ao uso comercial dos edifícios, quando de sua ocorrência, esteve sempre associado à moradia, fosse ela alugada ou para o negócio do proprietário, através da solução recorrente apresentada pelos sobrados, em que o pavimento inferior destinava-se a essa atividade, ou reservando alguns cômodos das casas térreas voltados para o logradouro.

Em meio ao isolamento das coxilhas lageanas, nos armazéns de secos e molhados, oficinas, lojas e armarinhos diversos, se podia encontrar uma infinidade de artigos manufaturados, quase sempre importados, de tecidos finos a sapatos parisienses, trazidos no lombo de mulas dos portos de Desterro, Laguna ou Porto Alegre (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 86).

No final do século XIX algumas casas de negócio implantadas em esquina valeram-se do artigo 31º (sic) do Código de Posturas de 1895 para, no lugar do cunhal, chanfrar o ângulo das paredes e abrir outra porta, artifício que conferia destaque à construção, valorizando-a no contexto do conjunto edificado (Coleções das Leis do Município de Lages, 1895: Lei nº 6 de 9 de julho de 1895).



Casa térrea do século XIX, na rua Correia Pinto: sua metade esquerda era utilizada como comércio, ficando a moradia restrita à outra metade. Acervo: Museu Thiago de Castro.



À esquerda, antigo armazém situado na esquina das ruas Correia Pinto e Nereu Ramos, em que se eliminou o cunhal para atendimento da Postura de 1895. Acervo: Jonas Malinverni.



Casa comercial de Nicolao Granato, situada na esquina da rua Coronel Córdova com Manoel Thiago de Castro, Lages. Valendo-se das Posturas de 1895, se promoveu a abertura de uma porta entre as duas fachadas. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Essa solução passou mais tarde a ser utilizada para a instalação de vitrines, modismo bastante difundido ao longo de toda a primeira metade do século 20 e que em Lages teve por expoente o “Bazar Lageano”, famoso estabelecimento comercial da família Gamborgi, na esquina da rua Hercílio Luz com Marechal Deodoro, ainda hoje conhecido como Palacete Gamborgi. O Palacete Gamborgi, juntamente com o casarão do coronel Juca Antunes e mais alguns imóveis de valor histórico-arquitetônico situados na área urbana central de Lages, foram tombados nos anos 1990 como Patrimônio Estadual de Santa Catarina.



“Bazar Lageano”, popularmente conhecido como Palacete Gamborgi, situado na esquina da rua Hercílio Luz com a rua Marechal Deodoro, em Lages, por volta de 1910. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Cartão postal do início do século XX, com propaganda da residência e comércio de João José Theodoro da Costa, na praça João Costa, Lages. Acervo: Jonas Malinverni.

Novos tempos no raiar do século XX

A abolição do regime escravista em 1888 seguida pela instauração da República em 1889 foram os pontos altos de um movimento de reformas e modernização da sociedade brasileira em curso desde meados do século.

Na arquitetura, essas inovações representaram, sobretudo, o gradual abandono das formas de construir e habitar herdadas de modelos coloniais portugueses e empregadas ao longo de praticamente todo o período imperial. Buscou-se antes de tudo a salubridade e o refinamento da edificação para o melhoramento geral da moradia. Movimento em parte decorrente da aplicação de legislação específica, por meio das Posturas Municipais, e do desenvolvimento das políticas higienistas em todo o país.

Particularmente no caso de Lages, a decadência do ciclo das tropas de mulas no contexto dos estados do Sul e do Sudeste brasileiro e a consolidação de uma economia regional fundamentada nas fazendas de criação de gado bovino de corte levaram ao surgimento de uma aristocracia pastoril que, espelhada nos centros maiores, buscou ainda que timidamente,



Dois expoentes da renovação na arquitetura do início do século XX, em Lages. Acima, edifício da intendência municipal, atual prefeitura. Abaixo, sede do Clube 1º de Julho, na rua Correia Pinto. Cartões Postais editados pela Joalheria de João Baier, c. 1915. Acervo: Coleção do autor.



segundo o seu ritmo provinciano, incorporar essas mudanças ao cotidiano.

Inicialmente, as mudanças ficaram restritas à renovação das fachadas luso-brasileiras, mediante a introdução de ornamentos neoclássicos e platibandas, que por sua vez, na virada para o século XX, cederam espaço à estética do Ecletismo, caracterizada pela combinação ou justaposição de ornamentos arquitetônicos das mais diversas correntes e linguagens artísticas.

Cabe observar que a adoção desses novos estilos chegou a Lages mais tardiamente e devagar em relação a outras localidades, talvez em função do distanciamento das cidades litorâneas, de onde irradiavam as inovações. Como exemplo, ainda que consistam em exemplares rurais, pode-se referir as sedes das fazendas Igrejinha e Barreiro, construídas em 1896 e 1900, respectivamente, no auge do movimento eclético. Apesar disso, apresentam-se tais quais as casas datadas das primeiras décadas do século XIX: telhados de quatro águas (modificados há alguns anos para duas águas), ausência de platibandas, fachadas frontais emolduradas por cunhais e cimbras sem qualquer tipo de ornamento, beirais do tipo beira-seveira nas fachadas laterais e posterior (removidos com a reforma das coberturas), vãos de vergas retas e janelas em guilhotina com caixilhos retangulares.



Grupo Escolar Vidal Ramos, inaugurado em 1912. Cartão Postal editado pela Joalheria de João Baier, c. 1915. Acervo: Coleção do autor.

Três prédios urbanos em particular marcaram a renovação da arquitetura lageana no raiar do século XX.

Em 1901 foi inaugurado, na Praça João Ribeiro, o imponente edifício da Intendência Municipal, atual Prefeitura, concebido dentro do que havia de melhor em termos de suntuosidade e refinamento artístico, tendo as fachadas ornamentadas com esculturas e peças de cantaria. Porém, sua maior importância reside no aspecto simbólico do deslocamento do poder político local, da Praça João Costa – que desde a fundação de Lages, em 1766, se abrigava na Casa de Câmara e Cadeia – para junto do poder religioso, em terreno ao lado da antiga igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, onde em 1922 foi edificada a Catedral Diocesana.

O segundo edifício, hoje já demolido, foi a sede do clube 1º de Julho, que, com sua fachada vistosa e alta, apresentando frontão curvilíneo e decorada com elementos clássicos esculpidos em arenito, rompeu a escala das fachadas modestas do casario luso-brasileiro da rua Correia Pinto.

Por fim, na antiga Praça Padre Antônio, vazio urbano que havia se formado entre as ruas Frei Rogério e Emiliano Ramos, o governo estadual, sob o comando do lageano Vidal Ramos Júnior, empreendeu a construção do Grupo Escolar Vidal Ramos, de arquitetura neoclássica, à época a maior escola pública de Santa Catarina. O prédio, tombado como Patrimônio Histórico em âmbito estadual no ano de 1984, foi recentemente restaurado e em breve deve reabrir suas portas como Centro Cultural.

Pelo menos até os anos 1950, ao mesmo



Casa de arquitetura eclética, na praça João Ribeiro, Lages, c. 1920. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.



Conjunto de moradas do século XIX que tiveram as fachadas reformadas ao gosto *art-déco* na década de 1940 (conforme desenhos na página 164). Foto: autor, 2008.

tempo em que se assistia ao surgimento dos primeiros edifícios de apartamentos, salas de cinema e galerias comerciais (inaugurando o processo de adensamento urbano e verticalização da arquitetura local, patrocinado pela nova riqueza econômica advinda da indústria da madeira), Lages continuou a ter velhas fachadas oitocentistas simplesmente maquiadas ao gosto *art-déco* ou moderno (a exemplo do conjunto de casas do tipo meia-morada e porta-e-janela do século XIX, na rua Hercílio Luz, já referido).

Na medida em que se avançou no século XX, a oferta de novos materiais e técnicas acelerou a mudança, rompendo-se definitivamente com o padrão tradicional das construções: surgiram nessa época as casas em madeira com

Sedes de fazendas serranas do início do século XX, já concebidas segundo a tipologia do *chalet*.



Sede da fazenda Bela Vista, Lages. Foto: autor, 2009.



Sede da fazenda Tijolo, Lages. Foto: autor, 2009.



Sede da fazenda Santa Cecília, Capão Alto. Foto: autor, 2009.



Sede da fazenda São José da Boa Vista, Lages. Foto: autor, 2009.

tábuas fabricadas em serrarias, com encaixes e dimensões padronizados; foram introduzidas telhas cerâmicas do tipo francesa ou metálicas, de folhas de zinco, em substituição às telhas coloniais de capa-e-canal; o uso dos tijolos vulgarizou-se com a instalação de novas olarias; e o cimento, o ferro e o vidro passaram a ser facilmente encontrados no comércio local.

A tipologia arquitetônica do chalé, com cobertura de duas águas ornamentada por lambrequins e aproveitamento de sótão, foi amplamente difundida, inclusive no meio rural para a reforma ou substituição de casas antigas – sedes das fazendas Nossa Senhora de Lourdes, Santa Cecília, Cruz de Malta, Tijolinho, Bela Vista, São José da Boa Vista e Pai João, em Lages, todas construídas entre 1900 e 1930.

Também os galpões abandonaram sua rusticidade original, adotando soluções construtivas de forma a acompanhar o avanço das técnicas de pecuária e as melhorias para qualificação dos rebanhos (principalmente a introdução de raças bovinas europeias, de corte), difundidas em Lages a partir da instalação do posto zootécnico pelo governo estadual, na década de 1910. Nesse processo de modernização da fazenda pastoril, os galpões tornaram-se espaços mais amplos, com subdivisões e instalação de equipamentos necessários aos tratamentos ve-



Sede da fazenda Nossa Senhora de Lourdes, Capão Alto.
Foto: Nery Auler da Silva/IPHAN-SC, 2008.

terinários, ocorrendo a proliferação das coberturas de duas águas bastante inclinadas com aparente inspiração germânica, revestidas por telhas cerâmicas francesas ou folhas de zinco.

Outro fator importante na afirmação desses novos modelos foi o aumento considerável, no município de Lages, da população de imigrantes e seus descendentes principalmente alemães e italianos vindos de colônias do Rio Grande do Sul e da região sul de Santa Catarina. Atraídos pelas perspectivas econômicas favoráveis da região serrana, em que, além da pecuária, despontou a exploração da madeira, muitos desses imigrantes se dedicaram à construção civil, também legando sua contribuição no campo da arquitetura.

05

PALAVRAS
FINAIS DO
AUTOR

Fazenda Limoeiro, Lages.
Foto: autor, 2009.



Considerações finais

Considerando a relevância do tema abordado, os objetivos traçados, a metodologia adotada, pesquisas, saídas de campo para realização de levantamentos, comparações, o estudo das construções remanescentes e dos documentos encontrados, foi possível a constatação de alguns aspectos.

Sob a perspectiva da História Regional, o papel da atividade tropeira, do latifúndio e da existência de uma aristocracia dependente de trabalhadores escravizados na configuração econômica e social da região dos Campos de Lages nos séculos XVIII e XIX.

O Ciclo Tropeiro, que, em meio às disputas ibéricas, integrou regiões longínquas extrapolando as fronteiras coloniais da América do Sul, foi, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes ciclos econômicos da história ocidental e relaciona-se diretamente às origens dos Campos de Lages. Desde a passagem inaugural do Caminho Viamão-Sorocaba, seguida da fundação estratégica da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages às suas margens, o tropeirismo apontou a vocação das extensas pastagens para a pecuária e acabou por moldar a sociedade que nelas se desenvolveu, ainda hoje marcadamente rural.

Na primeira metade do século XVIII os caminhos de tropas colocaram definitivamente os Campos de



Os Campos de Lages e a tradição pastoril: manguirão de taipas, com gado, na fazenda Limoeiro, Lages. Foto: autor, 2009.

Lages nos mapas, ligando uma extensa área – até então isolada – aos principais centros do território brasileiro e platino, assegurando não apenas o acesso e a circulação de pessoas, como alavancando o desenvolvimento populacional e econômico.

Há de se destacar no povoamento da Serra Catarinense a contribuição de grupos vindos de diversas regiões, como os elementos de origem açoriana, provenientes principalmente do litoral, bem como rio-grandenses

e portugueses além dos paulistas usualmente referidos na historiografia (Costa, Piazza e Cabral, autores citados). A consulta às pesquisas genealógicas de Luiz Antônio Alves e Sebastião Fonseca de Oliveira, cujas fontes consistiram nos arquivos paroquiais, cartoriais, dentre outros, tiveram grande importância para revelar a heterogeneidade das origens do povoamento de Lages.

E a ausência de senzalas ou de seus vestígios nos conjuntos edificados das antigas fa-

zendas, atualmente, indicaria a ausência ou escassez do número de cativos de origem africana em Lages? Os inventários do século XIX, listando, por vezes, dezenas de trabalhadores escravizados dentre os bens dos fazendeiros, as Posturas Municipais atentas à sua conduta na cidade, os relatos precisos do viajante Avé-Lallemant, as memórias pitorescas de Sebastião Ataíde e a presença viva do afrodescendente na gente lageana, na cor de sua pele, na cultura popular, na mão de obra habilidosa e ainda em uso dos construtores de taipas de pedra, demonstraram que não. Pelo contrário, apontam para uma participação efetiva do negro na sociedade local.

Enquanto paulistas e portugueses desbravaram os sertões do interior catarinense com vistas ao seu progresso material nos campos serranos, dando origem a uma classe dominante de fazendeiros e coronéis, os africanos aí se estabeleceram de forma involuntária, trazidos à força por seus senhores. Contudo, o papel que desempenharam foi essencial para a viabilidade do latifúndio pastoril e da sociedade que ele moldou. Desde as tarefas domésticas, passando pela construção civil até a lida árdua das tropeadas e do manejo do rebanho, o emprego dos trabalhadores escravizados constituiu-se em prática indispensável para o funcionamento de toda uma estrutura social, reproduzindo na região de Lages a triste realidade que no mesmo período se processou em praticamente todo o território brasileiro, até 1888.



Fazenda Cajuru. Em contraponto à simplicidade e ausência de luxo, características da sede de um estabelecimento pastoril dos Campos de Lages, a presença do imponente arco de acesso à sala de jantar inspira um ar aristocrático na moradia, reforçando sua condição de casa senhorial. Foto: Charles Steuck, 2014.



Fazenda dos Palmas, São Joaquim. Foto: autor, 2014.

Esses elementos, associados aos condicionantes de ordem cultural, em que passou a tradição arquitetônica introduzida no território pelo colonizador português, foram estruturadores do espaço construído, e muito particularmente, das residências concebidas. É possível afirmar que o construir e o habitar nos primeiros dois séculos da história lageana, tanto no ambiente urbano como nas fazendas, refletiu as imposições de uma sociedade pastoril e escravista.

Disso resultou a simplicidade das residências, a ausência de luxo, o mobiliário es-

casso, a inexistência de capelas particulares e quase nenhuma ornamentação, mesmo quando se tratava da casa de um dono de grandes extensões de terra. Raros foram os enfeites desenhados no reboco ou as cartelas para a inscrição de datas e iniciais dos proprietários. O despojamento que em geral caracteriza o povoador português do período colonial encontrou lugar num cenário agreste e distante dos grandes centros, moldado pela lida bruta da pecuária, e que embora tenha possibilitado o surgimento de fortunas, nunca se prestou aos exageros e superfluidades na arquitetura.

Assim, a representação material do senhorio e a imponência necessária foram obtidas com a implantação da sede da fazenda no alto de uma coxilha, dominando a paisagem em volta, ou com o singelo emolduramento da fachada principal com cunhais, beirais em cimalha e o calçamento com pedras junto à parede, elementos de caráter muito mais funcional do que estético.

Especificamente quanto aos materiais e sistemas construtivos empregados, e considerando-se as edificações remanescentes, houve, de maneira geral, a manutenção da alvenaria de pedra, barro, cal e tijolos, à moda das demais regiões brasileiras sob influência portuguesa.



Fazenda Capão do Posto, Capão Alto: emprego da madeira de araucária na arquitetura luso-brasileira. Foto: autor, 2009.

Porém, a maior contribuição dos levantamentos realizados neste aspecto foi, sem sombra de dúvidas, verificar haver ocorrido a original substituição da alvenaria pela madeira de araucária, o que resultou em moradias somente encontradas nos campos de altitude do Sul do Brasil, onde essa árvore ocorria em abundância.

As sedes de fazenda, por vezes amplos e imponentes casarões (caso da fazenda Capão do Posto), habilidosamente construídas, com estrutura, fechamento em tábuas e até com telhas

feitas de pinheiro, demonstram a capacidade que os povoadores lusos e seus descendentes tiveram em, mantendo a concepção da moradia tradicional, recriá-la mediante o emprego da madeira, material que em outras regiões brasileiras e mesmo em Portugal, era restrito à estrutura do telhado e aos acabamentos (forros, assoalhos e esquadrias), sendo comumente associado à precariedade e ao improviso.

Também foi de grande relevância registrar que as técnicas da taipa de pilão e do pau-a-pique, muito recorrentes em territórios



Sede da fazenda dos Correias, construída em 1883 na localidade de Sertão dos Correias, Tubarão, SC: há de se investigar as prováveis relações existentes entre a arquitetura de regiões como o planalto e o litoral catarinense nos séculos XVIII e XIX. Foto: Fabiola Mathias Tavares, 2013.

com características similares às do Planalto Serrano e a ele relacionadas histórica e geograficamente, foram de ocorrência rara, ou antes, desapareceram quase que por completo, restando raros testemunhos de sua ocorrência (a exemplo da fazenda Cadete), ao contrário do que defendera Carlos Lemos, que afirma ter havido na arquitetura do período colonial, durante o ciclo tropeiro, trocas relevantes entre São Paulo e o Sul do Brasil, especialmente com relação ao uso da taipa (LEMOS, 1979, p. 58).

Reforça este indicativo o trabalho aqui referido de Nery Auler da Silva (2003), que,

ao estudar a arquitetura das antigas fazendas sul-rio-grandenses estabelecidas ao longo do caminho Novo da Vacaria, desde a região das Missões, demonstrou que das quatorze construções identificadas, apenas numa aparece a taipa, do tipo pau-a-pique e sendo utilizada em paredes internas (o que, aliás, ocorreu largamente), sendo a maioria das residências analisadas em alvenaria de pedra e tijolos. Esse dado levou o pesquisador a concluir que principalmente a taipa-de-pilão, muito utilizada em São Paulo, não teve influência no Planalto Médio gaúcho, tampouco alcançou a área da Fronteira, conforme havia sugerido Carlos Lemos.

Por outro lado, considerando-se a configuração interna que se encontrou em algumas antigas moradias rurais da serra catarinense, à semelhança de certas casas de fazenda do século XIX situadas em áreas próximas, no estado do Rio Grande do Sul, é provável que os quartos de hóspedes com acesso externo independente (fazenda Cajuru, em Lages) ou os pátios avarandados situados nos fundos das casas (fazenda Estrela, em Vacaria) sejam efetivamente contribuições paulistas, já apontadas nos estudos de Luís Henrique Haas Luccas (LUCCAS, 1997).

Se com relação às sedes de fazenda a abordagem ateu-se às casas ainda existentes,

e que, em número razoável, possibilitaram a análise necessária, no tocante à arquitetura urbana a ocorrência de reduzido número de remanescentes foi, em parte, compensada pelo acesso à legislação catarinense do século XIX, em que foram encontrados os Códigos de Posturas do município de Lages no período.

Transcrevendo-se os artigos relacionados à construção e confrontando-os com a legislação similar de outros municípios à época, pôde-se perceber sua evolução entre os primeiros anos após a Independência (Código de 1836) e a instauração da República (Código de 1895).

Enquanto nas Posturas da fase monárquica ficou evidente seu papel na afirmação de uma arquitetura e de um cenário urbano idealizados, em parte, pela predominância de uma tradição cultural luso-brasileira (alinhamento, padronização dos edifícios e dimensionamento das aberturas e fachadas das casas), o Código de 1895 já demonstra uma maior exigência com a modernização e o embelezamento das moradias, canalização das águas pluviais e adoção de medidas higienistas. Era o esforço da administração pública em banir definitivamente da cidade a imagem arcaica de vila colonial que, como demonstram as fotografias antigas que ilustram o presente trabalho, ainda predominava no raiar do século XX.



Antiga casa rural na localidade de Siqueiro, Pescaria Brava (ex-distrito de Laguna), c. 1880. Foto: Ana Paula Cittadin, 2007.

No entanto, é interessante observar que, mesmo com a chegada da modernidade e a introdução de novos elementos na edificação – chegados mais tardiamente a Lages, certamente em função de seu distanciamento dos centros maiores, de onde partiam as inovações, conforme já mencionado – algumas soluções arquitetônicas vernaculares continuaram acontecendo.

Nessa época, a construção civil era desempenhada essencialmente por mestres pedreiros e carpinteiros vindos do século XIX, ou seja, profissionais habilitados pela prática da construção dentro dos padrões tradicionais, o que

certamente impôs resistência e dificultou uma modernização mais rápida da arquitetura local.

Isso explica terem sido encontradas moradias urbanas oitocentistas em que apenas a fachada frontal foi renovada, com a adição de ornamentos, platibanda e vãos maiores, ou mesmo casas de fazenda construídas por volta de 1900, no auge do Ecletismo, nas quais foram reproduzidos os característicos telhados portugueses de quatro águas com galbos, beirais em beira-seveira ou cimalha e telhas capa-e-canal (a exemplo das sedes das fazendas Barreiro e Igrejinha).

O fato é que o rompimento definitivo com os modelos construtivos antigos ocorreu a partir da década de 1930, com a chegada da arquitetura Art-Déco, do concreto armado e da indústria de beneficiamento da madeira, dando início ao processo de adensamento e verticalização da cidade, e que no interior, repercutiu na modernização das sedes das fazendas.

A título de perspectiva para a continuidade deste trabalho, certamente ainda há o que se estudar sobre a casa serrana do passado. Ampliando a abordagem para além da questão formal e tecnológica, será possível aprofundar o entendimento das questões do cotidiano, dos usos e costumes, das relações sociais e econômicas envolvidas no contexto da habitação.



Material de pesquisa há, deduzindo-se pelas inúmeras fontes documentais e pela provável existência de exemplares remanescentes não mapeados, sobretudo em municípios como São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Campos Novos e Curitiba.

O levantamento e estudo dessas construções, com apoio na documentação existente – imprensa e literatura, inventários, testamentos, relatos e anotações de viajantes e autoridades entre outros documentos – terá a oferecer novas e ampliadas perspectivas sobre os Campos de Lages em seus dois primeiros séculos de colonização e povoamento.



Transformações na arquitetura de Lages: A) residência luso-brasileira do século XIX (casa do Coronel Juca Antunes); B) moradia eclética do início do século XX, rua Correia Pinto; C e D) modernidade do *art-déco* no Teatro Marajoara e no edifício Dr. Accacio, década de 1940. Fotos: autor, 2009.

Como sugestão, seria oportuna a investigação, entre outros aspectos, da casa de fazenda serrana com relação às construções congêneres das demais regiões do ciclo pastoril do Rio Grande do Sul ou do Paraná nos séculos XVIII e XIX. Ou ainda, especificamente com relação ao estado catarinense, o estudo comparativo da habitação dos Campos de Lages com a casa rural do litoral catarinense, uma vez que embora contemporâneas e tendo a mesma matriz vernacular portuguesa – tendo havido, aliás, trocas culturais relevantes entre o Planalto e o Litoral de Santa Catarina – materializaram, respectivamente, duas situ-

ações socioeconômicas distintas: o latifúndio e a pequena propriedade, a pecuária extensiva apoiada na mão de obra servil e a agricultura familiar de subsistência.

Também a área do Patrimônio Cultural poderá beneficiar-se, especialmente para a instrução de políticas públicas voltadas à necessária identificação, restauro e preservação das edificações históricas, dentre outros bens culturais a elas relacionados, como as paisagens, expressões populares e modos de fazer tradicionais que compreendem o Patrimônio Imaterial (gastronomia, religiosidade, artesanato, etc), os quais igualmente merecem ser protegidos.

GLOSSÁRIO



Fazenda Cajuru, Lages.
Foto: autor, 2011.



- **Beira-seveira:** consiste numa corruptela de “beira-sobre-beira”, técnica tradicional corrente na arquitetura luso-brasileira, que consiste em sobrepor uma ou mais fiadas de telhas preenchidas com argamassa ao longo da parte superior das fachadas de uma edificação, a fim de se obter a projeção necessária para os beirais dos telhados.
- **Cachorro:** peça geralmente confeccionada em madeira que, encaixada no frechal, em balanço, projeta-se externamente para além do alinhamento das paredes, servindo de sustentação ao beiral do telhado.
- **Camarinha:** pequeno cômodo geralmente utilizado como dormitório sob o telhado, em aproveitamento do sótão, identificado externamente pela presença de uma trapeira – abertura que permite a iluminação e ventilação dos ambientes existentes sob o telhado (camarinhas), assumindo a forma de um volume edificado, sobressalente à cobertura.
- **Canastra:** baú confeccionado em couro, largamente utilizado pelos antigos tropeiros nas viagens, por proteger da água da chuva os objetos transportados.
- **Catre:** cama primitiva com estrutura em madeira, tendo como lastro tiras de couro pregadas ou amarradas, sobre as quais se acomodam colchões confeccionados em lã e palha, ou onde simplesmente são colocados pelegos de ovelha.
- **Cimalha:** também chamada de cornija, consiste em moldura saliente que remata a parte superior da fachada de um edifício, servindo de beiral ao telhado e impedindo que as águas escurram pela parede.
- **Cunhal:** nome que se dá ao canto externo formado pelo encontro de duas paredes da construção, podendo ser ressaltado pela presença de pilastra em massa, madeira ou cantaria.
- **Ecletismo:** também definido por Historicismo, consistiu numa tendência arquitetônica fundada na exploração e conciliação da estética de diversos estilos artísticos antigos, o que em geral resultava no emprego abundante de ornamentação, especialmente nas fachadas dos edifícios. Foi empregado, sobretudo, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

- **Encabeirado:** forro ou soalho guarnecido/emoldurado por cabeiras, que consistem em tábuas que servem para criar uma moldura de acabamento para as demais tábuas.
- **Escariola:** massa de sobre-revestimento aplicada com finalidade decorativa em paredes ou colunas já rebocadas, composta de areia fina e lavada, cal em pasta, pó de pedra e pigmentos coloridos, sendo muito utilizada em barras nas áreas de circulação das edificações.
- **Estêncil:** técnica empregada para realizar desenhos e pinturas decorativas sobre a superfície das paredes, aplicando-se a tinta através de recortes em folhas de papel com o desenho ou formato desejado.
- **Galbo de contrafeito:** perfil resultante da introdução do contrafeito, que por sua vez consiste numa peça em madeira componente da estrutura da cobertura e característica das construções tradicionais portuguesas, cuja finalidade é suavizar o ângulo formado pelos caibros do telhado.
- **Lambrequins:** enfeites rendilhados recortados em madeira, utilizados como arremates das extremidades das beiradas dos chalés, tendo se popularizado entre as construções brasileiras a partir do final do século XIX.
- **Platibanda:** mureta construída na parte mais alta das paredes externas, por vezes servindo de base para a fixação de estátuas, pinhas, ânforas, balaustradas e outros elementos decorativos, protegendo os telhados e evitando que a água da chuva escorra junto à construção. Tornou-se usual no Brasil a partir do início do século XIX, por influência da arquitetura Neoclássica, sendo largamente empregada no Ecletismo.
- **Saia-e-camisa:** também chamado de “saia-e-blusa”, é o tipo de forro em madeira no qual as tábuas são presas sobrepostas umas às outras, formando reentrâncias e saliências.



BIBLIOGRAFIA



Fazenda Santa Teresa, Lages.
Foto: Charles Steuck, 2014.



ALVES, Luiz Antônio. **Os fundadores de São Francisco de Paula**. Caxias do Sul: Edição do Autor, 2007.

_____. **O povo serrano: tema de palestras**. Porto Alegre: EST, 2002.

ARQUITECTURA Popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000.

ARQUITECTURA Popular em Portugal. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, 4ª edição.

ATAÍDE, Sebastião. **O negro no planalto lageano**. Lages: Prefeitura Municipal de Lages, 1988.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUPS, 1980.

AZEVEDO, Carlos. **Solares Portugueses**. Lisboa: Horizonte, 1988.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). **História do Rio Grande do Sul: Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

BRASIL. Lei nº 601. 18 de setembro de 1850. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acessado em 28 de abril de 2015.

BROOS, Hans. **Construções antigas de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2002.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CALDAS, João Vieira. **A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII**. Porto: FAUP Publicações, 1999.

CARDOSO, Joaquim. Um tipo de Casa Rural do Distrito Federal. In: **ARQUITETURA CIVIL II** (Textos Escolhidos

da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). São Paulo: FAU USP e MEC-IPHAN, 1975.

CASELLA, Gabriella. **Gramáticas de pedra: Levantamento de tipologias de construção murária**. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 2003.

CASTRO, Elisiana Trilha. HERBERTS, Ana Lucia. **Cemitérios do caminho: O patrimônio funerário ao longo do caminho das tropas nos campos de Lages**. Blumenau: Nova Letra, 2011.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: FCC, 1982.

CURTIS, J. N. B. Arquitetura e economia do gado na Região Sul. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira. **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: UNESCO/IPHAN, 2008.

DAL BOSCO, Setembrino. **Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul [1780/1889]: capatazes, peões e cativos**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008.

DUARTE, Manoel. **No planalto (Episódios e paisagens sobre o Nordeste Riograndense)**. Porto Alegre: Globo, 1930.

FERNANDES, José Manuel. JANEIRO, Maria de Lurdes. **Arquitetura vernácula da região saloia: enquadramento na Área Atlântica**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1991.

FERNANDES, José Manuel. **Cidades e casas da Macaronésia**. Porto: FAUP Publicações, 1996.

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. **Tropeiros de mula: a ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras**. Passo Fundo: Gráfica Editora Berthier, 2004.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. In: SANTIAGO, Silviano. **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

_____. Sobrados e mucambos. In: SANTIAGO, Silviano. **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GALHANO, Fernando.; OLIVEIRA, Ernesto Veiga. **Arquitetura tradicional portuguesa**. 5ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

GUTIERREZ, Ester J. B. *et al.* Estâncias fortificadas. In: MAESTRI, Mário (org.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2009.

HERBERTS, Ana Lúcia. **Arqueologia do caminho das tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. **Arquitetura urbana de Passo Fundo: 1865-1965**. Passo Fundo: Berthier, 2007.

LA PASTINA FILHO, José. **Conservação de telhados: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

LAGES. Santa Catarina. **Lei nº 6 de 9 de julho de 1895. Coleções das leis do município de Lages promulgadas no Ano de 1895**. Blumenau: Typ. de H. Baungarten, 1895.

_____. Santa Catarina. **Lei municipal complementar nº 22, de 21 de setembro de 1995**.

LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1979.

_____. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. **Cozinhas, etc. um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Modelos portugueses e arquitetura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 2001.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. **Estâncias e Fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul**. 1997. [Dissertação] Mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 1997.

LYRA, Cyro Corrêa; SOUZA, Alcídio Mafra. **Guia dos bens tombados, Paraná**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

MACEDO, Riopardense de. **Arquitetura luso-brasileira**. In: WEIMER, Günter (org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MAESTRI, Mário. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

_____. **O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho**. Passo Fundo: UPF, 2001.

MESTRE, Vítor. **Arquitetura Popular da Madeira**. Lisboa: Argumentum, 2002.

MOUTINHO, Mário. **A arquitetura Popular Portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1979.

OLIVEIRA, José Fernandes. **Rainha do Planalto**. Editora São Miguel, 1959.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. **Aurorescer das serrarias serranas: história e genealogia**. Porto Alegre: EST, 1996.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: UNIPLAC, 2002.

PEIXER, Zilma Isabel; SARTORI, Sérgio; VARELA, Iáscara Almeida; TEIXEIRA, Luiz Eduardo; ISHIDA, Americo; MIRANDA, S. L.; BORNHAUSEN, O. R. Fazendas da Coxilha Rica, Lages, SC – estudo de arquitetura. In: **Levantamento do Patrimônio Ambiental e Socioeconômico do Caminho das Tropas (relatório de pesquisa)**, Lages (SC), 2005.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Lajes, a Rainha da Serra**. In: **ANAI DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952 – vol. III.

PIAZZA, Walter Fernando. **A epopéia açórico-madeirense (1747-1756)**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1992.

_____. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu/UNISUL, 1999.

_____. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1983.

PINTO, Lourdes Noronha. **Antigas fazendas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Grafic-Offset, 1989.

PRESTES, Lucinda Ferreira. **A Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1755-1888)**. São Paulo: ProEditores, 1999.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, Nelson (Coord.); GOLIN, Tau (Coord.). **História do Rio Grande do Sul, colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.1. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Pini, 2000.

SANTA CATARINA. **Lei nº 51 de 17 de junho de 1836**,

Coleção das Leis da Província de Santa Catarina. p. 99 a 105.

_____. **Lei nº 126 de 2 de maio de 1839**, p. 250-256. Coleção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1839.

_____. **Lei nº 213 de 05 de maio de 1845**, p. 144-151. Coleção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1845.

_____. **Coleção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1851**: Lei nº 325 de 3 de Maio de 1851, p. 206.

_____. **Coleção de Leis da Província de Santa Catarina**: Lei nº 500 de 25 de Maio de 1860, “Eleva à categoria de cidade a Villa de Lages” (p. 47 da Coleção de Leis da Província de Santa Catarina no ano de 1860).

_____. **Coleção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1862**: Lei nº 520 de 2 de Maio de 1862, p. 16-37.

_____. **Coleção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1872**: Lei nº 665 de 20 de abril de 1872, p. 13 e 14.

_____. **Coleção de Leis da Província de Santa Catharina. 1836 a 1874**. Desterro: s/e, s/d.

_____. **Lei Estadual nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980**.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos Santos. **A casa do planalto: arquitetura luso-brasileira nos Campos de Lages, séculos 18 e 19**. In: **ANAI DO I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

_____. **Arquitetura luso-brasileira em Lages: subsídios para o seu estudo**. In: VIII SEMINÁRIO NACIONAL e V Encontro do CONESUL sobre Tropeirismo – SENATRO, 2006, Bom Jesus.

_____. Fazenda serrana: arquitetura pastoril nos Campos de Lages e Cima da Serra, séculos 18 e 19. In: MAESTRI, Mário (org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

_____. **Restauração da Antiga Residência do Coronel Juca Antunes, Lages**. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo/Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça: UNISUL, 2005.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2008.

SESMARIAS, VELHAS FAZENDAS E QUILOMBOS. Campos de Castro. Castro. Museu do Tropeiro. Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Governo do Paraná. s/d.

SILVA, Nery Luiz Auler da. **Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas no planalto médio – século XIX**. Passo Fundo: Edição do autor, 2003.

SOUZA, Alcídio Mafrá de. **Guia dos bens tombados, Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A presença Portuguesa da Arquitetura da Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: IOESC, 1981.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil**. Lisboa: Horizonte, 1999.

TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras – Estudo da Construção Residencial Urbana. In: **ARQUITETURA CIVIL II** (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

VAUTIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. In: **ARQUITETURA CIVIL I** (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

VEIGA, Eliane Veras da. Mitos e Realidades das Arquiteturas Açoriana e Colonial Catarinense. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, 3ª, nº 20, 2001.

WEIMER, Günter. **A arquitetura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

_____. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

_____. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ACERVOS

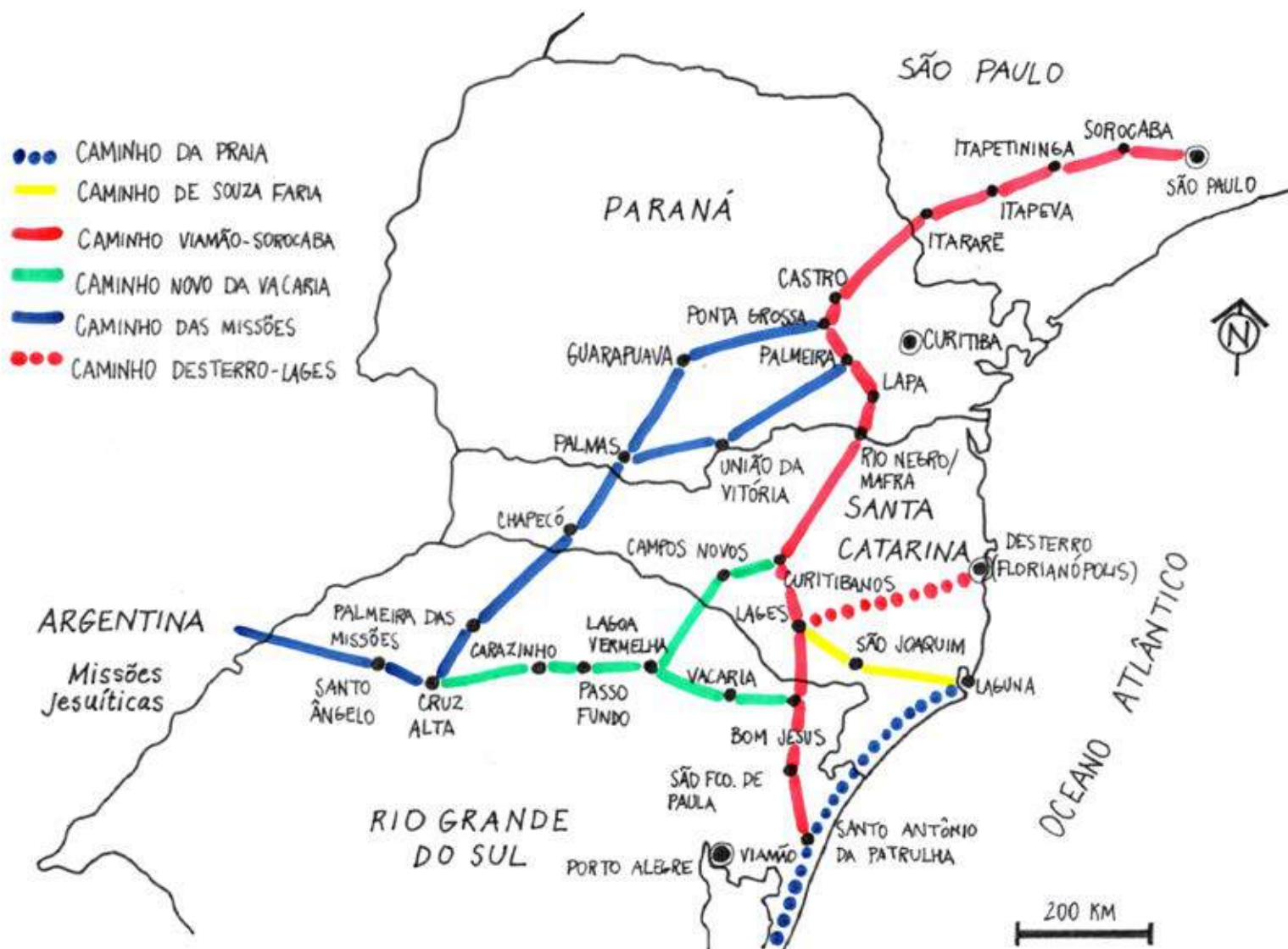
- Acervo Fotográfico da Fundação Cultural de Lages.
- Acervo Fotográfico de Jonas Malinverni, Lages.
- Acervo Fotográfico do autor, Laguna.
- Arquivo da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura – FCC, Florianópolis.
- Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina – IPHAN-SC, Florianópolis.
- Arquivo Histórico Dr. Waldemar Rupp, Campos Novos.
- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.
- Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – BPSC, Florianópolis.
- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, Florianópolis.
- Museu e Arquivo Histórico Municipal de Bom Jesus.
- Museu Histórico Antônio Granemann de Souza, Curitiba.
- Museu Histórico Municipal Assis Chateaubriand, São Joaquim.
- Museu Histórico Municipal de Vacaria.
- Museu Thiago de Castro, Lages.

ANEXOS

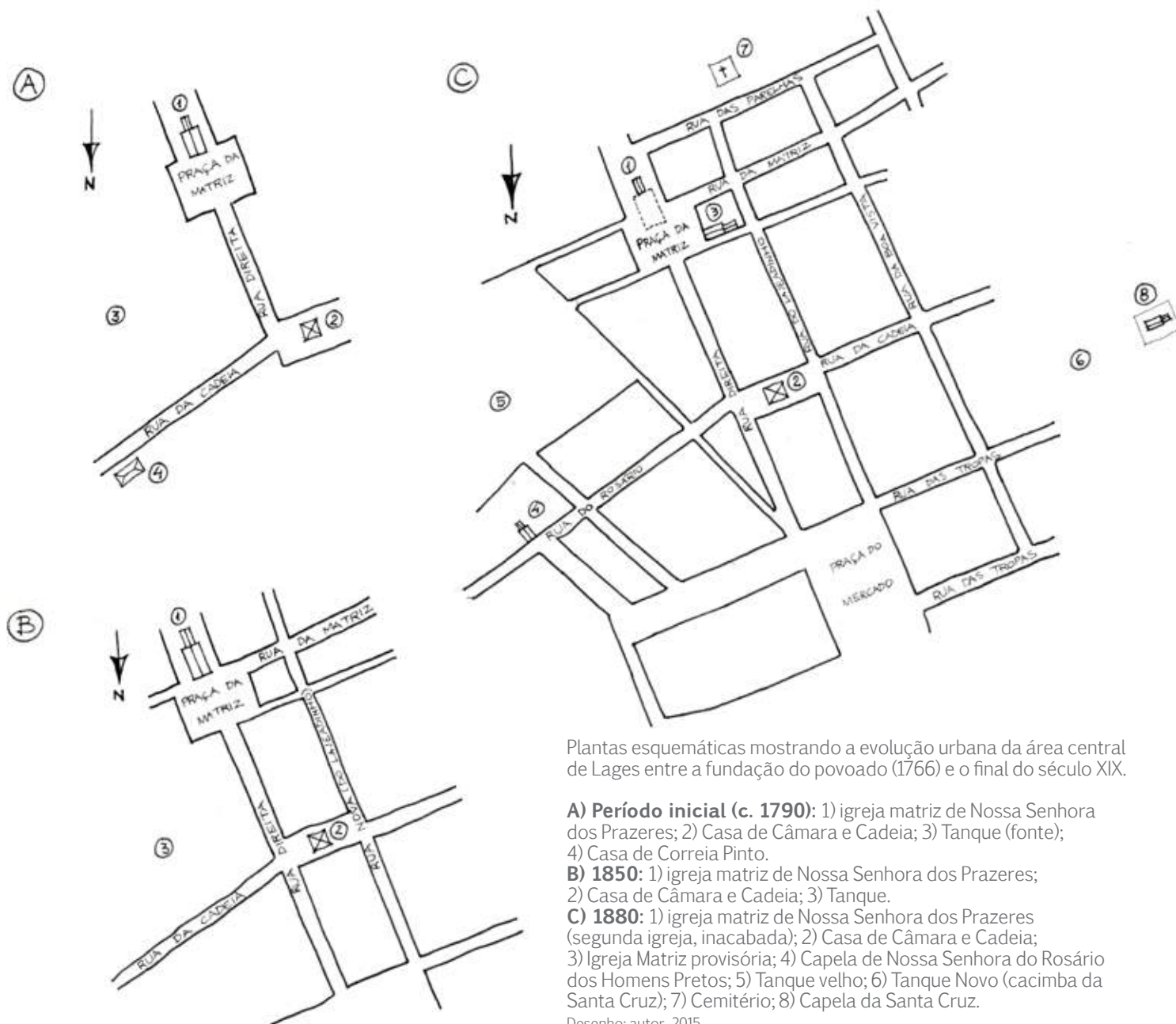


Fazenda Cajuru, Lages.
Foto: autor, 2011.





Mapa esquemático dos principais caminhos de tropas do Sul do Brasil, séculos XVII, XVIII e XIX. Desenho: autor, 2015.





RU EL-REY Faço Saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que Tomando em Consideração, que sendo a Villa das Lages a mais meridional das da Provincia de São Paulo, pela grande distancia em que se acha da Capital não pôde ser promptamente soccorrida com oppórtunas providencias; que a fação elevar-se do estado de decadencia em que se acha, procedida dos repetidos damnos que os Indigenas Selvagens seus vizinhos tem feito no seu Territorio; e que reunindo-se ao Governo da Capitania de Santa Catharina, d'onde pôde ser mais facilmente auxiliada, se tornarão menos atrevidos aquelles malfazejos Selvagens; e talvez se sujeitem ou se retirem, deixando os Colonos com a segurança precisa para se aproveitarem da grande fertilidade das Terras do Termo da mesma Villa, regadas por muitos Rios, e debaixo de hum clima temperado e sadio: Hei por bem Desannexar a mencionada Villa das Lages e todo o seu Termo, da Provincia de São Paulo, e encorporalla na Capitania de Santa Catharina, a cujo Governo ficará d'ora em diante sujeita.

E este se cumprirá como nelle se contém: Pelo que Mando á Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Prezidente do Meu Real Erario; Regedor da Caza da Supplicação; Conselho da Real Fazenda; Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Reino, e Dominios Ultramarinos; Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo; Governador da Capitania de Santa Catharina, Ministros de Justiça, e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento e execução deste Alvará, o cumprão e guardem como nelle se contém: E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Lei em contrario.

Alvará Régio que desmembra o município de Lages da Capitania de São Paulo e o incorpora à Capitania de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Impressão Régia. 14 de setembro de 1820.

Acervo: autor.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro aos nove de Setembro
de mil oitocentos e vinte.

R E Y

Thomas Antonio de Villanova Portugal.

A Luará com força de Lei, pelo qual Vossa Magestade Ha
por bem desanexar a Villa das Lages e todo seu Termo, da
Capitania de São Paulo, e encorpora-la na Capitania de Santa
Catharina: na fôrma acima exposta.

Para Vossa Magestade ver.

Registado a folhas 107 do Livro 3.º de Leis, Alva-
rás e Cartas Regias. Secretaria de Estado dos Negocios
do Reino em 14 de Setembro de 1820.

José Antonio de Alvarenga Pimentel.

João Carneiro de Campos o fez.

Na Impressão Regia.

Posturas Municipais de Lages referentes à construção, século XIX (*ipsis litteris*)

Lei nº 213 de 5 de maio de 1845 (Colecção de Leis da Provincia de Santa Catharina no ano de 1845, p. 144-151)

Artigo Unico – Ficão approvados os artigos de Posturas abaixo transcriptos, propostos pela Camara Municipal da Villa de Lages, assignados pelo Presidente, e primeiro Secretario da Assembléa; revogadas as disposições em contrario.

(...)

Artigo 7º – Ninguem poderá crear porcos nos quintaes, áreas, ou lojas das cazas, nem conserval-os néllas por mais de oito dias, nem deixal-os vagar pelas ruas; (...).

Artigo 8º – Ninguem poderá trazer soltos, dentro da Villa, cães, cabras e carneiros, sob pena de 4\$000 reis de multa.

(...)

Artigo 10º – Os proprietarios, ou quem suas vezes fizer, serão obrigados a consertar, e trazer sempre limpas as suas testadas, dando esgoto ás águas; e ao conserto das estivas, e pontes de suas vizinhanças, em que forem interessados, dezassombrando os caminhos onde preciso for: os contraventores serão multados em 2\$000 reis. Quando alguns proprietarios, ou moradores não cumprirem este dever, poderá o Fiscal mandar fazer o concerto, ou limpeza, e haver a sua importância dos que não concorrerem, sem que á isso possam pôr duvida alguma. Para isso apresentará o mesmo Fiscal ao devedor a conta em forma

legal, aprovada pelo procurador da Camara; e se a obra for tão custosa, que exceda as forças, ou possibilidades dos proprietarios, o Fiscal representará á Camara para esta resolver como entender.

Artigo 11º – *Nenhuma licença aproveitará á outra qualquer pessoa que não seja a do impetrante; e não servirá se não para uma qualidade de negocio, que será especificado na licença: os infractores serão multados em 4\$000 reis.*

(...)

Artigo 18º – *Toda a pessoa que possuir terrenos dentro da Villa, e nêlles, da publicação desta á seis mezes, não levantar cerca será multado em 3\$000 reis; e o dobro quando no fim de outros seis ainda o não tenha feito, e assim por diante.*

Artigo 23º – *Todo o proprietario que, da publicação desta a seis mezes, não tiver calçado seis palmos em frente de suas cazas, dentro da Villa, será multado pela primeira vez em 1\$000 reis e nas demais em 2\$ reis.*

(...)

Artigo 28º – *Todo o proprietário que tiver dentro da Villa prédios urbanos arruinados, sem serem espequeados, ou escorados de maneira que não possam prejudicar os visinhos, ou os viandantes; será multado em 4\$000 reis, e obrigado a fazer o espequeamento.*

Artigo 29º – *Todo o que deitar roças dentro dos limites desta Villa, em terrenos do Concelho, será multado em 4\$000 reis, e seis dias de cadeia.*

(...)

Artigo 31º – *Todo o proprietario, que occupar as ruas com madeiras, e outros materiaes, não estando a obra em andamento, será multado em 2\$000; repetindo-se esta pena nas reincidencias”.*

Lei nº 520 de 2 de Maio de 1862 (Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. 1862, p. 16 a 37).

(ipsis litteris)

CODIGO DE POSTURAS DA CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE LAGES.

(...)

CAPITULO X. (Página 29 a 34, artigos 81 a 107)

RUAS, ESTRADAS, CAMINHOS E FONTES.

Artigo 81. *Os proprietarios que edificarem obras, serão obrigados a calçarem suas testadas até a terça parte da largura da rua, segundo o nivelamento desta. Os contraventores serão multados em 8\$000 reis, e condemnados a demolir as calçadas á sua custa, para fazerem-nas segundo o nivelamento estabelecido; e sendo culpados os mestres das obras, pagarão estes a multa referida.*

Artigo 82. *As calçadas que ora se acharem feitas contra o disposto no artigo antecedente, á medida que a camara mandar calçar as ruas, serão reconstruídas por seus donos conforme o nivelamento, não produzindo com isto o desabamento do edificio, sob pena de 8\$000 reis de multa, e do dobro, no caso de contumacia, fazendo-se a calçada a custa do dono do edificio.*
(...)

Artigo 91. *Ninguem poderá edificar, ou reedificar, tocando na frente do predio, ou fazer qualquer obra de pedra, cal, ou madeira nas ruas e travessas, sem pedir a camara licença, e arruamento, o qual se lhe mandará fazer pelos officiaes, a quem estiver encarregada esta attribuição. Os requerimentos para taes licenças poderão ser apresentados, e serão deferidos pela camara, quer nas sessões ordinarias quer nas extraordinarias, cujos requerimentos serão registrados com as informações e despachos no livro competente, e por taes registros terá o Secretario da Camara a quantia de dous mil reis. Os que fizerem quaesquer das obras acima especificadas sem licença, ou se afastarem do arruamento, que lhes foi feito, serão multados*

em 20\$000 reis, e obrigados a demolir a obra, não podendo o notificado pedir indemnisação alguma, e quando o não faça, será a obra demolida á sua custa. Apresentando o auto de arruamento, a Camara dará licença, na qual incluirá também a de fazer andaimes, e ter materiaes á porta, não tendo lugar no de sua propriedade, onde os possa accommodar.

Artigo 92. Nenhum predio será edificado sem ter pelo menos quatorze palmos de pé direito, contados da soleira ao frechal, e sendo sobrado, do pavimento até o frechal do telhado no ultimo, não sendo comprehendidos nestas dimensões: 1º Os predios edificados fora das povoações e suas visinhanças, não sujeitos ao arruamento: 2º Os edificados, que, em razão do seu uso, demandarem maior altura, como sejam Templos, Theatros &. São visinhanças das povoações os terrenos em distancia de cincoenta braças nas circumferencias dos arraiaes, sujeitos ao arruamento. Todos os prédios terão simalhas; as portas das frentes onze palmos de altura pelo menos, e cinco e meio de largura: as janellas terão sete e cinco nos dous sentidos, e os membros tres pelo menos inclusive os portaes. As janellas dos sobrados, suas vergas, e membros, corresponderão em tudo ás das lojas. Todas as vergas serão collocadas ao nível e na distancia de tres a quatro palmos abaixo do telhado inclusive a simalha e as mesmas vergas. Exceptuão se as portas e janellas dos edificios apontados nos paragraphos 1º e 2º deste artigo. Todo aquelle que infringir estas disposições, será multado em 10\$000 reis, e obrigado á demolição da obra.

Artigo 93. Todos os proprietarios ou inquilinos são obrigados a conservar limpas as testadas de seus prédios ou chácaras: os infractores serão multados em 4\$reis. Quando os proprietarios tiverem seus predios fechados, e residirem fóra, não terá lugar a multa senão depois de admoestados pelo fiscal.

(...)

Artigo 95. Todo o edificio, muro, ou tapamento de qualquer natureza que seja que se achar em estado de ruina, será demolido á custa do proprietario, quando pelo exame do fiscal respectivo com dous peritos, se decidir que não admitte o reparo. O fiscal tendo antes procedido ao auto de exame, advertirá ao mesmo proprietario, ou a quem suas vezes fizer,

para imediatamente proceder a demolição; no caso porém, que seja admissivel o reparo, será este feito no praso, que o fiscal indicar, na conformidade do que dispozerem os peritos, sendo obrigado o proprietario a fazer a despesa do exame. Quando haja contravenção, será tudo feito á custa do proprietario, o qual responderá por todas as despesas que se tiverem feito, segundo a conta do fiscal.

(...)

Artigo 103. *Todos que possuirem terrenos dentro da cidade, ou freguezias, em que ha-
jão edificios totalmente arruinados, ou que, tendo sido principiados, não continuasse a obra,
são obrigados a edificar de novo, ou a fechar o mesmo terreno no praso de seis mezes a
contar da publicação da presente. Os contraventores incorrerão na multa de 10\$ reis, que
será duplicada, si dentro de dous mezes depois da primeira multa o não fizer, e assim por
diante em cada dous mezes, em quanto não cumprir o disposto acima referido, salvo os
casos previstos neste código.*

Artigo 104. *As licenças que se concederem para deposito de materiaes nas ruas, não
se entenderão [estenderão] com os que se possão recolher dentro das obras, porque estes
serão assim recolhidos no praso de vinte e quatro horas, sob pena de 4\$ reis de multa.
Quanto aos demais, será obrigado o dono da obra a deixar livre o transito publico, e lugar
sufficiente para passagem de carros, sob pena da referida multa.*

Artigo 105. *É prohibido conduzir madeiras de rasto pelas ruas sem ser de carretão. O
contraventor pagará 6\$000 reis de multa e o dobro nas reincidências.*

Artigo 106. *Ficão prohibidas as mangueiras ou curraes de recolher gados de qualquer
especie, com cerca de madeira, e fazendo frente as ruas, sob pena de 10\$ a 20\$ reis de
multa ao contraventor, que ficará obrigado a demolil-as, podendo contudo fazel-as dentro
dos quintaes, conservando-as com asseio, para que os estrumes não venhão parar á rua, sob
pena de 4\$ reis de multa, além da despesa que o fiscal fizer com a limpeza das mesmas”.*

Lei nº 6 de 9 de julho de 1895 (Coleções das Leis do Municipio de Lages promulgado no Anno de 1895: Lei nº 6 de 9 de julho de 1895. Blumenau: Typ. de H. Baungarten, 1895. 79 p.)

(ipsis litteris)

Capítulo II

Regularidade da edificação.

Art. 20º – *As casas ou frentes que se edificarem ou reedificarem dentro do perimetro da cidade, terão as dimensões seguintes:*

§ 1º Altura, entre a linha de base da cornija, 4 metros no minimo;

§ 2º Altura mínima das portas, 3 m. e das janellas, 2 m. largura minima de umas e de outras, 1 m 30 inclusive os portaes;

§ 3º Largura maxima dos claros, entre portas e janellas, 2 m., minima, indeterminada;

§ 4º Altura das cornijas, entre 20 e 50 centimetros e saliência, de 20 a 28 centimetros; altura de platibandas, entre a quinta e a sexta parte da altura da frente;

Art. 21º – *As casas, que se edificarem ou reedificarem nas demais povoações terão as seguintes dimensões:*

§ 1º Altura entre a soleira e a base da cornija 3m,50 no mínimo;

§ 2º Altura mínima das portas 2m,0 , das janellas 1m,60, largura mínima de uma a outra 1m,10;

§ 3º Largura dos Claros entre portas e janellas no maximo 1m,50;

§ 4º Altura das cornijas entre 30 e 50 centimetros e saliência de 18 a 28 centimetros; altura das platibandas entre a quinta e a sexta parte da altura da frente;

§ 5º Altura das soleiras 18 a 20 centimetros acima das calçadas ou passeios;

§ 6º Altura das calçadas ou passeios 25 centimetros sobre o solo e largura dos mesmos 1 m,30.

Art. 22º – Os muros, grades ou gradis de ferro terão a altura máxima de 2m, sobre o nível das calçadas ou passeios.

Art. 23º – As vergas das portas ou janellas serão rectas, curvas ou gothicas, abertas ou fechadas; terão ornatos a vontade de seus proprietários.

Art. 24º – As frentes serão guarnecidas de azulejos, caiadas ou coloridas etc., não sendo porem permittido o emprego de cores pretas ou escuras.

Art. 25º – O desaguamento das sutéas será d'ora em diante por meio de calhas ou canos, que terminam sob os passeios e não pelos beirados. Os proprietários serão obrigados, no prazo que for marcado pela Municipalidade ao cumprimento desta postura.

Art. 26º – Os muros serão caiados ou coloridos, observando a ultima parte do artigo 24; e as grades ou gradis de ferro serão ao gosto de seus proprietários.

Art. 27º – É permittido:

§ 1º Fazer sotão com uma ou mais portas ou janellas, devendo ter as portas entre a soleira e a verga a altura de 2m, e as janellas a de 1m e 32; umas e outras a largura de 86 centímetros.

§ 2º Fazer sobrelojas, limitando-se as janellas ou os óculos à ultima das platibandas.

§ 3º Edificar casas afastadas do alinhamento, assentando na frente grades ou gradis de ferro, de conformidade com o artigo 17 d'este Código.

Art. 28º – Nos sobrados de um andar se seguirão em suas proporções as normas estabelecidas para andar terreo, e nos demais andares dos sobrados se deminuirá as mesmas proporções um decimo em cada um novo andar.

Art. 29º – As demais construcções não especificadas terão a forma e prespectiva que

forem submettidas a Superintendencia e por ella aprovadas.

Art. 30º – *É expressamente prohibido:*

§ 1º Construir ou reconstruir qualquer edificio dos fundos para a frente.

§ 2º Construir ou reconstruir trapeiras, alçapões, aguas-furtadas, e mansardas na parte do telhado, que desague para a frente.

§ 3º Construir ou reconstruir, reparar ou melhorar casas, sobrados ou qualquer edificação, em todo ou em parte, fora do alinhamento, ou sem guardar as regras constantes dos artigos 20 e seus § §, 21 e seus § §, bem como dentro das ruas, praças e travessas projectadas.

§ 4º Assentar portas ou janellas, postigos, bandeiras ou vidraças que abram para fora.

§ 5º Abrir seiteiras nas frentes dos edificios.

§ 6º Fazer durante a noite qualquer construcção, reparo, melhoramento ou alteração de qualquer especie na frente dos edificios ou oitões que ficarem para a Rua.

§ 7º Conservar os andaimes de qualquer obra sem luz à noite até às 11 horas.

Art. 31º – *As casas ou os sobrados que se edificarem nos angulos das praças e ruas serão de tacaniça ou farão frente para ambos os lados, tendo a esquina boleada.*

Art. 32º – *Nenhuma frente será construida sem que tenha, pelo menos, beira e ante-beira.*

Art. 33º – *As frentes não serão aproveitadas para construcção alguma, si não estiverem na conformidade das disposições relativas, e offerecerem as necessarias condições de solidez.*

Art. 34º – *Os proprietarios são obrigados a conservarem, em perfeito estado, as calçadas ou passeios de suas propriedades ou terrenos, bem como a trazerem limpas as sargetas.*

Art. 35º – *Os proprietarios farão rebocar, caiar ou colorir todos os annos, nos mezes de*

Setembro a Dezembro, as frentes de seus predios, e pintar a óleo ou verniz, de quatro em quatro annos, nos referidos mezes, os portaes, portas, janellas, postigos, caixilhos, varandas e grades de ferro que ficarem para a rua.

Art. 36º – *A numeração dos predios particulares e publicos, a denominação das ruas, praças e largos serão feitas em taboletas de madeira, correndo a despesa com a numeração dos predios de propriedade particular por conta dos respectivos donos.*

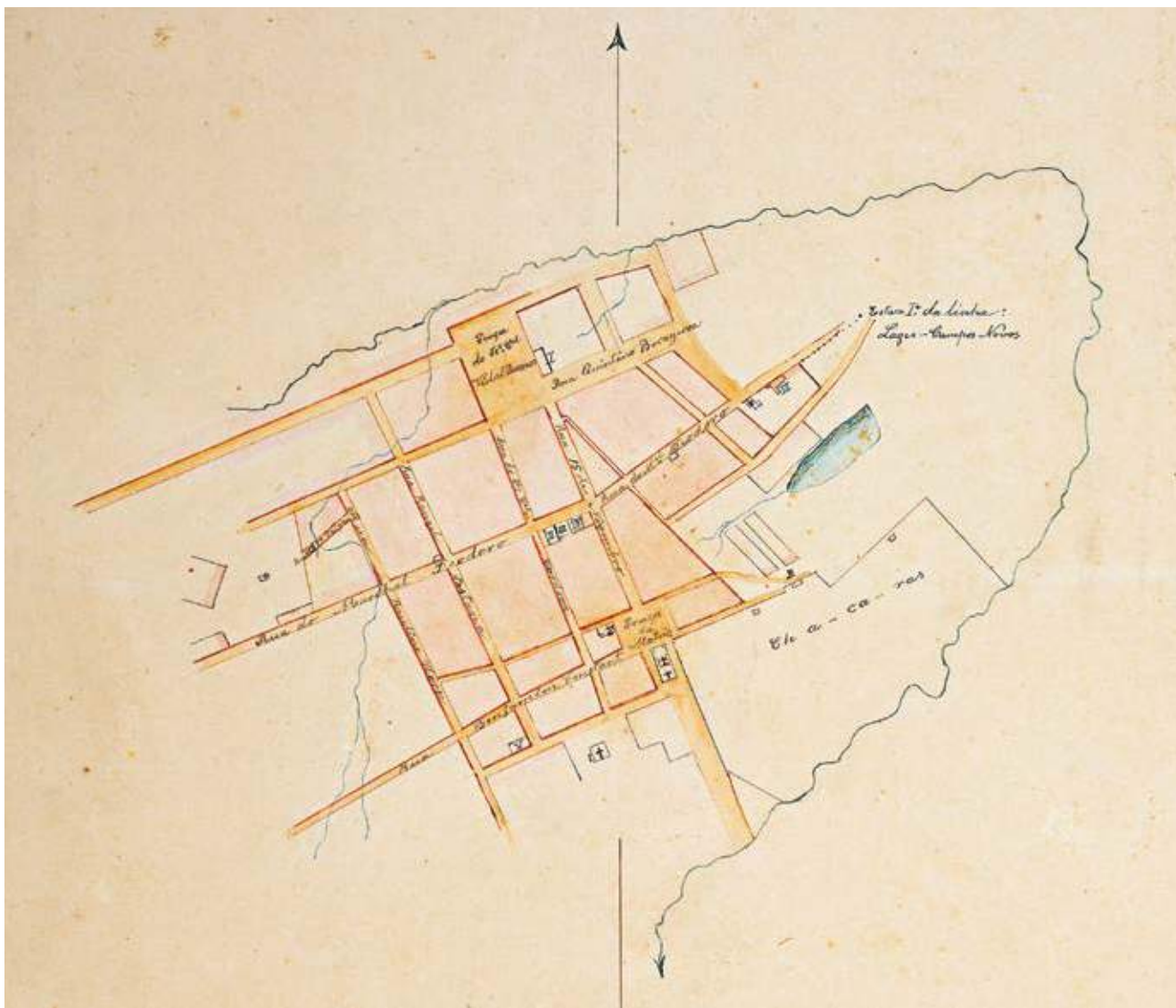
Art. 37º – *Os proprietarios de terrenos abertos nas praças e ruas da cidade são obrigados n'elles edificarem muros ou gradis de ferro; o Superintendente marcará um praso para o cumprimento d'esta postura, comminando as penas do artigo 38.*

Art. 38º – *O infractor ou os infractores das disposições de qualquer dos artigos 20 a 27 ou algum de seus §§ serão multados na quantia de 15\$000 a 30\$000 reis cada um d'elles, além da obrigação imposta na segunda parte do artigo 19.*

Capítulo III

Edifícios ou muros que ameacem ruína

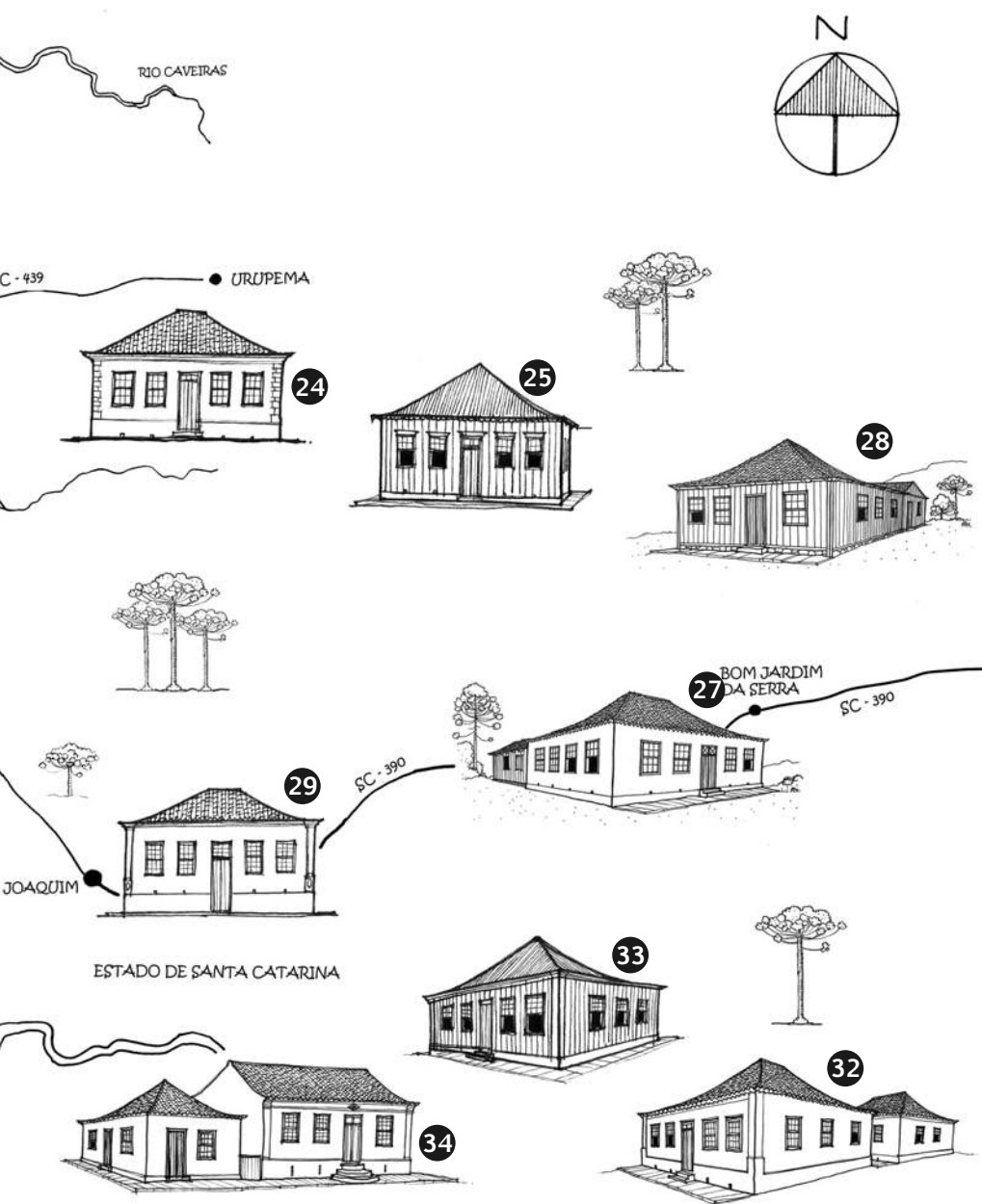
Art. 39º – *Os muros, frentes, casas e sobrados e, em geral, quaesquer edificios, obras em construcções que, no todo ou em parte, ameacem ruina ou desabamento serão, no praso marcado pela Superintendencia, demolidas por seus proprietarios. – O infractor será punido com a multa de 10\$000 a 20\$000 reis, e far-se-ha a mesma demolição, logo após do prazo, a sua custa”.*



Detalhe ampliado da “Planta da cidade de Lages levantada por Paulo Schwarzer”, datado de 1896 e reproduzido integralmente na página 143 deste livro.

Legenda: I) Mercado; II) Theatro; 3) Loja Maçonica; IV) Cadêa; V) Collegio dos Franciscanos em construcção; VI) Casa proposta para Estação. Acervo: Arquivo Nacional/Seção de Mapas, Rio de Janeiro.





Mapa esquemático (S/E) mostrando a localização aproximada das principais edificações abordadas, incluindo aquelas já desaparecidas, que puderem ser analisadas a partir da pesquisa iconográfica. Além das casas localizadas no estado de Santa Catarina, o mapa apresenta algumas construções localizadas na área limítrofe do estado do Rio Grande do Sul, as quais estão relacionadas histórica e arquitetonicamente às primeiras:

Estado de Santa Catarina

- 1) Casa do Coronel Juca Antunes, Lages (c. 1850)
- 2) Fazenda Pinheirinho, Lages (final do séc. XVIII)
- 3) Fazenda Cruz de Malta, Lages (c. 1770/demolida em 1912)
- 4) Fazenda Cruz de Malta, Lages (atual, construída em 1912)
- 5) Fazenda Cajuru I, Lages (1865)
- 6) Fazenda Cajuru II, Lages (c. 1900)
- 7) Fazenda São Sebastião, Lages (século XIX/demolida c. 1950)
- 8) Fazenda Igrejinha, Lages (1896)
- 9) Fazenda do Tijolo, Lages (c. 1915)
- 10) Fazenda São João, Lages (c. 1800)
- 11) Fazenda dos Morrinhos, Lages (1889)
- 12) Fazenda Santa Teresa, Lages (c. 1880)
- 13) Fazenda São José da Boa Vista, Lages (primitiva, c. 1880)
- 14) Fazenda São José da Boa Vista, Lages (segunda sede, c. 1920)
- 15) Fazenda do Limoeiro, Lages (c. 1850)
- 16) Fazenda Bela Vista, Lages (c. 1910)
- 17) Fazenda São Domingos, Lages (1883)
- 18) Fazenda do Cadete, Lages (c. 1830)
- 19) Fazenda do Guarda-Mor, Lages (c. 1780/demolida séc. XX)
- 20) Fazenda Santa Cecília, Capão Alto (1900)
- 21) Fazenda São José, Capão Alto (c. 1870)
- 22) Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, Capão Alto (c. 1910)
- 23) Fazenda Capão do Posto, Capão Alto (c. 1860)
- 24) Fazenda do Barreiro, Urupema (c. 1900)
- 25) Fazenda do Cedro, Urupema (início do século XX)
- 26) Fazenda Antonina ou dos Palmas, São Joaquim (c. 1880)
- 27) Fazenda Nossa Sra. do Socorro, Bom Jardim da Serra (c. 1860)
- 28) Fazenda Sta. Bárbara dos Alhos, Bom Jardim da Serra (c. 1880)
- 29) Casa da família Mattos, São Joaquim (final do século XIX)
- 30) Fazenda Bom Retiro, Campos Novos (c. 1860/demolida séc. XX)
- 31) Fazenda Santo Cristo, Lages (final do século XIX)

Estado do Rio Grande do Sul

- 32) Fazenda Caraúno, Bom Jesus (primitiva, c. 1850)
- 33) Fazenda Caraúno, Bom Jesus (c. 1875)
- 34) Fazenda da Ronda, Bom Jesus (1886)
- 35) Fazenda Nossa Sra. do Socorro, Vacaria (início do século XIX)
- 36) Fazenda Estrela, Vacaria (c. 1830)
- 37) Fazenda Branca, Vacaria (c. 1870)

Mapa: autor, 2015.

No Coração do Meu Pago

(Xirú Antunes)

Lá no alto
Quase bem perto do céu
Um caseril de arquitetura portuguesa
Contrasta o branco das paredes seculares
Aos jasmineiros, pedras mouras

E hortênsias, a velha quinta
Frutifica caducando com
Esperanças de ameixas e pessegueiros
E um negro antigo frente a porta do galpão
Aperta a cincha de um mouro maçanilha (...)







Patrocínio



Realização



Ministério da
Cultura

